



Lúcio Alcântara

*Pequenos
escritos*

D. D. Bras

Na crônica desta terra de todos nós, o Ceará, são escassas as expressões humanas que lutam para que sobreviva o desenho da cultura alencarina. Alguns o fazem pela vaidade do gesto, outros improvisam e raros entendem pensando no ontem, na sociedade, no cidadão. Desde há muito, quer ocupando funções públicas, quer no anonimato da trajetória, quer estando em cátedra legislativa pelo povo indicado e eleito, um cearense vem colocando o espírito, a vontade, o entusiasmo e o respeito pela aventura da inteligência, da identidade, do saber e do ser nacional. Seu nome? Lúcio Alcântara. Sua presença em momentos de criação e sonho, em que artistas de todas as linguagens se expressam, é um ato não político, mesmo sendo senador da República. Lúcio Alcântara — além de suas missões pela cidadania e pela ética no Senado Federal — batalha pelo patrimônio do passado, pela estética, na revelação e no crescimento de escritores, cineastas, poetas, teatrólogos, artistas plásticos e músicos. Quanta idéia tem plantado com seus gestos para que o Ceará resguarde seus talentos, seus criadores de artes, seus monumentos, tanto à frente da Fundação Waldemar Alcântara como no cotidiano em que testemunha eventos e instantes de criatividade e postura social. Lúcio Alcântara é patrono, incentivador, companheiro, testemunha de defesa dos que, no idealismo, criam, vivem e sobrevivem como artistas cearenses, brasileiros.

Professor B. de Paiva
Fortaleza (CE), outubro de 2000

Pequenos escritos

Pequenos escritos

Lúcio Alcântara

Brasília
2001

Direitos exclusivos para esta edição:
Gabinete parlamentar do senador Lúcio Alcântara

Edição:
Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Edição do Gabinete do senador Lúcio Alcântara
Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 7 – Anexo II – Senado Federal
70165-900 – Brasília-DF
Telefone: (0xx61) 311-2301/02
Fax: (0xx61) 323-5372
e-mail: lucioalc@senado.gov.br
Ligação gratuita A VOZ DO CIDADÃO 0800-612211

Comitê Executivo:
Afonso Celso Machado Neto
Doris Marize Romariz Peixoto
Lêda Maria Sampaio Pinto
Liana Farias Soares Oldham
Lúcio Gonçalo de Alcântara
Sandra Koetz Ibiapina
Wellington Bezerra de Oliveira

Coordenação editorial:
Afonso Celso Machado Neto

Preparação de originais, revisão e acompanhamento editorial:
Rejane de Meneses e Yana Palankof

Projeto gráfico e capa: André Ramos

Editoração eletrônica: Márcio Moraes e Raimunda Dias

Secretaria-Geral:
Afonso Celso Machado Neto
Doris Marize Romariz Peixoto

Ficha catalográfica

Alcântara, Lúcio.
Pequenos escritos / Lúcio Alcântara. – Brasília :
Senado Federal, 2001.
234p.

1. Política e governo, coletânea. Brasil. I. Título.

CDD 320.08

Sumário

Pág.

Apresentação	11
Tomai de Minas a estrada	13

1999

A CPI do Fundef	17
Desafios à Terceira Via	18
Aids e sociedade	20
Terceira Via	21
Educação e violência	22
Federalismo	23
Água e futuro	24
Pobreza e crescimento	25
Era digital e Estado	26
Cidade verde	27
A teoria e a prática	29
170 anos de Alencar	30
Proposta em pauta	31

1998

Violência e mídia	35
Proposta concreta	36
Educação e desigualdade	37
Venceu o eleitor	38
Doação de órgãos (I)	39
Doação de órgãos (II)	41
O país vai às urnas	43
Estado eficiente	44
Crise global	45
A lei dos medicamentos	46
Uma miragem?	47
O candidato do Ceará	48

Tragédia anunciada	49
As mulheres na democracia	51
Jogos de azar	52
Sensatez	53
Luís e Motta	54
Crimes ambientais	55
Um clássico do trabalhismo	56
Mulheres	64
Pobres e ricos	67
Távora e Prestes	68
A lei da vida	69
Ano Bom?	71

1997

Um programa que dá certo	75
1998 começa bem	76
Luta contra o desperdício	77
Renda mínima sem demagogia	78
Todos na escola	80
Lugar de criança é na escola	81
A revisão das regras do Senado	82
Canudos vive	84
Consolidar a democracia	85
Reforma solidária	87
Uma crise fabricada	88
Desenvolvimento desigual	89
Adeus, Hong Kong	90
A ética e a Internet	92
Uma normalidade monstruosa	93
Terra	94
Direitos humanos	95
As prisões deste mundo	96
Darcy	97
Virgílio, um político moderno	99

Doar vida	101
Ano bom, ano melhor	102

1996

Corrupção e sociedade	107
A ameaça maior	108
Privatizar a Vale não é bom para o Brasil	110
Um projeto solidário	111
Seguros inseguros	113
O algodão do Nordeste	114
A transição inacabada	116
Eleições menos ideológicas	117
Meninos do Brasil	118
Aids: o que o Congresso está fazendo	119
Um novo Ceará	121
Uma atividade nordestina	122
O caso Apodi	123
Um síndico não basta	124
A questão dos fósseis	125
Habitar é viver	126
Custo Brasil	128
A bancada da cidadania	129
Planos de saúde	131
Sociedade identifica necessidades e busca soluções	132
A tragédia do trânsito	134
Piso salarial: uma questão de justiça	135
Uma doença social	137
Tempo de negociar	138
Dia do Bibliotecário	140
Ambiente e pobreza	141

A educação destravada	142
Uma lei para o futuro	144
Esperança e medo	145
Modernos ou ingênuos?	146

1995

A ética e a política	151
O público e o privado	152
Modernidade e disparidades	154
Reforma administrativa	157
Planejamento familiar	158
A democracia nas escolas	160
O Vale do Curu	161
CMF para um setor na UTI	162
Educação fundamental	164
Reforma produtiva	165
Mulheres em Pequim	167
Uma contribuição ao país	168
Mudar para melhor	170
Modernos ou ingênuos?	171
Transplante – uma necessidade	173
43 anos de Nordeste	174
Transposição: a hora é esta	176
O “Velho Chico” e nós	178
Ruínas em construção	179
Projeto de transposição	181
O espírito federativo	182

1994

Hora da decisão	187
A bancada da cidadania	188
Ceará em alta	190
Getúlio e nós	191

O mandato de senador	193
A semente do futuro	194
Gol contra	196
No Senado pela transposição	197
O novo Senado	199
De volta às ruas	201
Somos diferentes	202
Golpe na democracia	203
A revolução em marcha – o papel do servidor	205
Brasil: reformar para defender	207

1993

Ampliação do calendário escolar	211
Os desafios de Cuba	212
Uma bandeira do povo	213

1992

O que deve mudar	217
Meu pai, minha fortaleza	218

1991

Ações simples de saúde	223
------------------------------	-----

1989

Afinal, para que servem as leis?	229
--	-----

Apresentação

Pequenos escritos é uma seleção de artigos que o senador Lúcio Alcântara escreveu e publicou em jornais do país entre 1984 e 1999.

Nesses artigos, ele debate idéias, expressa posições, chama a atenção da sociedade para questões em evidência no momento e até registra impressões de lugares que visitou.

Aliás, os *Pequenos escritos* de Lúcio Alcântara assemelham-se a um passeio, um roteiro para ser explorado na companhia do autor, percorrendo alguns dos muitos temas que compõem o seu variado rol de interesses – ora a política, ora as questões sociais, ora as coisas do mundo, do Brasil e do Ceará.

Da revolta de Canudos à revolução da Internet, dos problemas urbanos de Fortaleza às tendências políticas em curso no cenário internacional, há de tudo um pouco nestes “escritos”.

Quem os percorrer verá. Bom passeio, leitor!

Tomai de Minas a estrada...

E TOMEI! Segui a sugestão do poeta inconfidente. Peguei a família e bati-me em direção a Minas aproveitando os feriados da Semana Santa. Partii para um mergulho na história do Brasil, um reencontro com as igrejas barrocas e o casario colonial mineiro. Nas velhas cidades de Minas, as casas arrumam-se encostadas umas às outras, escoradas como para não tombarem, deterioradas, algumas, por falta de conservação adequada, mas todas dignas, por serem velhas, como dizia Machado de Assis. Cheguei por avião. Desembarquei no distante aeroporto de Confins – moderno, frio e eficiente como todos os grandes aeroportos. Fui a Belo Horizonte inicialmente para depois demandar Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes e Congonhas do Campo. Cumpri o roteiro que as empresas de turismo chamam corriqueiramente de circuito das cidades históricas. Tornei a me espantar diante da riqueza das igrejas mineiras cheias de obras magníficas de mestres famosos, como Ataíde e o Aleijadinho. O sofrimento físico deste último, Deus compensou com talento e consagração póstuma. É sem dúvida um dos gênios da escultura universal. Tudo feito naquele tempo em que colonizadores e colonizados, perdidos naqueles sertões longínquos, se entregavam completamente a Deus; em louvor de seu Filho e dos santos erguiam templos para o culto de negros e brancos, escravos e senhores. A vida girava em torno da igreja, mesmo que a ambição de enriquecer à custa do ouro fosse o motor da economia e da urbanização. Garimpava-se ouro e promovia-se a fé. Na igreja, a vida tinha início e fim. Ali as pessoas eram batizadas; mortas, sepultavam-nas sob o assoalho dos templos. Ali cada um rezava acomodado em seção compatível com sua condição social. As castas disputavam-se como mercadorias distintas, arrumadas em prateleiras próprias.

A Igreja era o braço espiritual da Corte. Na velha Praça de Mariana, Igreja e governo estão face a face. A antiqüíssima Casa de Câmara e Cadeia mira de frente o belo templo consagrado a São Francisco. Entre os dois, o pelourinho – testemunho mudo da história, instrumento de suplício, praticado por lei, como expressão de

uma sociedade socialmente injusta, mais tarde modificada ao influxo dos ventos da liberdade que soprariam dos Estados Unidos e da Europa. Foram os precursores da libertação brasileira, os inconfidentes, que reverenciei em Ouro Preto, na sala que lhes foi destinada no Museu da Inconfidência. Nem sequer a tagarelice gárrula do pequeno guia que me acompanhava perturbou aquele momento de contrição cívica. As pesadas lápides de granito ali postas não sepultaram valores eternos professados pelos inconfidentes – o amor, a liberdade. A paixão de Marília e Tomás Antonio Gonzaga permanece viva em páginas imperecíveis da literatura brasileira. O ideal de Tiradentes e seus companheiros de rebeldia permanece como lição insubstituível, inspiradora de atitudes que devem orientar o destino da pátria, no presente e no futuro.

De Belo Horizonte, cidade planejada, outrora provinciana, pouco vi. Deu para perceber que, do que foi programado, ficou o traçado peculiar das ruas centrais, todas com nomes indígenas e dos estados brasileiros. A urbanização acelerada supera o planejamento. Ocorreu em Goiânia. Está acontecendo em Brasília. As cidades são organismos vivos. A capital mineira espalhou-se, fundiu-se com cidades vizinhas. Escalou a Serra do Curral, onde estão residências graciosas atentando contra a preservação dos sítios naturais. No mais, arranha-céus, trânsito, o bulício das grandes metrópoles brasileiras.

Nas viagens por terra, percorri estradas de ótima qualidade, ainda que íngremes e sinuosas como convém à topografia de Minas. Às margens vi serranias cobertas de vegetação rasteira, muito verde, embora serras rasgadas pela exploração predatória das matas. Aqui e ali repontam plantações de “pinus”, tentativa canhestra de reparar o passado, substituindo por floresta homogênea a desordem natural processada durante séculos. Essas considerações não são devaneios de viajante ocioso, mas preocupação permanente de quem se interessa pela defesa da natureza. Pena que o passado não volte como um filme em *flash-back*. A beleza natural que estaria diante de nossos olhos certamente nos inspiraria em favor de uma exploração mais racional daquelas riquezas.

Se puder, amigo, um dia vá. Tome de Minas a estrada... Você vai voltar mais brasileiro. Parte importante da história do Brasil está lá, guardada em relicários barrocos, museus, igrejas e nos sótãos antigos de velhas casas anônimas.



1999

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

A CPI do Fundef

SOMOS ELEITOS para defender os interesses maiores da sociedade. Laços familiares, relações de amizade ou compromissos políticos não devem prevalecer sobre as razões maiores do bem comum. É o que a sociedade reclama quando identifica resistência em instâncias de poder que não estejam expondo com a clareza necessária seu compromisso com o que justifica sua existência.

Portanto, é salutar o debate que se move de dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fora do Legislativo estadual, mobilizando a atenção de destacadas entidades cearenses em defesa da adoção de procedimentos firmes no caso dos envolvidos em desvio dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental no Ceará.

Particpei como relator na comissão técnica do Senado Federal que examinou a criação do Fundef no âmbito do Ministério da Educação. Esse fundo objetiva, fundamentalmente, conferir autonomia às prefeituras nesta matéria, aumentando os recursos e otimizando a aplicação dos mesmos, com reflexos na melhoria da qualidade do ensino por todo o país.

Sabemos que a descentralização administrativa é uma tendência crescente no atual estágio de desenvolvimento institucional do país. Fatos como o caso Fundef, aqui no Ceará, são uma dura aprendizagem social no percurso, virtuoso por si, de transferência gradual de recursos e atribuições, sobretudo os relativos às aplicações sociais, das salas frias da tecnocracia de Brasília para o poder local.

É no município, que é onde a comunidade vive, que se pode desenvolver mecanismos eficientes de participação social na formulação e no controle das políticas públicas e, conseqüentemente, de aplicação específica dos recursos que se destinam ao atendimento de suas necessidades.

A educação fundamental constitui não apenas um direito universal e fator essencialmente democrático de distribuição de oportunidades, mas representa, nos dias de hoje, um aspecto estratégico de primeira ordem para o desenvolvimento do país nas bases socialmente qualificadas que o cenário produtivo atual exige.

Por tudo isso, apoiar o levantamento integral das irregularidades apontadas por aquela CPI e punir exemplarmente os que estiverem comprovadamente envolvidos é, como reivindicam as mais acreditadas entidades do estado, uma tarefa que a consciência cearense reclama àqueles que têm as atribuições institucionais de investigar e agir. Criar mecanismos eficazes de controle sobre a aplicação dos recursos públicos e garantir o necessário investimento social são tarefas nossas, que exigem sensibilidade e determinação política.

Publicado em:
O Globo, Rio de Janeiro-RJ,
sexta-feira, 10/12/1999

Desafios à Terceira Via

ASSISTIMOS, nos últimos anos, à volta ao poder de partidos identificados com a social-democracia na Itália, na França, na Inglaterra e na Alemanha. Nos Estados Unidos, o retorno dos democratas, após doze anos de presidência republicana, pode também ser visto hoje como indicador de mudança no voto dos países desenvolvidos. Essa mudança incorporou ao debate teórico e político o surgimento de uma Terceira Via, distinta das políticas de inspiração liberal, esposadas pelo conservadorismo, mas diferente também da política de esquerda de cunho tradicional.

A questão fundamental é: encontramos-nos diante de uma mudança de âmbito profundo, que condena as velhas políticas de esquerda ao fracasso, ou tudo não passa de desencanto do eleitorado com os governos de ocasião? Vale lembrar que, em vez de eliminar os mecanismos de mercado criados com o capitalismo, a partir da Revolução Industrial, como quis o socialismo, a social-democracia postulou sua correção por meio da regulação estatal. Ao Estado também caberia sanar as mazelas sociais causadas pelo sistema capitalista. Seria a criação do Estado do Bem-Estar Social.

O Reino Unido, até o meio da década de 1960, e os países nórdicos, até o início da década seguinte, vivenciaram esse controle do Estado na economia e a igualdade mais intensa das condições de vida. Mas o fim da década de 1970 marcou uma reação conservadora. Políticas voltadas para a diminuição do Estado saíram vitorio-

sas na Inglaterra e nos Estados Unidos. O neoliberalismo passou a ganhar terreno no continente europeu. Cabe aqui perguntar se essa onda conservadora poderia ser evitada, e mesmo revertida, sem alterações nas diretrizes políticas da social-democracia. A meu ver, a resposta é não.

Está claro que as conseqüências da revolução científico-tecnológica iniciada na década de 1970 solaparam as premissas relacionadas pelo sociólogo Anthony Giddens para o sucesso da social-democracia. Essas premissas supunham, primeiramente, uma estrutura familiar na qual cabia ao homem a provisão de recursos e, à mulher, cuidar dos filhos e da casa. Assim, a população empregada estaria reduzida à metade. A ameaça de desemprego incidiria sobre o trabalhador manual, que poderia encontrar novos empregos no mesmo setor da economia, ou em outros. Ênfase seria dada à produção em massa, garantindo estabilidade relativa das condições de trabalho. E as economias nacionais estariam contidas em limites soberanos, ou seja, os Estados nacionais determinariam o tipo de política em suas fronteiras. Ora, a informática e a robótica indicam a redução acelerada, e mesmo a eliminação, do trabalho manual. Reduzem-se os postos de trabalho, ao tempo que aumentam as exigências de qualificação. A estabilidade do trabalho evapora-se. A produção em massa sofre uma reestruturação completa, e indústrias inteiras abandonam países e continentes. A perda de controle estatal, resultado de uma interdependência global de raízes tecnológicas, acentua esse processo. Fluxos de capital de montante considerável migram ao sabor da lucratividade imediata, desestabilizando economias nacionais. A estrutura familiar muda, aumentando o número de famílias uniparentais e o de mulheres no mercado de trabalho.

Daí ser necessária a construção de uma Terceira Via, que é a atualização da social-democracia, tornando-a apta a enfrentar os desafios da contemporaneidade. A prosperidade material com que o mercado acena é necessária e deve ser perseguida. Contudo, esta vem acompanhada por desigualdade, miséria e desemprego. É necessário, portanto, que mais brasileiros, de diferentes simpatias e filiações partidárias, unidos pelas idéias de que a igualdade de condições sociais não brota naturalmente do funcionamento do mercado, mas é fruto de uma construção política, debatam as condições para a consolidação de uma nova política nacional.

Aids e sociedade

APÓS UM PERÍODO de intenso crescimento, a incidência de Aids apresenta, nos últimos cinco anos, uma relativa estabilidade, com a ocorrência esperada de cerca de 17 mil novos casos por ano. Com a distribuição gratuita de medicamentos, a taxa de mortalidade caiu para 7,3 óbitos por 100 mil habitantes desde 1997.

De uma fase inicial, caracterizada pela hegemonia da transmissão sexual e afetando, principalmente, homens adultos das grandes cidades do Sudeste com comportamento homossexual e escolaridade elevada, a epidemia passou por um processo, mais ou menos simultâneo, de feminilização, juvenilização, pauperização e interiorização.

No início dos anos 1980, foi criado, no Ministério da Saúde, um programa de controle de doenças sexualmente transmissíveis que, no entanto, se mostrou efetivo em muito poucas unidades federadas. Com o aumento do número de casos e sua ocorrência fora daquelas localidades, implantou-se um programa nacional de controle em 1988.

A partir de 1994, pressionados pelo número crescente de casos e pela mobilização social, implanta-se um amplo Programa Nacional de Controle, com apoio do Banco Mundial, com maior participação da sociedade. Surgiu uma significativa interação entre iniciativas locais e nacionais e respostas internacionais e intergovernamentais à epidemia. A Aids surgiu num momento em que o Estado não é mais capaz de absorver o conjunto de demandas da sociedade e as ditas “minorias” adquirem vozes cada vez mais audíveis, somando esforços para a produção de determinados serviços e tecnologias, numa relação complexa, em que momentos de convergência se alternam com profundos antagonismos, com o objetivo de influir na formulação de políticas.

Hoje, a resposta não-governamental à Aids é um movimento social organizado capaz de estabelecer relações de parceria e aliança política com o governo, além de atuar eficientemente na representação e na defesa dos interesses das pessoas afetadas e na prestação de serviços e consultoria.

Terceira Via

NA CONDIÇÃO de presidente do órgão de formulação programática do PSDB, o Instituto Teotônio Vilela, integro a comitiva que acompanha hoje o Presidente da República em viagem a Florença, na Itália, onde estarão reunidos chefes de Estado de diversas partes, identificados pelo que vagamente se passou a denominar Terceira Via, para debater os novos rumos da economia globalizada e sua repercussão social no mundo.

Embora compartilhando uma necessidade comum de maior definição de sua imagem, os governos dos protagonistas da Terceira Via enfrentam problemas que formulam agendas mais diferenciadas do que convergentes. O problema de imagem é aquele que todo governo de centro enfrenta, sobretudo em coalizões com origem à esquerda e com uma agenda de centro-direita: seria não uma alternativa qualitativamente diferenciada, como se pretende, mas tão-somente a velha esquerda rediviva, com um leve verniz de modernidade, ou a traição pura e simples de velhos princípios?

A inclusão de Fernando Henrique no encontro, presidente de um país emergente, pode-se compreender como um esforço para mitigar o estigma de “clube dos ricos” que o movimento carrega consigo, embora o convite possa dirigir-se mais à pessoa de Fernando Henrique do que ao posto que ele ocupa, espelhando a ambição intelectual aquinhoada por algumas lideranças da Terceira Via, como Tony Blair, por exemplo. O fato é que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso só compartilha com os demais protagonistas o problema de imagem de um governo de centro, com origem à esquerda e com uma agenda de centro-direita.

Contudo, a participação do presidente brasileiro será uma oportunidade de manifestar uma presença efetiva do Brasil no plano internacional à medida que consiga promover o debate de políticas específicas, inspiradas nas idéias, mesmo vagas, de Terceira Via e destinadas a proteger países “emergentes”, como o Brasil, das vulnerabilidades provenientes de sua crescente integração ao capitalismo globalizado.

O conteúdo propositivo da participação de Fernando Henrique nesse encontro pretende combinar a responsabilidade internacional do país com a aspiração em responder às necessidades vitais de sua economia e da sociedade.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 4/11/1999

Educação e violência

O MILÊNIO dobra sua última página no Ocidente cristão e oferece à juventude um horizonte de expectativas nada alvissareiro. De remota ameaça, a violência transfigura-se, hoje, em modo de ser e agir dos jovens, dentro de uma naturalidade que só pode amedrontar a sociedade.

Os meios de comunicação no Brasil têm contribuído para a difusão da violência como estratégia heróica do homem, estimulando fantasias de graves repercussões no universo juvenil, sobretudo de baixa renda, no qual são primárias as necessidades e maiores as tensões.

A era da informação tem no entretenimento um de seus estímulos maiores de produção e consumo, no qual a exploração da violência consiste em significativa mola propulsora. É violência não exige causa, enredo, nem personagens.

Os psicólogos têm alertado para o fato de que a promoção do sadismo como instrumento de diversão não produz a sublimação da agressividade. Ao contrário, representa perigoso incitamento a comportamentos anti-sociais.

A exemplo de outros países, também no Brasil a incidência de crimes entre estudantes se expande de maneira dramática. A competência da educação, que em grande parcela se realiza na escola, vai além da transmissão do conhecimento, estendendo-se para as fronteiras da formação do caráter das pessoas.

Por isso, é propícia a proposta de instituir novos currículos nas escolas brasileiras, mais adequados à formação educacional que contemple o respeito aos direitos humanos e à vida. Drogas e violência devem ser amplamente discutidas nas escolas.

Como bem definiu o professor Carlos Alberto di Franco, representante da Universidade de Navarra no Brasil, a crueldade não é fruto do acaso, mas corolário da violência transmitida, da família dilacerada e da educação acovardada.

De fato, o esgarçamento da família e a desestruturação da educação estão na ponta do problema. Pais conhecem cada vez menos seus filhos. Na ausência de afetividade e orientação familiar, elementos indispensáveis ao bom desenvolvimento da personalidade, as crianças crescem sem referências morais e ficam à mercê da “babá eletrônica”.

A crise de valores comunitários instalou-se já há alguns anos em nossa sociedade e nada parece, até agora, capaz de removê-la. Pesquisas recentes revelam que em instituições de ensino nas quais se verifica baixa participação comunitária o índice de violência registrado é de 63%, ao passo que o mesmo índice cai para 47% onde a população participa mais ativamente da vida escolar.

O resultado é que, sem parâmetros morais que orientem a conduta do jovem na comunidade moderna, a juventude projeta na violência a saída para problemas de auto-afirmação e identidade, sendo também incentivadas pela glamourização da violência estimulada pelos meios de comunicação de massa.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 21/10/1999

Federalismo

ESTIVE HÁ POUCO no Canadá, onde participei de reunião do Fórum das Federações, aberta pelo primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétian, e encerrada pelo presidente Bill Clinton. Em pauta o problema das Federações em face de mudanças como a globalização e a formação dos grandes blocos de integração econômica. É paradoxal que a formação de blocos ocorra simultaneamente à desagregação de algumas Federações, como a Iugoslávia. Mesmo em países com um Estado centralizado, como a Grã-Bretanha, observa-se o fortalecimento de governos locais, com mais autonomia administrativa e política.

Quarenta por cento da população mundial vive em Federações com níveis variados de autonomia. No Brasil, não temos grandes problemas do ponto de vista étnico e cultural. O que existe é uma grave disparidade socioeconômica entre as regiões. O governo brasileiro não tem políticas claras de desenvolvimento regional. Surge daí a chamada guerra fiscal, em que os estados pobres concedem grandes

favores fiscais para atrair o investimento produtivo e melhorar a qualidade de vida das suas populações.

A reforma tributária é da maior importância, porque é o principal pacto que pode ser feito entre a União, os estados e os municípios. A partir da Constituição de 1988, promoveu-se uma descentralização, fortalecendo-se principalmente os municípios. No entanto, não houve uma correta repartição de competências, que ficaram mal definidas, indefinidas ou superpostas entre os três níveis da Federação.

Melhoramos recentemente, é verdade, ao precisarmos essas competências na área da educação, quando ficou estabelecido que o ensino fundamental cabe aos municípios, o ensino médio, aos estados, e o ensino universitário, à União.

Há problemas sérios a superar, como o da representação dos estados na Câmara dos Deputados, o sistema tributário, a taxaçoão do consumo, bem como a capacidade que os estados têm de isentar produtos e operações. Isso demanda uma discussão profunda. O principal pacto deve presidir o funcionamento das nossas instituições políticas, um pacto entre estados, municípios e a União. Esse esforço tem de ser desenvolvido sob pena de se agravar a deterioração das relações entre os estados.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 7/10/1999

Água e futuro

A DISPONIBILIDADE de água potável é uma questão estratégica neste final de século em todo o mundo. Trata-se de um bem essencial, de valor social inestimável e cada vez mais escasso. Por ser um recurso renovável e existente em abundância em nosso planeta, a água não vem sendo gerenciada com a necessária eficiência.

Negligenciou-se, por muito tempo, o fato de esse precioso bem natural imprescindível à vida na Terra ser exaurível, escasso para o consumo humano e extremamente mal distribuído. É preciso lembrar que apenas 2,5% da água disponível no globo terrestre é doce e, desse total, uma ínfima parcela de 0,007% é de fácil acesso, encontrada em rios e lagos, estando quase a sua totalidade em áreas subterrâneas e nas geleiras polares.

De acordo com dados da ONU, a qualidade da água disponível para cada habi-

tante caiu em 37% somente entre os anos de 1970 e 1995. Mantidas as condições atuais de uso, em que o ser humano polui e contamina os recursos hídricos em níveis que ultrapassam a capacidade de depuração existente na natureza, e levando-se em conta o crescimento populacional, já é possível antever um cenário de esgotamento do estoque útil atual, estimado em 12,5 mil quilômetros cúbicos.

Estudos indicam que 1,4 bilhão de pessoas não tem acesso a água limpa. A cada oito segundos morre uma criança contaminada por doenças hidrotransmissíveis, como disenteria e cólera. Estima-se mesmo que 80% das enfermidades no mundo são contraídas por causa do uso de água poluída ou imprópria ao consumo humano.

Os produtos utilizados na agricultura são grandes responsáveis pela contaminação das águas. Além de concentrar quase 75% do consumo de água do planeta, a agricultura utiliza-se da aplicação de substâncias nocivas ao meio ambiente, como fertilizantes e agrotóxicos.

O Brasil possui uma legislação avançada sobre o assunto. É preciso dinamizar o Programa Nacional de Combate do Desperdício de Água. São necessárias ações permanentes e intensas para um correto gerenciamento de todas as atividades com a necessidade de manter, para o futuro e para já, oferta de água potável adequada ao uso humano.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 12/8/1999

Pobreza e crescimento

DEVERÁ SER instalada nos próximos dias uma comissão mista no Congresso Nacional para discutir propostas de combate à pobreza. Não é um problema simples que possa ser combatido apenas com ímpetos voluntaristas.

A vontade política é, sem dúvida, essencial para a transformação da realidade social, mas é necessária uma articulação competente na mobilização da consciência nacional e na correta definição de recursos e sua aplicação.

São muitos os exemplos que se pode dar de propostas que nasceram inspiradas por uma genuína vontade de servir e que tantas vezes se perderam na vala do

fisiologismo, tendo uma parcela significativa de seus esforços comprometida por desvios e outros atos de corrupção.

Outro aspecto fundamental é que o conjunto de iniciativas que venha a ser adotado tenha suficiente pertinência para que possa afirmar-se como vontade nacional, acima de circunstâncias conjunturais e interesses de ocasião, pois somente a continuidade poderá garantir respostas mais efetivas, que nem sempre são percebidas de imediato.

Por fim, não se pode permitir que esse esforço justifique abandonar o que é, sem dúvida, o indispensável para alcançar o objetivo de reduzir progressivamente os índices de pobreza em nosso país: crescimento econômico, ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda. Mas é preciso perseguir um modelo distributivo de crescimento, socialmente sustentável, para não incorreremos novamente no erro de acreditar, como alguns chegaram a defender, que “primeiro o bolo deve crescer, para depois ser dividido”.

O grande desafio do presidente Fernando Henrique Cardoso para recuperar a vitalidade do seu governo é saber articular com a nação um projeto de retomada do crescimento que não comprometa a estabilidade inegociável da moeda e aponte o caminho do desenvolvimento social.

Décima economia do mundo, somos o penúltimo país em distribuição de renda. Só há sentido no desenvolvimento que produz bem-estar e gera oportunidades de crescimento da pessoa humana.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 12/8/1999

Era digital e Estado

DOUTOR PELA Universidade de Nanterre, em Paris, e professor em Berkeley, o sociólogo catalão Manuel Castells sustenta uma genial teoria sobre a revolução da informação. Após vinte anos de pesquisas sobre a sociedade digital, Castells publicou a célebre trilogia *A era digital*, que acaba de ser traduzida para nosso idioma, cuja leitura recomendo.

A obra alerta para os riscos devastadores da manipulação biotecnológica das

formas de vida, caso providências inadiáveis de controle não sejam tomadas para superar as contradições agudas que envolvem a questão da revolução biológica, povoada a um só tempo de promessas redentoras e ameaças totalitárias.

Para que a biotecnologia seja discutida com o pragmatismo e a flexibilidade que lhes são genuínos, cabe inicialmente reprogramar o papel do Estado e de seus agentes. É o Estado, na visão de Castells, “o principal de que hoje dispõem os cidadãos para controlar a globalização em função de seus valores e interesses”.

Para isso, Manuel Castells propõe uma reforma radical da administração pública, criando novos mecanismos que fortaleçam a flexibilidade organizacional, a participação cidadã, a transparência administrativa, a modernização tecnológica e a profissionalização dos agentes públicos, entre outros aspectos relevantes de sua teoria.

É bem mais ampla e profunda a dimensão adquirida pela revolução informacional em relação à anterior, a industrial, pois são mais estreitos os laços com a engenharia genética, baseada no código hereditário, cujos dados podem ser programados. Em resumo, afeta os dois elementos fundamentais da vida: a extensão da nossa mente e a capacidade de atuarmos sobre a própria existência.

Temos, de nossa parte, mobilizado esforços para que uma legislação mais específica e atualizada seja instituída, além de mecanismos formais de participação social no encaminhamento de pesquisas e aplicações relativas ao tema da biotecnologia em nosso país. Estou, como Castells, convencido de que graves distorções nas relações humanas se aproximam, caso não sejamos capazes de nos adaptar com inteligência e responsabilidade à tecnologização do mundo.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 15/7/1999

Cidade verde

Às vezes, vemos boas idéias perderem-se no curso de más aplicações. Administrações públicas perdem preciosas oportunidades de fortalecer alianças sinérgicas com a comunidade por pura falta de sensibilidade para o que pensam, sentem e desejam para a sua cidade as pessoas que nela vivem.

Vejam o caso da escolinha de trânsito para o futuro que a Prefeitura de Fortaleza quer criar no Parque Adahil Barreto, mais conhecido como “Parque do Cocó”, que tivemos a felicidade de criar à época de nossa gestão à frente da administração municipal de Fortaleza.

É, em si mesma, uma boa idéia. O trânsito é, nos dias de hoje, item responsável por um dos mais elevados índices de mortalidade. São válidos todos os esforços para educar a sociedade a conviver com os perigos inerentes a essa conquista da técnica em prol do conforto humano.

O local escolhido, contudo, não poderia ser mais impróprio! São poucas as áreas públicas de lazer em Fortaleza. A cidade não está precisando que sejam devastadas ainda mais, e sim, ao contrário, que se reverta o quadro atual que faz da nossa capital uma das que detêm menor quantidade de área verde por habitante de todo o país.

Outra mudança que vem preocupando a sensibilidade social da cidade é a que se faz necessária operar com a retirada do 10º Grupo de Artilharia de Campanha, do Ministério do Exército, da área de confluência entre o Benfica e o bairro de Fátima, uma área valiosa que ficou a salvo dada a sua utilização de primeira ordem como guarnição militar.

É fato que o Exército precisa de recursos para adquirir nova área, fora do perímetro urbano, e recompor os equipamentos ali existentes, que custarão elevadas somas para ser soerguidos em local mais apropriado.

O poder público é que deve chamar a si a responsabilidade de articular, juntamente com os setores sociais organizados e com a iniciativa privada, as alternativas que possam transformar aquela área num centro com escolas, centro cultural, auditórios, equipamentos esportivos e outros recursos indutores de intensa convivência comunitária e, conseqüentemente, desenvolvimento e equilíbrio urbano.

A teoria e a prática

COMO FOI amplamente noticiado, Sobral festeja, com razão, a passagem de um evento de fundamental importância para o desenvolvimento das ciências. Há oitenta anos, a Teoria da Relatividade, descoberta pelo gênio de Albert Einstein, teve naquela cidade do interior cearense sua confirmação.

Aceita nos meios científicos, a teoria da curvatura da luz precisava, como se sabe, ser comprovada a partir da observação de um eclipse completo, o que faria de Einstein uma figura humana reconhecida como um dos mais importantes cérebros do século XX, em que o homem ampliou seus conhecimentos para horizontes nunca sequer imaginados.

Em 1919, cientistas ingleses deslocaram-se para Sobral, que, como se sabe, tem um clima seco e uma localização privilegiada para observar aquele fenômeno, assim como outro lugar, na África, que foi também à época escolhido por outra comissão de cientistas e astrônomos.

Mas o que pretendemos ressaltar aqui é a sensibilidade do prefeito de Sobral, Cid Gomes, que oportunamente recuperou a memória das circunstâncias que envolveram o episódio, difundindo-o em seus detalhes e destacando sua importância como referência cultural para a história daquela cidade, já tão marcada por fatos relevantes e personagens de exemplos incomuns.

Cid edificou um museu, onde reuniu equipamentos e materiais utilizados pelos astrônomos. Movimentou, enfim, a sua comunidade em volta de uma referência circunstancial, é verdade, porém marcante para o desenvolvimento do conhecimento humano.

O que cabe destacar aqui é a importância que tem para o êxito de uma gestão, em qualquer nível e de qualquer natureza, a aplicação dos recursos da criatividade, que muitas vezes supera carências e emite sinais de estímulo e vigor sem passar necessariamente por gastos muito elevados.

A sintonia do gestor com os aspectos construtivos da identidade coletiva daqueles a quem lidera tem a qualidade de despertar forças subjetivas e potenciais intan-

gíveis, direcionando, com senso de oportunidade e valorização do talento nativo, os melhores estímulos na direção do desenvolvimento concreto das condições materiais de vida.

Nesse sentido, o que se fortalece são valores como crença e auto-estima, que o PIB não mede, mas que, na prática, fazem a diferença.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 25/3/1999

170 anos de Alencar

NESTE MESMO mês de março, há 170 anos, nascia José de Alencar, o cearense que jurou legar ao seu país um “poema da vida real” e, mais que isso, libertou o idioma dos cânones das letras portuguesas e com isso provocou uma revolução na literatura brasileira.

Foi criando uma nova linguagem que Alencar produziu uma literatura nova, expressão original de um universo essencialmente brasileiro, do qual surgiram, com perfil inconfundível, personagens e cenários autenticamente brasileiros.

Por força das atividades políticas do pai, cresceu e estudou no Sul. Em São Paulo, formou-se em Direito. Mesmo assim, o Ceará de sua origem marcou sua alma profundamente, deixando traços em sua obra e em suas atitudes.

Em 1865, sai a lume aquela que o autor cantou como “a lenda do Ceará”, seu romance *Iracema*. Comprometido com o projeto nacionalista do movimento romântico, a obra pode ser interpretada como a origem mítica da civilização brasileira, formada a partir da primitiva miscigenação entre portugueses e índios.

Viveu José de Alencar durante o período talvez mais fecundo da nossa ainda breve história nacional, nos quase cinquenta anos de sua vida breve, entre 1829 e 1877, posterior à Proclamação da Independência e anterior à República.

Naquele período, o país viveu o orgulho de sua independência recente, as tensões ainda causadas pelas profundas reformas introduzidas por Dom João VI, a ampliação do comércio exterior, as lutas pela manutenção da unidade nacional, o advento da estrada de ferro e a importação dos primeiros maquinários, a emergência de setores sociais tipicamente urbanos, os conflitos entre liberais e conservadores

em busca de um modelo político e, por fim, os ideais da abolição e as aspirações republicanas.

É nesse contexto de afirmação nacional que surge o Romantismo no Brasil, movido pelo grande anseio de criar uma expressão tipicamente nacional, que se realiza sobretudo no indianismo e na caracterização acentuada do ambiente local, na descrição de uma natureza tipicamente americana.

Mais do que colocar sua pena à disposição de genuínos impulsos estéticos, Alencar usou-a para alcançar um ideal nacionalista, destino que pode ser definido por outro grande nome das letras de seu tempo, Machado de Assis, cuja obra adquiriu também permanência incontestável: “Nenhum escritor”, proclamou o autor de *Dom Casmurro*, “teve em mais alto grau a alma brasileira”.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 28/1/1999

Proposta em pauta

EM PAÍSES como o nosso, onde a maioria dos partidos não se articula ao movimento social organizado de modo orgânico, o parlamentar eleito passa a depender menos da vontade popular à medida que seu mandato avança, e volta a depender mais à medida que se aproximam as eleições seguintes.

Mandatos longos, como são os de senadores da República no Brasil, tendem a distanciar os eleitos dos compromissos que inspiraram a escolha de seus nomes. Isso deve mudar.

Tenho me batido muito em favor da redução do mandato de senadores. Quando cheguei ao Congresso, trouxe esse compromisso, assumido publicamente nas ruas. Encontrei tramitando nas duas Casas do Legislativo federal algumas iniciativas que apontavam na mesma direção.

Uni-me, inclusive, ao senador Eduardo Suplicy como signatário e defensor de uma proposta de emenda constitucional sua que, no entanto, não conseguiu à época reunir um número mínimo de assinaturas para que pudesse tramitar.

Já no ano passado, trouxe novamente a questão para o debate, por ocasião das articulações em favor de uma reforma política, com a iniciativa de um substitutivo

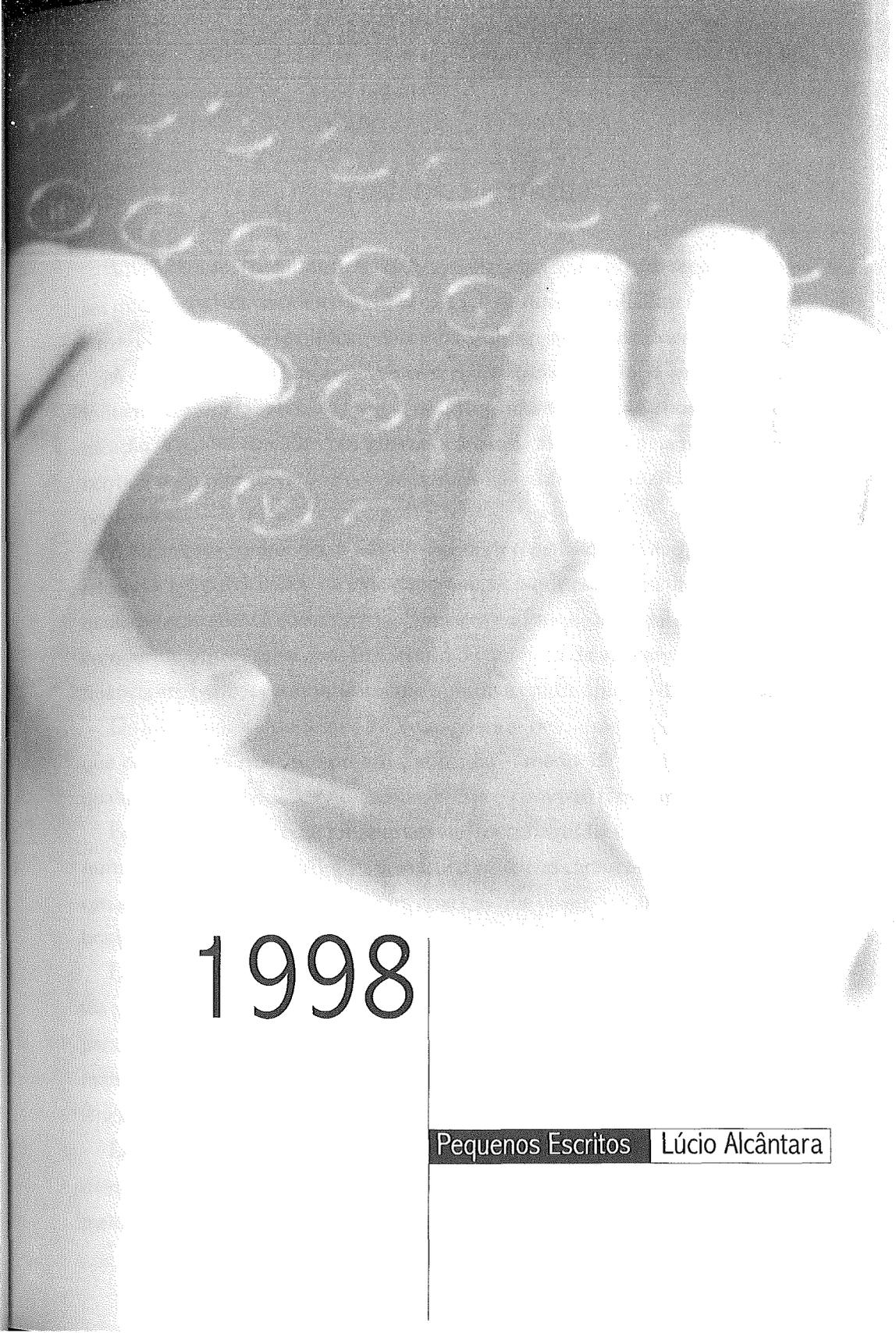
à Proposta de Emenda Constitucional nº 45, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Nosso objetivo é o de prestar com isso uma pequena contribuição para o aperfeiçoamento do regime democrático, dotando-o de mecanismos capazes de promover uma verdadeira democracia social, isto é, um regime em que a participação representativa promova o resgate efetivo das enormes distorções de ordem social e regionais que persistem no quadro cotidiano da vida nacional.

Estudos que empreendi ainda durante nossa campanha eleitoral terminaram demonstrando que são pouquíssimos os países que adotam períodos tão longos para um parlamentar eleito, assim mesmo com Senados cujas competências são extremamente inferiores à do Senado brasileiro.

O Brasil ainda precisa mudar muito para ser o país que a nação se acredita capaz de construir. Nesse sentido, a maneira mais eficaz que tem o eleitor de manter correspondência real entre sua vontade e sua representação parlamentar é atualizando suas expectativas pelo seu instrumento máximo de poder: o voto.

Felizmente, já não somos uma única voz a defender a redução do período de mandato dos senadores. Outros parlamentares já superaram o viés corporativista e compreendem os benefícios que essa medida trará à democracia brasileira.



1998

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Violência e mídia

VIVEMOS a era da comunicação. A socialização crescente dos recursos e dos acessos midiáticos coloca questões éticas que são de fundamental interesse para a sociedade. Nós, lideranças políticas, devemos uma especial atenção a esse assunto.

A Unesco realizou recentemente o mais amplo estudo já produzido sobre a influência exercida sobre as crianças pela violência disseminada nos meios de comunicação. Regiões abaladas por guerras e áreas de alta incidência de criminalidade, bem como países de alto nível de desenvolvimento e normalidade social, foram pesquisadas.

Basicamente, pretendeu o estudo descobrir o papel que desempenha a mídia – a televisão, em particular – na vida das crianças; o que as fascina tanto na violência e qual a relação entre a comunicação temática e a formação de valores, expectativas e comportamentos; saber, por fim, como o conteúdo da agressividade na mídia influencia em regiões economicamente opostas e culturalmente diferenciadas.

De início, constatou-se que 93% das crianças pesquisadas têm acesso à televisão, que ocupa 50% mais tempo em sua rotina – média de três horas diárias – que qualquer outra atividade não-escolar, como o convívio familiar, por exemplo.

Em termos gerais, conclui-se que a violência na mídia é universal e apresentada num contexto compensador para as frustrações e as carências de áreas problemáticas, enquanto oferece emoções para crianças que vivem em ambientes mais equilibrados.

De qualquer modo, com uma frequência média entre cinco e dez ações agressivas por hora de programação aberta de televisão, é evidente que a mídia contribui para o desenvolvimento de uma cultura agressiva global, embora a tendência seja mais aguda em ambientes onde as experiências reais as conduzem a perceber a violência como fenômeno corriqueiro.

De modo geral, a mensagem violenta na mídia tem pelo menos três desdobramentos na percepção da criança, ainda segundo os estudos da Unesco: a agressão é o meio mais eficaz de resolver conflitos, oferece *status* e pode ser muito divertida. No

caso brasileiro, podemos acrescentar... e o agressor fica sempre impune.

Para concluir, diria que, uma vez excluída liminarmente a hipótese de censura, resta-nos promover o debate permanente entre políticos, pedagogos, produtores e país, estimular o desenvolvimento de normas de autocontrole entre os profissionais da mídia e gerar mecanismos críticos no processo educacional.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 17/12/1998

Proposta concreta

HÁ POUCO TEMPO, o presidente Fernando Henrique utilizou oportunamente um importante fórum internacional para abrir discussão sobre uma proposta antiga, mas que somente nos anos mais recentes vem revelando maior pertinência.

Realizada na cidade do Porto, em Portugal, a reunião da cúpula ibero-americana foi o cenário no qual o presidente brasileiro aludiu à necessidade de uma taxa a ser cobrada sobre operações financeiras internacionais.

Com essa taxa, constituir-se-ia um fundo que se destinaria a reduzir nos diferentes países o impacto dos deslocamentos rápidos e fulminantes desses recursos, que terminam por criar sérios embaraços, sobretudo aos países em desenvolvimento. Penso que essa providência não pode tardar.

A ONU tem diferentes organismos, tais como a OIT, que trata de questões relativas ao trabalho, assim como a OMC cuida das relações internacionais de comércio e a OMS trata de questões relacionadas à saúde, enquanto a FAO é uma agência destinada ao tema da agricultura.

Assim, por que não um organismo internacional que cuide de preservar as condições necessárias para que se operem as relações financeiras internacionais sem prejuízo para as nações? Assim como as questões relacionadas a trabalho, saúde e comércio, também a dimensão do mercado financeiro requer mecanismos internacionais de controle e compensações.

O FMI não preenche mais esse papel. É fundamentalmente um banco que empresta dinheiro em determinadas condições, desde que seja aceita sua ingerência

sobre a política interna dos países, nos dias de hoje já tão fragilizada pelas novas relações globais da economia.

São contundentes as demonstrações da necessidade de que seja acionado o que o presidente Fernando Henrique propõe, ou algo que possa suprir em igual margem de segurança os propósitos de sua sugestão. O *Financial Times* alerta para o interesse global que deve haver no caso brasileiro em face das ameaças do capital especulativo, porque, ao contrário, todo o sistema financeiro e econômico poderia ser gravemente afetado.

Sem nenhum rasgo patriótico – de querer ser importante até quando está em crise –, um dos mais influentes órgãos de imprensa nos círculos da economia internacional não faria tal alarde em primeira página sem que houvesse procedência.

O que se pergunta ali é: se tal processo não se interrompe e atinge a todos, os países mais desenvolvidos vão negociar e vender a quem? É uma questão de defesa da economia.

Publicado em:
Correio da Paraíba,
João Pessoa-PB,
sexta-feira, 20/11/1998

Educação e desigualdade

O BANCO Interamericano de Desenvolvimento divulgou recentemente um relatório sobre o progresso econômico e social que analisa em detalhes a péssima distribuição de renda na América Latina. O país do futuro é o mais concentrador.

No Brasil, 47% da renda está nas mãos dos 10% mais ricos. Os 10% mais pobres detêm apenas 0,80% da renda.

Apenas para que se possa contextualizar melhor, na Ásia os 5% mais ricos ganham cerca de 16% da renda, e na Europa menos ainda, 13%, quando entre latino-americanos esse índice sobe para 25%. O quadro exige mudanças.

O relatório do BID diz mais: em nosso continente, os pobres estão mais pobres desde o início da década de 1990. Verdade é que os 10% mais ricos sofreram uma deterioração relativa, com ganhos maiores para os setores intermediários.

O dado novo no que o estudo indica é que o problema não se deve mais apenas aos proprietários do capital, mas sim às diferenças salariais entre trabalhadores, explicadas pela péssima distribuição no nível e na qualidade da educação.

O relatório aponta para o rápido declínio do crescimento populacional na América Latina e no Brasil. Com a diminuição da pressão demográfica, a proporção de pessoas em idade de trabalhar está crescendo mais rapidamente que o número de crianças.

Em consequência, haverá menos estudantes por trabalhador, o que vai facilitar o financiamento de um melhor sistema de educação.

Está claro que as manobras econômico-financeiras que visam dar estabilidade à economia devem ser acompanhadas por iniciativas fortes do governo em educação para que seja sustentável a redistribuição de renda.

Espero que esse relatório do BID seja devidamente examinado pelas lideranças políticas do nosso país e pelos governos, no sentido de tirar daqui experiências e resultados que possam levar ao fortalecimento do processo educativo no nosso país, no aumento de ofertas educacionais a todos indistintamente, para que as populações mais pobres, marginalizadas, encontrem instrumentos de promoção e elevação social.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 5/11/1998

Venceu o eleitor

PASSADAS AS EMOÇÕES de euforia e decepção que os processos produzem, análise objetiva do pleito aponta para o eleitor como o grande vencedor.

A conduta pacífica dos contendores, a lisura inquestionável das instâncias apuradoras, o acatamento tranqüilo dos resultados, tudo indica que demos mais um importante passo para a consolidação definitiva das práticas democráticas em nosso país.

Erraram os que fizeram prognósticos pessimistas sobre a postura do eleitorado, que se manteve indiferente e acrítico, assolado por máquinas governamentais que praticamente imporiam à consciência hipoteticamente frágil dos eleitores a reeleição dos atuais mandatários de postos executivos.

Urnas abertas, não é o que se percebe. O eleitor confirmou, sim, aqueles que abriram perspectivas em seus governos, mas penalizou igualmente os que não se mostraram capazes de acender esperanças e abrir caminhos.

Exemplo inquestionável do modo independente como agiu o eleitor é a associação da permanência do atual presidente Fernando Henrique Cardoso, a apontar o desejo geral de continuidade no esforço estabilizador pelas vias até aqui propostas, com a eleição, nos principais estados, de governadores situados à esquerda do eixo central de comando do atual governo federal.

Há quem pense que aquele eleitorado elegeu governadores de oposição. Prefiro crer que os brasileiros não caíram nessa armadilha maniqueísta e fizeram uma escolha menos simplória. O que percebo ali é a escolha de candidatos articulados com programas de maior compromisso social, o que é válido tanto para o oposicionista, embora nem tanto, Anthony Garotinho, como para o situacionista, mas não incondicional, Mário Covas.

O caso de Olívio Dutra no Rio Grande é atípico. Seria injusto com o PT gaúcho creditar a maior parcela de sua vitória a querelas federais. Os petistas festejam ali uma vitória de méritos locais já bem reconhecidos.

Optou o Brasil pela estabilidade, mas sinalizou com evidente expectativa de avanço, lembrando aos gestores que não há crescimento real sem melhores condições de vida.

O eleitor falou e disse.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 22/10/1998

Doação de órgãos (I)

ENTROU EM VIGOR ainda na presente legislatura do Congresso Nacional uma lei que marcará o perfil referencial de uma geração de parlamentares, pela abrangência de seus efeitos e pela razão humanitária de seus propósitos. Aprovada após amplas discussões com setores autorizados da sociedade civil e em meio a um intenso debate pelos meios de comunicação, a Lei de Doação de Órgãos tornou doadores universais de órgãos todos os brasileiros maiores de idade e no gozo pleno de suas

faculdades mentais, salvo nos casos em que se manifestarem em contrário.

Não é tema para unanimidade. Mas o teor corporativista de determinadas reações e a ausência de argumentos consistentes em contrário vêm permitindo um gradual esvaziamento dos focos mais resistentes da opinião pública. Foi assim também em democracias desenvolvidas do mundo ocidental. Logo que uma lei semelhante entrou em vigor na Espanha, houve uma diminuição imediata do número de doadores.

O esclarecimento público e a ausência continuada de casos de violação dos termos limitantes da lei foram modificando a percepção social, que se tornou favorável e faz hoje daquele país o líder mundial em doação de órgãos.

Leis como esta, que alteram paradigmas culturais e tocam em questões emocionalmente delicadas para a pessoa humana, precisam de um período para se impor espontaneamente sobre preconceitos e temores injustificáveis.

É por tudo isso que consideramos um equívoco a decisão do Executivo federal, contida na Medida Provisória nº 1.718, de 6 de outubro deste ano, de submeter à apreciação formal dos familiares a decisão anterior de doadores consentidos. A medida, vale salientar, não revoga o princípio da doação presumida, como intérpretes apressados chegaram a expor. Mas enfraquece o seu sentido essencial e prorroga, e este é o seu dano maior, o processo de adaptação social a uma percepção positiva sobre a nova lei.

Ao enfraquecer, sem revogar, a medida apenas formaliza, diluindo desnecessariamente seus propósitos, o que na prática já vinha sendo adotado, pois nas rotinas hospitalares não há casos de órgãos retirados de pacientes mortos à revelia do desejo de seus familiares em um momento emocionalmente tão delicado.

Em vez de recuar naquilo que é o fundamental no ato – a decisão soberana do doador, e não de terceiros –, deveria o governo cumprir a sua parte nesse processo, oferecendo massivos esforços de esclarecimento público e aparelhando material e operacionalmente o sistema de saúde para atender a uma demanda superior à atual, o que com certeza virá, como já ocorreu em outros países onde a lei foi aplicada.

Doação de órgãos (II)

SEGUNDO A LEI de transplantes que estava em vigor até junho do ano passado, o cidadão que quisesse doar seus órgãos era obrigado a comparecer a um cartório para fazer registrar sua vontade. Outra alternativa era obter um “cartão de doador” que, na hora da decisão, mais criava que resolvia o problema para os serviços de saúde que realizavam transplantes, uma vez que não havia entendimento sobre o valor legal de tais cartões.

Doar órgãos e tecidos em caso de morte encefálica era, assim, um gesto heróico de extrema solidariedade humana de famílias enlutadas que tinham de tomar essa difícil decisão em meio à dor e ao infortúnio decorrentes da perda de uma pessoa querida.

Conseguir órgãos e tecidos para transplantes era uma tarefa dramática e uma corrida contra o tempo, a serem executadas por médicos e trabalhadores de saúde em meio ao sofrimento de famílias.

Em vista disso, acumularam-se no país longas filas de pessoas aguardando transplantes que não se realizam, entre outras causas, por falta de doadores, ao mesmo tempo em que o Sistema Único de Saúde (SUS) gastava, por ano, mais de 300 milhões de dólares só com hemodiálise. Como disse uma vez Darcy Ribeiro, apaixonado defensor da nova lei, “vigorava no país uma lei que, na prática, matava gente todo dia”.

A nova lei de transplantes estabelece que as pessoas que não desejam ser doadoras *post mortem* de órgãos e tecidos deverão fazer registrar sua vontade em seu documento de identidade civil e na carteira de habilitação. Quem quiser ser doador não precisará fazer nada: seu consentimento será registrado.

A obrigatoriedade que a nova lei estabelece é de que os que não querem ser doadores façam registrar sua vontade em seus documentos. É bom lembrar que os estudos disponíveis e mais tarde confirmados por pesquisa realizada pelo governo na época da sanção da nova lei mostravam que mais de 75% dos brasileiros queriam ser doadores de órgãos. A adoção de um princípio contrário atingiria, assim,

com obrigatoriedade de recorrer aos institutos de identificação e aos departamentos de trânsito para fazer registrar sua vontade de ser doador em seus documentos de identificação, um número quatro vezes maior de pessoas.

O que a nova lei fez foi simplificar e racionalizar o processo de doação de órgãos, banalizando a solidariedade.

Não há nada de antiético em um médico ou um serviço de saúde cumprir a lei e fazer valer a vontade de seu paciente falecido que, se não quisesse ser doador, teria tido a iniciativa de fazer registrar sua vontade em seu documento, após o tempo mais que razoável concedido pela lei.

Antiético é desconsiderar a vontade das pessoas, manifestada segundo procedimento válido e legal, de decidir pessoalmente sobre sua condição de ser ou não doador e de poupar sua família dessa difícil decisão.

Antiético é submeter uma família enlutada a mais um sofrimento num momento difícil.

Antiético é submeter equipes de centros médicos e de centrais de captação de órgãos à tarefa complicada e dolorosa de convencer uma família em plena dor da perda de um ente querido a doar seus órgãos.

Antiético é deixar milhares de pessoas vivendo a incerteza, a dependência, a dor, as freqüentes internações, as sessões de hemodiálise.

Antiético é gastar 300 milhões de reais por ano só com pagamento de diálise, quando parte desse dinheiro poderia devolver a vida independente e produtiva de pelo menos 60% dos doentes renais crônicos que dependem do SUS.

Antiético é não se comover com o drama dessas pessoas, deslocando o tópico central dessa discussão, que é o da solidariedade. O fato é que a vida não pode esperar enquanto nos ocupamos com debates sobre o que é e o que não é ético, enquanto não está em jogo a sobrevivência de muitos brasileiros que esperam nas filas de transplantes.

O país vai às urnas

POUCO MAIS de uma semana nos separa de 4 de outubro, quando o país irá às urnas escolher os próximos presidente da República, governadores de estado, senadores e deputados estaduais e federais. A possibilidade de alternância de poder, saudável atributo da democracia, soma-se, por força das novas regras constitucionais, à oportunidade que tem o eleitor de manter em seus cargos os governantes que, a juízo livre de seu povo, fizeram por merecer mais quatro anos de mandato.

Como em outros estados, no Ceará renova-se a confiança no atual governador Tasso Jereissati, que lidera a preferência do eleitorado em todas as regiões do estado nos diversos estratos sociais e em qualquer faixa etária ou nível de escolaridade.

A permanência de um modelo administrativo, quando tem ele demonstrado eficácia no encaminhamento das expectativas comuns à maioria dos eleitores, é saudável na medida em que nos permite estabelecer uma noção planejadora mais forte às ações de governo e consolidar aquelas políticas públicas potencialmente exitosas, mas que reclamam períodos mais longos de manutenção que aqueles determinados pelos ciclos eleitorais.

A notória hegemonia que a liderança de Tasso construiu nesses doze anos em que o seu partido governa o Ceará pode ser sentida ainda pelo continuado crescimento da candidatura de Luís Pontes ao Senado, que acresce às posições consolidadas por uma madura atuação legislativa o substantivo apoio de Tasso Jereissati, Beni Veras e Ciro Gomes, nomes que estão fazendo um Ceará melhor, como atesta o desempenho eleitoral dos que a eles se unem.

A atmosfera de normalidade institucional com que vamos às urnas, com todos os partidos e candidatos com amplos direitos de manifestação e uma justiça eleitoral merecedora da suficiente credibilidade para comandar o processo sem sobressaltos, é um fato que todos – vencedores e vencidos – podem comemorar.

Se difíceis ajustes ainda desafiam a nossa capacidade de incluir o Brasil no círculo das nações econômica e socialmente mais desenvolvidas, temos a estimular nossos esforços a constatação inequívoca de que, sob o ponto de vista político-instrumental, estamos a cada nova eleição mais bem preparados.

Estado eficiente

É SABIDO que vivemos um franco processo de revisão do desenho de Estado que o país conheceu, com forte presença dos agentes públicos no processo produtivo e rígido monitoramento das tendências formadoras do mercado. Para dar continuidade, as lideranças internas e externas do processo econômico reclamam a conclusão da agenda de reformas, ainda mais agora, quando o país vive os desafios conseqüentes do processo que escolheu para sua inserção na dinâmica da globalização. Não diria que dele emerge um Estado mínimo, como almejavam os liberais, mas um Estado de presença bem mais reduzida no controle do mercado e cada vez mais dedicado às suas funções clássicas.

Cabe refletir se estamos realizando algo a favor da eficiência desse novo Estado que, pressupondo-se regulador, deverá fortalecer seus instrumentos de acompanhamento da ação privada e dos atos coletivos, de modo que a sociedade permaneça protegida de manobras abusivas de interesses unilaterais dos agentes de mercado ou de grupos específicos.

Um bom exemplo dos desafios das novas perspectivas é a nova Lei de Crimes Ambientais, à qual pude dar uma oportuna contribuição como relator da matéria. Moderna na sua concepção, ampla na tipificação dos crimes contra o meio ambiente e forte na aplicação das penalidades previstas, carece ainda hoje, no entanto, de um correspondente aparelhamento do Estado para que possa ele exercer suas obrigações de controle, agora diminuído e melhor definido em suas funções reguladoras.

Será esta a segunda etapa deste processo: recolhidos às suas funções clássicas, restará aos líderes políticos desta geração promover o fortalecimento dos instrumentos reguladores do Estado, de modo que permaneça ele aparelhado para deixar que ajam em sua dinâmica as forças vivas de uma sociedade soberana.

Crise global

É UM FENÔMENO recente, determinante no quadro de tensões que viveu o mundo, nos últimos dias, a extraordinária mobilidade do capital especulativo. Os focos de vulnerabilidade são os países em desenvolvimento, que, por circunstâncias de inevitável ajuste, se tornaram momentaneamente atrativos para aqueles agentes.

Há, contudo, um círculo de oportunidades nessa era de incertezas. A transnacionalidade da nova dinâmica produtiva, associada aos avanços tecnológicos recentes, altera substancialmente a estrutura da empregabilidade em todo o mundo e força uma “reengenharia” do próprio modelo de ação do Estado, com superação das noções convencionais de soberania, o que desafia a própria capacidade de planejamento das economias e as estratégias de desenvolvimento dos países. Os brasileiros habitam este mundo e não poderiam estar imunes às conseqüências de um súbito quadro de instabilidade que alcança nações de todos os continentes. Inquilinos de um país que se imagina “abençoado por Deus e bonito por natureza”, o que não é inteiramente im procedente, estamos aos poucos compreendendo o quanto o nosso destino depende do contexto internacional. Sempre foi assim, e com maior intensidade para nações como a nossa, de desenvolvimento retardado.

O que é novo é a possibilidade de enfrentarmos tais turbulências com razoável margem de manobra e um quadro de tranqüilidade social que já se associa a um amadurecimento institucional e democrático notável. Em meio à crise, o povo mobiliza-se ordenadamente em torno das eleições e, mais significativo ainda, compreende e apóia as decisões realistas de um governo que, com ação séria e eficaz, se fez respeitar perante a nação.

Não geramos as razões da crise, e é certo que nos antecipamos aos seus efeitos mais agudos: o programa de estabilização da economia, do qual a moeda forte é apenas sua conquista mais visível, é que nos permite enfrentar com realismo e confiança os momentos de tensão por que passam as economias que, como a nossa, estão mais vulneráveis às oscilações de um fenômeno novo para todo o mundo: o da extrema mobilidade do capital especulativo.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 27/8/1998

A lei dos medicamentos

O PROCESSO legislativo brasileiro reflete a cada dia, em seus episódios mais recentes, o amadurecimento da sociedade brasileira para as questões da cidadania. Após um demorado período de recuperação das prerrogativas democráticas e das garantias individuais, os direitos da cidadania, vivemos uma fase de adoção de medidas que, complemento indispensável à fase anterior, ampliam as responsabilidades sociais dos indivíduos. Entre as iniciativas legislativas que confirmam nosso ponto de vista, estão aí as novas leis de trânsito, de crimes ambientais e de doação de órgãos, as duas últimas com o apoio ativo do nosso mandato.

No mesmo sentido, tenho o sentimento de que a sociedade brasileira aprova e aplaude a iniciativa do governo federal, apoiada em seus termos fundamentais pelo Congresso Nacional, de adotar uma legislação mais dura com falsificadores de medicamentos, classificando tais atos como crimes hediondos, com as conseqüências restritivas que isso impõe aos infratores. Essas manobras ilícitas não apenas produzem ganhos extraordinários àqueles que estão fraudando a economia popular, como causam danos inaceitáveis à saúde.

A proposta do ministro José Serra não amplia apenas a responsabilidade dos cidadãos, mas impõe ao próprio governo maior necessidade de fiscalização e controle. Há, sem dúvida, que se pôr um freio aos atos inescrupulosos que ameaçam as pessoas no atributo essencial à existência humana: a saúde.

O projeto é correto quando pune não somente a falsificação pura e simples, mas ainda a distribuição de produtos que, mesmo contendo as substâncias previstas, não as contêm na dosagem recomendada, o que, evidentemente, prejudica o tratamento e, em muitos casos, pode até mesmo induzir a resistência de determinados germes. O assunto estava mesmo por merecer uma atitude enérgica e um franco processo repressivo. Com a iniciativa, avançamos.

Uma miragem?

A SECA, combinada à animação natural que os períodos eleitorais provocam no debate dos grandes temas nacionais, repôs na ordem do dia a luta pela transposição do rio São Francisco. Há de se argumentar, neutralizando resistências e informando melhor a opinião pública nacional, sobre a pertinência dessa antiga reivindicação do Nordeste.

É sobre isso um artigo de Luís Nassif publicado recentemente na *Folha de S. Paulo*, no qual ele identifica três níveis de dificuldades para que a obra deixe de ser “apenas uma miragem no deserto”, usando uma expressão do jornalista. A primeira dificuldade seria de cunho federativo, já que, pelo menos hipoteticamente, desviar uma pequena parcela das águas disponíveis seria retirar o recurso dos estados naturalmente contemplados com aquele bem.

Ora, o princípio federativo é o da coesão solidária entre estados-membros. Somente a União pode tratar a questão, e o Senado, representativo do espírito federativo, é o fórum próprio para o encaminhamento desse debate. Nenhum estado pode reivindicar para si a pretensão de veto. O interesse geral do país precisa ser preservado no curso das discussões.

A segunda dificuldade seria de cunho ambiental. Sem dúvida, quanto mais o debate se deixa conduzir por impropriedades de bairrismo ou é movido por equivocada ausência de solidariedade regional, mais nos distanciamos dos aspectos que realmente interessam, e a questão relativa ao impacto ambiental da obra carece ainda de uma melhor articulação com a sociedade civil.

Por fim, restaria uma dificuldade de ordem econômica. Cita o jornalista que “o projeto implica custos astronômicos”. Embora variável, o valor mais elevado que vi estimado até então para a obra é em torno de 1 bilhão de dólares. Não é uma quantia elevada, considerados o gênero da obra e os benefícios reais projetados, com uma mudança notável do quadro socioeconômico na região semi-árida de maior densidade demográfica do planeta.

Luís Nassif conclui seu artigo afirmando que, diante de tantas dificuldades, “é mais fácil contar com o arroz e o feijão das medidas imediatas”. Isso é apenas a menor parcela da verdade. O Nordeste precisa, sobretudo, de projetos definitivos como aquele, capazes de reverter de vez os índices de qualidade de vida da região.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 4/6/1998

O candidato do Ceará

A RECENTE pesquisa de opinião do acreditado Instituto Vox Populi, publicada no *Correio Braziliense* de 25 de maio último, não apresenta qualquer novidade para quem mantém contato cotidiano com o sentimento e as expectativas do cidadão cearense.

Naquela consulta pública, Tasso desponta com 72% das preferências para governador, com 40% de indicações espontâneas. A quatro meses da eleição, o número de indecisos é de apenas 20%. Seu adversário mais forte teria simbólicos 6% de votos. Está claro: o Ceará quer Tasso.

Em um país pobre, onde tantas distorções desafiam a capacidade do povo em manter viva a chama de suas esperanças, um governante que conquistou nessa dimensão a confiança de sua gente teria de apresentar sobrados motivos para que este povo compreendesse uma recusa sua em continuar à frente do seu destino, já que a lei a ele faculta o direito de concorrer a mais um mandato.

Tasso não tem motivos para recuar diante de um sonho que ele mesmo ensinou a sonhar: o sonho de um Ceará governado com seriedade, visão de futuro e coragem para enfrentar as resistências retardatárias dos que pretendiam manter seus privilégios acima do interesse comum.

Com a aprovação da reeleição, Tasso tornou-se prisioneiro de seu próprio sonho. Não creio que isso o incomode. Ao contrário, acredito que o realiza perceber o entendimento compartilhado por todo o povo cearense de que, enfim, encontramos o rumo, e nada nos pode desviar.

Sinto-me mais que à vontade para defender a candidatura de Tasso Jereissati: foi a mim, por generosidade dos cearenses, que os eleitores conferiram um percentual

mais elevado de preferência, entre tantas lideranças políticas destacadas do Ceará, quando nas pesquisas era omitida a hipótese de Tasso entrar na disputa – 35% preferiam nosso nome, contra 9% do segundo colocado. Mas Tasso deve ficar. O Ceará sabe que o Brasil pode esperar.

Publicado em:
Jornal de Mão em Mão.
Canindé-CE,
sábado, 30/5/1998

Tragédia anunciada

NO CEARÁ, passado o período chamado de Passagem do Equinócio, que coincide com o dia 19 de março, consagrado a São José, padroeiro da nossa gente, perde o homem do campo a esperança de que as chuvas se manifestem.

Esta seca é das mais graves que tomamos conhecimento nos últimos anos. Há perda total de safras, dificuldade de água para uso humano e ausência de oportunidades de trabalho. Juntos, esses fatores criam uma situação desesperadora para quem habita o semi-árido.

As providências, se ocorrem, não vêm na dimensão da necessidade. Não há segurança de investimentos consideráveis para enfrentarmos a calamidade. Distribuir cestas básicas é uma ação mínima indispensável, não uma resposta à altura da qualificação de um governo modernizador, liderado por homens públicos historicamente comprometidos com a luta pelo resgate das graves distorções sociais do país.

Como fenômeno regular e previsível, a seca precisa de soluções de caráter permanente, baseadas na disponibilização permanente de água, aliada a programas de agricultura irrigada com elevado nível técnico e padrão empresarial de gestão e produtividade. A transposição de águas do rio São Francisco seria, nesse sentido, uma iniciativa emblemática.

Bom exemplo de estratégia econômica de combate permanente aos efeitos da seca é o que está fazendo o governo do Ceará. O projeto de interligação de bacias vai permitir, ainda nos próximos quatro anos, que a disponibilidade de água esteja garantida nas regiões de maior adensamento populacional do estado. Isso irá atrair investimentos e, com eles, oportunidade de trabalho em todas as épocas do ano.

Em caráter mais emergencial, nas condições oferecidas pela realidade atual, a criação de oportunidades de trabalho para o homem do campo seria uma maneira mais produtiva e honrada de lidar com a seca, sem precisar estender a mão para esmolas que saciam uma pequena parte da necessidade momentânea, mas não oferecem ao sertanejo uma oportunidade de reagir, com a fibra do seu próprio esforço, à calamidade da seca.

Seca não se enfrenta com bravata. Houve um imperador que prometeu empenhar até a última pedra de sua coroa para combater a fome no sertão. Muitos cearenses morreram, e a coroa, ao que me consta, continua intacta no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Um presidente disse, durante uma das secas mais intensas, que o Brasil ia bem, mas o povo ia mal. Mas no dia seguinte retiraram recursos do Proterra, vinculados ao Nordeste, para construir a Transamazônica.

Não ter suas necessidades consideradas em real medida não é uma exclusividade da nossa região. Embora com menores repercussões sociais, dada a sua menor densidade demográfica, também a região Norte tem sofrido com os fatores de desequilíbrio inter-regionais. Há pouco, assistimos ao episódio triste, sob vários aspectos, do grande incêndio ocorrido em Roraima, onde uma área florestal imensa foi totalmente devastada pelo fogo. As providências foram lentas e frágeis. O fogo devorou um ambiente natural cuja perda não pode ser sequer mensurada.

Na Europa, o fato teve uma repercussão enorme, em contraste com a passividade com que assistimos a tudo isso, afetando a imagem do governo brasileiro, que se pretende zeloso em suas relações internacionais e cioso de uma melhor aceitação do país no círculo das nações mais desenvolvidas do Primeiro Mundo.

No limiar de uma nova ordem baseada na pujança tecnológica e nas formas as mais sofisticadas de produção e circulação de bens, não é mais tolerável ver uma região como a nossa, que já demonstrou capacidade de reagir com sucesso às iniciativas consistentes de investimento econômico, ser apenas com o drama da migração maciça.

Afora os bem-sucedidos esforços de incremento da atividade turística, o Nordeste precisa de investimentos em programas de disponibilização permanente de água voltados para a implantação da agricultura irrigada, com nível tecnológico atualizado e com padrão empresarial de gestão e produtividade. De onde tal modelo tem sido experimentado, só boas notícias temos recebido.

A transposição das águas do rio São Francisco é um projeto emblemático das aspirações atuais do povo nordestino. Solene promessa de campanha do então candidato do nosso partido Fernando Henrique à Presidência da República, ainda não saiu do papel.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 7/5/1998

As mulheres na democracia

FOI UMA brilhante advogada, Bertha Lutz, quem, em 1926, conseguiu defender e conquistar o direito de voto para a mulher brasileira. A referência de seu ideal conduziu-a a participar da elaboração da Constituição de 1934, a primeira em que as mulheres votaram e foram votadas.

Hoje, as mulheres representam 40% da força de trabalho formal e mais da metade da população estudantil. Incluídos os serviços de infra-estrutura doméstica e trabalho informal, são responsáveis por 2/3 das horas trabalhadas. Mas apesar do peso crescente na atividade produtiva, sua participação nos centros de decisão não acompanhou essa evolução: 94% dos parlamentares federais, por exemplo, são homens.

A primeira tentativa de reversão desse quadro ocorreu nas eleições de 1996. Pela primeira vez aplicaram-se as conquistas consagradas em lei aprovada no ano anterior, que estabelecia a cota de 20% de candidaturas de mulheres nas chapas eleitorais.

A exemplo das iniciativas congêneres em outros países, a estratégia destina-se a estabelecer igualdade de oportunidades. São medidas que podem, por força da representação direta, dar início à correção do processo de exclusão de determinados grupos sociais. Isso não pode ser entendido, no entanto, como solução mágica para conflitos que se estabeleceram nos mais remotos fundamentos culturais de todo um processo civilizatório, na verdade um instrumento transitório utilizado para quebrar resistência e permitir que a própria experiência neutralize preconceitos.

O homem, ser masculino, escreveu o enredo da vida e explicou o mundo angulado na experiência de sua condição. Confinada por toda a história aos afazeres

domésticos, a mulher, desobrigada dos encargos de prover a sobrevivência, desenvolveu um relacionamento com o mundo que, ao contrário do modelo masculino, não se caracteriza essencialmente pela posse, mas, ao contrário, por um sentido, mais generoso, de tolerância e conciliação.

A prática tem demonstrado até aqui que, em política, as mulheres atuam de forma mais pragmática, são escrupulosas no trato com dinheiro e menos calculistas acerca de vantagens próprias. Tais diferenças não impedem a mulher de, uma vez no poder, exercê-lo com pulso e autoridade. Seriam, na expressão feliz de Edgar Morin, “os agentes secretos da modernidade”.

Publicado em:
Jornal de Mão em Mão,
Canindé-CE,
segunda-feira, 4/5/1998

Jogos de azar

COMO MEMBRO da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, fui relator naquela instância do projeto de lei que propunha a legalização da prática dos jogos de azar, regulamentando o funcionamento legal de cassinos no Brasil. A prática de jogos no país foi sendo aos poucos autorizada e explorada pelo Estado no caso das loterias, e por particulares, mais recentemente, na questão dos bingos.

Os argumentos do mérito relativos ao tema congregam-se em dois grandes grupos, o das razões socioculturais, morais e até religiosas, e outro, que abrange razões econômicas. De um modo ou de outro, é um assunto controvertido, mas revestido unicamente das convicções e das experiências pessoais de quem o defendeu ou condena.

É preciso compreender, quando se defende a ocupação como propulsora de alguma forma de desenvolvimento, que a existência da riqueza inerente à atividade estimula a vinda de potenciais criminosos na pretensão de benefícios espúrios, sobrecarregando também as funções de segurança pública. Pesquisas mostram sensível aumento da criminalidade nas cidades americanas que sediam cassinos.

A tradição cultural brasileira, após cinco décadas de inexistência de cassinos, não configura essa atividade como prioritária. Mesmo as casas de bingo já começam a

dar sinais de declínio, com fechamento e diminuição de público na maioria delas.

É importante salientar ainda que é extremamente difícil controlar as movimentações financeiras de um cassino, em razão da velocidade e do número de transações ali praticadas, o que não nos permite avaliar a tese da efetiva contribuição econômica dessas movimentações.

E mais. A indeterminação dos lucros efetivos permite aos cassinos a anexação de montantes significativos obtidos em operações ilegais e criminosas, como tráfico de drogas, contrabando, prostituição, agiotagem, entre outras.

Essas ponderações parecem-nos mais relevantes do que os argumentos, de duvidosa veracidade, de que a regulamentação da atividade produziria eventuais vantagens econômicas. Por isso, mesmo consciente das divergências de opinião que cercam o tema, posicionei-me e continuei posicionando-me contrário à proposta.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 30/4/1998

Sensatez

ESTÃO CERTAS as principais lideranças nacionais do PSDB quando unem esforços para definir o quanto antes uma forma de participar da coordenação política da campanha do presidente Fernando Henrique à reeleição. Pela total identificação com o partido, capacidade de trabalho incomum e proximidade que mantinha com o Presidente, Sérgio Motta reunia todas as condições para articular em nome do partido os diversos setores que movimentam uma campanha vitoriosa. .

Os que hoje comandam os tucanos, cumprindo o seu papel de empenhar-se pelo interesse maior do partido, encontraram na figura de Tasso Jereissati aquele nome capaz de pôr fim a uma angústia que inquieta os quadros da social-democracia brasileira.

Se o governador dos cearenses conquistou tamanho prestígio – isso as lideranças partidárias terão de compreender –, com certeza não foi abandonando seu povo nos momentos de dificuldade. Tasso tomou uma decisão sensata quando recusou renunciar aos meses que faltam para concluir integralmente seu mandato. Explique-se: o PSDB tem grandes quadros. Mas quantos Tassos tem o Ceará? Estamos em

meio a uma seca que flagela o sertão e expõe à penúria a família cearense. É um momento de compromisso e luta. A permanência da liderança maior do estado à frente do governo é um alento fundamental para a resistência social ao desafio da seca.

Renunciando ao comando político da campanha presidencial, Tasso relega a segundo plano possíveis aspirações pessoais e coloca o bem do Ceará como sua missão primordial. Uma decisão sensata que, sem dúvida, fortalecerá ainda mais os laços de profunda identidade e confiança entre sua liderança e o povo cearense.

Tasso sabe que a garantia de continuidade no programa de modernização do país passa pela reeleição do Presidente. Maiores são as necessidades prementes do Ceará, que ora enfrenta mais uma seca e precisa estar guiado por uma liderança firme como a sua.

O próprio presidente Fernando Henrique, solidário ao nosso povo e ciente da força de representação que tem o atual governador perante sua gente, em nenhum momento pediu a Tasso, em favor do seu projeto de reeleição, o sacrifício de sua responsabilidade fundamental para com os cearenses.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sexta-feira, 24/4/1998

Luís e Motta

O GOVERNO Fernando Henrique Cardoso, que tem sido bem-sucedido em praticamente tudo o que tem efetivamente se empenhado em conquistar, não conseguiu vencer o invencível, não venceu a morte. No momento em que sua gestão partia para o coroamento do processo de reformas, com mudanças sobretudo no quadro previdenciário do país, perdeu os braços. Pois era isso que representavam politicamente para Fernando Henrique os dois companheiros perdidos no apogeu de sua vitória – os dois braços com que o Presidente conseguia dar trânsito no Congresso Nacional às suas propostas de modernização.

Sérgio Motta encarnava os interesses maiores do partido e o compromisso visceral de suas lideranças com as reformas. Luís Eduardo Magalhães era o principal interlocutor do governo com seus aliados. Sérgio era o homem de choque; Luís

Eduardo, de conciliação. Se um assegurava a identidade partidária num governo de compromissos pragmáticos, o outro lhe garantia a confirmação cotidiana de sua hegemonia. Lutaram, lado a lado, pelo mesmo propósito: dar ao governo Fernando Henrique condições de imprimir ao país sua agenda programática.

Apoiado na capacidade de articulação de Sérgio Motta e Luís Eduardo, o governo luta para superar o modelo de desenvolvimento nacional fundado na Era Getúlio, abrindo espaços para experimentações alinhadas com as tendências internacionais mais recentes.

Só o julgamento da história dará a dimensão da contribuição que eles provavelmente deram ao país, que vive um auspicioso momento de estabilidade econômica e de uma lenta, porém efetiva, fase de conquistas sociais, com a melhoria no padrão de consumo dos setores assalariados. Às vésperas de uma eleição na qual desponta como candidato preferencial nas pesquisas de opinião realizadas até agora, o Presidente precisará promover uma “reengenharia” no seu quadro de articulação política.

“Ninguém é insubstituível” é hoje uma frase sussurrada com pouca convicção nos bastidores da política nacional. Se para substituir Sérgio Motta o Presidente afirmou precisar de três pessoas, com quantos contará para superar as dificuldades advindas da perda de Luís Eduardo? Sérgio Motta, o velho amigo, e Luís Eduardo, um de seus até então mais prováveis sucessores, farão falta à alma e ao governo do presidente Fernando Henrique, mas, sobretudo, ao país.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 9/4/1998

Crimes ambientais

O ACESSO aos bens naturais é, pelo menos em princípio, consagrado a toda a humanidade. Para que esse direito seja praticado, é preciso que, antes de tudo, os bens naturais se encontrem em condições adequadas de aplicação às necessidades humanas. Quando afirmamos esse direito, estamos assumindo um compromisso de preservar a natureza para além do nosso tempo, de tal modo que também as gerações futuras possam usufruir de seu indispensável uso.

No ambientalismo, mais do que em qualquer outra causa coletiva, da universa-

lidade na aplicação de normas responsáveis de uso depende o sucesso dos nossos esforços localizados. O desafio do ambientalismo é a exigência de uma iniciativa global, pois são extensas as repercussões do uso indevido dos recursos naturais.

Faço essas reflexões para reafirmar a importância que passa a ter para o efetivo controle dos conflitos de ordem ambiental no país a aprovação recente da nova lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Tive a oportunidade de ser relator dessa matéria, de iniciativa do Poder Executivo, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Entre outros benefícios que a nova lei incorpora às disposições anteriores, é que nela foram reordenados os termos fixados em inúmeras portarias do Ibama e que tinham reduzida acolhida, por força legal precária, quando do exame de litígios judiciais envolvendo repercussões ambientais.

Após minucioso trabalho nosso, no qual foram ouvidas as vozes autorizadas do poder público e da sociedade civil comprometidas com a questão ambiental, a lei, genérica e imprecisa em sua forma original, recebeu a versão finalmente aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Este, o ambientalismo, é um tema ao qual nos dedicamos há tempos. Quando prefeito de Fortaleza, lideramos a primeira gestão municipal entre as capitais brasileiras onde a questão mereceu esforços relevantes, com a preservação de áreas e a criação de um conselho com a participação direta da sociedade.

A nova lei é o amparo legal atualizado de que precisa a sociedade para reagir contra os abusos movidos por interesses particulares. O Congresso Nacional agiu. Também o governo precisa fazer valer, por uma ação eficaz, o que prevê a nova lei.

Publicado em:
Jornal da Tarde, São Paulo,
sábado, 21/3/1998

Um clássico do trabalhismo

O LIVRO *Bases e fundamentos do trabalhismo*, de Clement Attlee (edição do Instituto Teotônio Vilela/PSDB, 199 p., R\$ 17,00), agora relançado como parte da Coleção Social Democracia, constitui um texto clássico na história do socialis-

mo europeu. Foi publicado, em Londres, no ano de 1949, com o título de *The labour party in perspective*, e teve uma tradução brasileira no começo da década de 1950. Seu autor, por sua vez, também se inclui entre as grandes personalidades daquele movimento. Attlee pretende apresentar os fundamentos histórico-culturais do programa do Partido Trabalhista Britânico, os quais coube justamente ao seu autor levar à prática no plano das reformas econômicas. Embora a evolução da Inglaterra, em particular, e da Europa, de modo geral, haja determinado nas últimas décadas que o Partido Trabalhista reexaminasse e alterasse profundamente o seu programa, *Bases e fundamentos do trabalhismo* continua sendo uma obra de referência para a compreensão do curso histórico daquele movimento.

Uma figura central

CLEMENT ATTLEE era filho de um próspero e reformado advogado londrino e estudou em Oxford com a intenção de seguir a carreira do pai. Contudo, interessava-se desde logo pela reforma social e, após formado em 1907, aos 24 anos de idade, ingressa na Sociedade Fabiana e, em seguida, no recém-fundado Partido Trabalhista.

A decisão de criar o Partido Trabalhista foi adotada pelo Congresso das *Trade* em 1900. Tratava-se, inicialmente, de um pequeno comitê, *Labour Representative Comitee*, que somente em 1906 passou a se chamar *Labour Party*. Nas primeiras eleições de que a agremiação participou, apresentou-se na legenda do Partido Liberal. Assim, a adesão de Attlee dá-se na fase inicial. Nesse período, integrou-se à organização partidária de uma zona pobre de Londres – East End –, tendo sido obrigado a interromper essa militância para lutar na Primeira Guerra Mundial. Terminada esta, volta à atividade política, conquistando o seu primeiro mandato na Câmara dos Comuns em 1922 por um dos distritos do East End – Limohouse.

Conservador liderado por Neville Chamberlain (1869-1940), que exercia a chefia do governo, sustentou uma política de conciliação com Hitler. Winston Churchill (1874-1965) combatia com denodo essa linha de atuação e acabou liderando o país durante a guerra.

Attlee havia sido eleito líder do Partido Trabalhista em 1935 e integrou o gover-

no de coalizão dirigido por Churchill, em cuja formação teve papel decisivo ao provocar, no Parlamento, a derrubada de Chamberlain, em maio de 1940.

Como o Partido Trabalhista saiu vitorioso das eleições realizadas em junho de 1945, após o término da guerra, formou-se pela primeira vez na história inglesa um governo trabalhista com maioria suficiente para introduzir as reformas preconizadas em seu programa. As principais indústrias britânicas foram estatizadas, bem como ferrovias, aviação civil, serviços telefônicos e o Banco da Inglaterra. É dessa fase a criação do Serviço Nacional de Saúde, com recursos provenientes do orçamento.

Sob a chefia de Attlee, os trabalhistas mantêm-se no poder até 1951, quando os conservadores conquistaram a maioria. Em razão desse fato, Clement Attlee renuncia à liderança. Manteve-se durante dezesseis anos.

Attlee foi nomeado para a Câmara dos Lordes em 1955. No ano anterior, havia publicado suas memórias. Faleceu em 1967, aos 76 anos de idade. Tornou-se uma figura central na história da Inglaterra no século XX, ao ter logrado que os trabalhistas abandonassem a linha pacifista, permitindo que a Inglaterra se apresentasse unida na luta afinal vitoriosa contra a ameaça nazista. Além disso, assegurou a independência da Índia e criou o Commonwealth, encerrando a condição de não imperalista de que desfrutava a Inglaterra.

Os socialistas fabianos

A SOCIEDADE Fabiana foi criada em 1883-1884 por um grupo de intelectuais, entre os quais Bernard Shaw (1856-1950), à época jovem escritor de menos de trinta anos, que iria tornar-se um dos maiores nomes da literatura universal, criador de personagens imortais e ganhador do Prêmio Nobel de 1925. Outro fundador da Sociedade Fabiana, que igualmente adquiriu renome internacional, foi Sidney Webb (1859-1947).

A Sociedade Fabiana formulou com clareza seu ideário político na obra *Fabian essays in socialism*, editada por Bernard Shaw, em 1889. A entidade manifesta-se a favor do socialismo, rejeitando o revolucionário e optando pelo evolucionista. Pre-

fere Stuart Mill aos teóricos continentais – Karl Marx, Bakunin, Proudhon. Proclama que o bem-estar da maioria exige o intervencionismo estatal. Os fabianos consideram a máquina estatal o elemento apropriado à promoção do bem-estar social.

A Sociedade Fabiana pretendia, de início, atuar como uma espécie de fermento no seio dos grandes partidos tradicionais, o Conservador e o Liberal. Evoluiu, contudo, para apoiar a criação de um partido dos trabalhadores. E, embora não possa ser considerada a mola-mestra da estruturação do Partido Trabalhista, é fora de dúvida que influenciou sobremaneira no sentido de que a nova agremiação acabasse por incluir o ideal socialista em seu programa.

O programa socialista do Partido Trabalhista

O PARTIDO Trabalhista incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção – a chamada Cláusula IV – no ano de 1918. Ainda que pertencesse à Segunda Internacional, até então não havia adotado, expressamente, profissão de fé socialista. Seu objetivo primordial consistia em atuar preferentemente na esfera da legislação social trabalhista.

Nesse programa de caráter socialista, o Partido Trabalhista entende que, para implantar a Comunidade Britânica Socialista, não seria necessário efetivar alterações substanciais no sistema de governo existente e consolidado historicamente na Inglaterra. O sistema em apreço nunca impediu a alternância de grupos sociais no poder. Assim, o Partido Trabalhista recusa o modelo totalitário.

De todos os modos, o Partido Trabalhista compromete-se a atuar em prol da Constituição, por meios democráticos, de uma sociedade sem privilégios de classe, entendendo por isso a maior eqüidade na distribuição da riqueza.

O plano de governo dos trabalhistas envolve quatro rumos principais:

- o planejamento da indústria;
- a disciplina de localização das atividades produtivas, com vistas à descentralização e ao aproveitamento adequado das vantagens naturais;
- a necessidade de assegurar que serão utilizados, para a realização das diversas

tarefas, os meios aptos e os mais indicados;

· a fixação do padrão de vida que o país pode estabelecer para os seus cidadãos e da política de investimentos a ser observada.

Para o cumprimento de semelhante programa, o Partido Trabalhista advoga a intervenção direta do Estado na economia, a começar pelo sistema financeiro, que deve obedecer ao comando de instituição governamental – o Banco da Inglaterra, estatizado no governo chefiado por Clement Attlee.

O Partido Trabalhista advoga a eliminação da propriedade privada da terra. Os proprietários merecerão a requerida compensação, tanto porque o Partido Trabalhista se opõe a qualquer forma de confisco, como pela circunstância de que numerosos trabalhadores são pequenos proprietários e seria uma insensatez antagonizá-los.

Considera ainda essencial que seja preservada a estatização de toda a indústria carbonífera, a manutenção do controle do Estado sobre os combustíveis e a transformação dos transportes em serviço público.

Conquanto considere prioritários os problemas da propriedade e da direção das indústrias e do sistema financeiro, o trabalhismo atribui posição de relevo, em seu programa, ao sucessivo aprimoramento dos serviços de assistência social. O Partido Trabalhista propõe-se, ainda, à efetivação de gigantesco programa de desenvolvimento da agricultura e de alteração radical das condições de vida existentes nas áreas empobrecidas.

A nova configuração do trabalhismo inglês

DEPOIS DA derrota de Attlee em 1951, os trabalhistas somente voltaram ao poder entre 1966 e 1970, agora sob a liderança de Harold Wilson. Desde então, por dilatado período de mais de quinze anos, os trabalhistas sofreram sucessivas derrotas para os conservadores. Na verdade, o Partido Trabalhista passa por uma séria crise. No começo dos anos 1980, à medida que o programa de desestatização do governo conservador ganha apoio da opinião pública, as *Trade Unions* ensaiam

estabelecer rígido controle sobre a agremiação partidária, do que resulta a debandada de expressivo grupo de líderes trabalhistas, os quais realizam a experiência de criação do Partido Social Democrata. Embora essa experiência não tenha sido bem-sucedida – acabando o novo partido por desaparecer ao se fundir com os liberais (março de 1988) –, marcou profundamente o trabalhismo. Os sociais-democratas enfatizavam justamente a necessidade de o trabalhismo se adaptar à nova configuração assumida pela sociedade – que alguns chegam a denominar de pós-industrial –, na qual o operariado manufatureiro se torna minoritário e os trabalhadores se acham majoritariamente nos serviços. Essa idéia acabaria por empolgar a liderança trabalhista. Sucessivas tentativas de renovação são empreendidas sem maior êxito. Contudo, no processo de preparação para as eleições de 1992, o Partido Trabalhista procura nitidamente se apresentar perante a sociedade com uma nova feição. Assim, nos documentos dessa fase, afirma-se taxativamente que os problemas com que o país se defronta não resultam do capitalismo, mas da má gestão conservadora, e que o Partido Trabalhista não se distingue do Conservador na aceitação do mercado, mas pelo fato de que os trabalhistas reconhecem os seus limites e os conservadores não os admitem.

Finalmente, depois de mais um insucesso eleitoral naquele último ano (1992) e da morte de John Smith, que então exercia a liderança, no ano de 1994 procede-se à escolha de novo líder que vá ao encontro das aspirações de renovação acalentadas pela maioria dos trabalhistas. A personalidade que encarna esse espírito de renovação é um jovem nascido em 1953, Tony Blair, que ascende a essa posição quando apenas completa 41 anos de idade. Sintetizando o que denominam de *the Blair revolution*, Peter Mandelson e Roger Liddle escrevem o seguinte:

Alguns partidos socialistas, como o PSD na Alemanha ou o Partido Trabalhista Australiano, resolveram há uma geração que eles, sem sombra de dúvida, acreditavam naquela espécie de socialismo (*i. e.*, num socialismo de índole moral). O PSD renunciou ao marxismo no Congresso de Bal Godsberg, em 1959, e abraçou uma forma de social-democracia que lhe proporcionou clareza e visão para dirigir uma Alemanha em rápido processo de modernização e economicamente bem-sucedida. Com o Partido Trabalhista Inglês, os fatos passaram-se de modo diferente. Até 1995, nunca se havia disposto a definir de modo inequívoco em que tipo de socialismo acreditava. Ao fim das contas, seus líderes evitaram a escolha, até que Tony Blair conseguiu evocar a Cláusula IV.

É mais adiante:

Desde que ingressou no Parlamento, Blair dedicou-se à elaboração de uma nova agenda radical para a esquerda na Inglaterra, agora personificada pelo Novo Trabalhismo. É isso que vinham fazendo os partidos sociais democráticos, isto é, estabelecendo uma nova identidade ao despertar de sua incapacidade para apresentar uma alternativa intelectual coerente para a expressão do pensamento de direita. Essa é a chave para tudo compreender acerca de Blair e sua determinação de transformar o Partido Trabalhista. Ele deseja que o trabalhismo redescubra sua identidade apoiando-se em seus valores fundantes e não em qualquer rígida ideologia ou teoria econômica desde fora enxertada. Extraindo aqueles valores da tradição partidária e em torno deles estruturando tudo o mais – eis a renovação patrocinada por Blair.

Tony Blair concluiu o curso superior na Universidade de Oxford. Ingressou no Partido Trabalhista em 1975, tendo sido escolhido para integrar a chapa de candidatos ao Parlamento em 1983, no distrito de Duham. Eleito naquela oportunidade e passando a fazer parte da Câmara dos Comuns, tem sido reeleito desde então. Integra, a partir dessa época, o grupo que se propunha a reformar o trabalhismo, sem cogitar de uma nova agremiação, como o fizeram os que se afastaram para fundar o Partido Social Democrata.

Com a morte do líder John Smith, em 1994, cogitou-se o nome de Blair para substituí-lo. Sabendo que encontraria a oposição da liderança das *Trade Unions*, o grupo de Blair suscitou a antiga proposta de submeter a escolha a todos os membros da agremiação, tendo conseguido impor tal procedimento. O nome de Tony Blair foi aprovado por 57% dos militantes e com a oposição de apenas 24%. Com esse resultado, o Partido Trabalhista deu uma clara demonstração do seu desejo de mudança. Segue-se uma grande disputa para mudar a mensagem dos trabalhistas. A primeira batalha travou-se em 1995 em prol da revogação do princípio que identificava o socialismo com a estatização da economia.

Em vez disso, Tony Blair pretende associar o trabalhismo a um conjunto de valores. Na introdução ao livro *What Needs to Change*, teve oportunidade de escrever:

Meus princípios políticos são essencialmente muito simples: radicam-se em meus valores. Os valores fornecem uma bússola para se orientar na selva política. Ajudam a definir os objetivos e o caráter,

não apenas dos partidos políticos, mas de toda a sociedade. Meu sistema de valores baseia-se em uma crença acerca dos indivíduos e da sociedade em que vivem. Somente em uma convivência forte e ativa pode o indivíduo prosperar. As pessoas devem encontrar um suporte na sociedade – eis a essência da justiça social. Devem trabalhar juntas para alcançar aquilo que não podem obter sozinhas. E todos devem cumprir com suas responsabilidades para com toda a comunidade. Tais são os princípios do socialismo prático e popular defendidos por Keir Hardie e Clement Attlee. E são a fonte do duradouro apelo do Partido Trabalhista.

Desse modo, no entendimento de Blair, o trabalhismo deixa de ser o representante de um segmento da sociedade, a classe operária, as *Trade Unions*. Para usar sua expressão, deixa de ser uma agremiação de esquerda, aspirando a se tornar de centro-esquerda.

Peter Mandelson e Roger Liddle, no livro citado, estabelecem esta diferenciação entre o antigo e o novo partido:

- enquanto a esquerda desejava a igualdade de resultados e a direita a liberdade individual para cada um alcançar o que lhe aprouvesse, o novo Partido Trabalhista deseja verdadeira igualdade de oportunidades para todos e privilégios especiais para ninguém;
- enquanto a esquerda lutava por direitos sem a contrapartida da responsabilidade e a direita queria que cada um fosse responsável por si mesmo, o Partido Trabalhista destaca a importância das obrigações mútuas;
- enquanto segmentos da esquerda desejam a centralização e poderosas burocracias, a direita deseja privatizar tudo quanto seja público, deixando o resto ao mercado;
- o Partido Trabalhista advoga diversidade e descentralização, com soluções públicas no mais das vezes configuradas por meio do mercado;
- enquanto a velha esquerda diz que pretende representar as *Trade Unions*, os grupos de pressão e a classe trabalhadora e a direita mostra seu papel como protetora dos ricos, juntamente com poderosas corporações de interesses, o novo trabalhismo empenha-se pelas famílias simples que trabalham duro.

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
domingo, 15/3/1998

Mulheres

A PIONEIRA do movimento de emancipação política da mulher, no Brasil, foi a dra. Bertha Lutz, brilhante advogada paulista. Em 1926, conseguiu, com sua luta constante, defender e conquistar o direito da mulher brasileira de votar. Posteriormente, participou da elaboração da Constituição de 1934 e apresentou um projeto, em 1937, referente aos direitos da mulher e às obrigações econômicas equitativas para a subsistência do lar. Nessa eleição de 1934 para a Assembléia Constituinte, a primeira em que as mulheres votaram e foram votadas, a única eleita foi a própria Bertha Lutz, representando 1% do total dos parlamentares.

De lá para cá, as mulheres passaram a representar 40% da força de trabalho formal e mais da metade da população estudantil. Se computarmos o trabalho informal e os serviços de infra-estrutura doméstica, as mulheres são responsáveis por 2/3 das horas trabalhadas, cumprindo sua parte na construção da sociedade.

Entretanto, apesar do peso crescente da mulher na atividade produtiva, sua participação nos centros de decisão não acompanhou essa evolução: por exemplo, 94% dos parlamentares federais são homens.

A primeira tentativa de reversão desse quadro ocorreu nas eleições de 1996, quando, pela primeira vez, se aplicaram os dispositivos da Lei nº 9.100, aprovada em 1995, que estabeleceu a cota de 20% de candidaturas de mulheres nas chapas eleitorais.

A exemplo de iniciativas congêneres de outros países, a lei baseou-se no princípio da "política compensatória" ou "ação afirmativa", estratégia destinada a estabelecer a igualdade de oportunidades por intermédio de medidas que corrijam a exclusão de determinados grupos sociais. De acordo com essa estratégia, no que se refere às ações mais diretamente ligadas à participação política nas instâncias do poder formal, recomenda-se estabelecer uma política de cotas que assegure determinado percentual de candidaturas para cada sexo.

Não acredito que o sistema de cotas (bem como outros tipos de ações afirmati-

vas) seja, por si só, a solução final ou mágica que garanta a presença das mulheres nas esferas de decisão. Embora eficaz (e os resultados da última eleição comprovam isso), é um instrumento transitório, utilizado somente para abrir caminhos, para começar a quebrar resistências dos dois lados, ou seja, é um passo. É necessária, porém, uma transformação maior na condição feminina e nas relações de gênero para que possamos chegar a uma democracia realmente igualitária.

Embora as questões de natureza quantitativa sejam imprescindíveis para desencadear as modificações, é preciso superá-las e fazer avançar, simultaneamente, a discussão a respeito dos aspectos qualitativos, os únicos realmente capazes de consolidar a participação feminina no contexto da política.

A inclusão nesse terreno exige-nos uma reflexão a que pouco se recorre na argumentação política, em razão do receio infundado de que a sua linguagem, algumas vezes hermética, seja inacessível ao entendimento da maioria. Trata-se, naturalmente, de um preconceito em relação à reflexão filosófica, destituída de dados e estatísticas persuasivas, mas detentora inegável do significado, muitas vezes submerso, do comportamento humano.

Assim, quando se fala e se reivindica igualdade entre homens e mulheres no campo político, trata-se, evidentemente, de igualdade de direitos e de condições de acesso, uma vez que a igualdade entre os sexos não só é impraticável como indesejável.

Esse é um fato estabelecido – as mulheres são forçosamente diferentes. E o são por motivos irreversíveis de ordem biológica, histórica e sociocultural.

A menor força física, a maternidade e outros fatores, que aqui não cabe analisar, fizeram que o homem tomasse o poder. Foi a partir desse poder que se criaram os valores a que chamamos masculinos, e foi com esse poder que o homem escreveu a história e explicou o mundo, daí a mulher ter sido excluída do poder e da história – ficou a viver de valores caseiros.

Será que, em todos esses séculos em que cuidou da lavoura, aguardou nas cavernas a volta dos caçadores, sufocou em espartilhos as manifestações do corpo, rezou pelos homens envolvidos nos combates e, mesmo agora, quando divide e acumula a conquista do poder com os afazeres domésticos, a mulher viu e entendeu o mundo como os homens o viam e o explicavam?

À custa de ter sido retirada da história e de permanecer à espera nos serões fami-

liares e domésticos, não terá a mulher uma diversa perspectiva da existência? O mundo é o mesmo visto do alto das colinas e da janela do lar?

É por que estava desobrigada dos encargos de prover a sobrevivência que não teve a mulher condições de desenvolver um relacionamento com o mundo que, ao contrário do modelo masculino, não se caracteriza, essencialmente, pela posse, mas, ao contrário, pela tolerância e pela conciliação?

Se considerarmos essas hipóteses, devemos, por coerência, admitir que a mulher tem uma contribuição diferenciada a dar ao diálogo político, uma vez que poderá enriquecê-lo com as especificidades de sua história e de sua visão do mundo.

Isso não significa, naturalmente, confiná-la nas chamadas áreas sociais, com destaque para a educação, a cultura, a assistência social. Significa admitir que as mulheres apresentam um procedimento diverso de seus companheiros homens. Ao que parece, em política, as mulheres preferem soluções pragmáticas e imediatas; sabem guardar distâncias, quando necessário; são mais escrupulosas no trato com o dinheiro e menos calculistas acerca de vantagens próprias. Elas seriam, para usar uma expressão de Edgar Morin, "os agentes secretos da modernidade". Talvez isso explique a desconfiança que certos países islâmicos têm em relação às mulheres...

Se, por um lado, se defende a especificidade do feminino, por outro é preciso reconhecer a identificação das mulheres com o masculino. Por exemplo, na luta pela conquista do poder político, as mulheres são tão competitivas quanto os homens. Uma vez chegadas ao poder, a um alto nível de responsabilidade, elas são, muitas vezes, mais duras que os homens. As mulheres também adotam, quando necessário, e quando é a fala dominante, uma linguagem técnica.

Para não delongar excessivamente esse raciocínio, pode-se iniciar o encaminhamento de algumas questões que possam conduzir a conclusões, mesmo que provisórias. Feminizado, o mundo político seria diferente? A presença feminina conduziria a uma gestão política diferenciada?

A diferença é uma noção relativa. Ela não pode ser analisada em si, mas em relação a uma outra questão. Nas culturas ocidentais, fundadas sobre o paternalismo, a maternidade associa a mulher à natureza. Em certas culturas africanas, por outro lado, a função reprodutora aparece ligada ao exercício do poder.

A história das mulheres confere-lhes uma especificidade que pode variar segundo o país e a cultura. Elas são, portanto, fundamentalmente e intrinsecamente dife-

rentes? Sem dúvida, as mulheres têm, entre si, afinidades que as aproximam. Mas essas afinidades devem, necessariamente, ser analisadas como diferenças pelas quais se reivindicaria a originalidade?

Não nos esqueçamos de que a democracia é essencialmente fundada sobre a universalidade. Por outro lado, em razão do respeito às liberdades fundamentais, uma sociedade democrática não pode ser intransigente com as diferenças. Deve não somente admitir, mas ainda inserir, profundamente, as especificidades femininas, que, a despeito de serem intrinsecamente próprias, são portadoras de uma mensagem que a história lhes confiou e que a todos se destina.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 12/3/1998
--

Pobres e ricos

MUITO SE tem afirmado ser a questão das desigualdades regionais um dos grandes problemas que o país enfrenta. A Constituição de 1988 – de cuja elaboração tive a honra de participar – ocupou-se do assunto quando, em um dos seus artigos, estabelece que a destinação dos recursos federais deverá observar uma proporção em relação às respectivas populações.

Há dois tipos de transferências de recursos da União para estados e municípios: as de ordem constitucional (Fundos de Participação, Salário-educação, etc.), que não pertencem à União, mas são por ela arrecadados e repassados apenas por uma questão de racionalidade econômica; e as transferências negociadas, repassadas mediante convênios e que atendem a rubricas inseridas no Orçamento da União. Estas representam um ato de arbítrio do governo federal.

Esses recursos estão sendo canalizados, majoritariamente, para as regiões mais desenvolvidas: em 1996, o Nordeste recebeu 26,1%, e o Sudeste, 40,4% de todas as transferências voluntárias. No ano seguinte, não foi diferente, os repasses para o Nordeste caíram ainda mais, para 20,8%, enquanto o Sudeste – a região mais rica, mais próspera, mais desenvolvida – teve seus repasses aumentados para 47,5%. Temos aí, nas transferências voluntárias, mais um poderoso instrumento de concentração de riquezas, e, conseqüentemente, de renda, nas mãos dos que, se não têm tudo, têm muito mais.

Mesmo as transferências constitucionais, que representam uma garantia de que, por força de lei, esses recursos retornarão aos estados e aos municípios, estão gravemente atingidas pelo assim chamado Fundo Social de Emergência, que confisca parte dessas transferências legais.

É interessante observar, no curso dessas discussões, que o Estado do Ceará é apontado por muitos como privilegiado pelas estreitas relações políticas entre o Presidente da República e o seu governador; por isso mesmo, tem sido gravemente atingido por decisões equivocadas da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional: recebeu em 1996 e em 1997, respectivamente, 3,2% e 2,4% dos recursos destinados ao Nordeste, contra os 3,9% e 5% da Bahia e os 3,4% e 5% de Pernambuco.

Estamos, na verdade, sendo tão penalizados quanto os demais estados nordestinos, ainda que gestões austeras e empreendedoras se venham sucedendo no Ceará há mais de dez anos.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 29/1/1998

Távora e Prestes

COMEMORAMOS este ano dois centenários de nascimento: o do gaúcho Luís Carlos Prestes e o do cearense Juarez Távora. O primeiro vem recebendo com toda justiça, mesmo de personalidades que em vida se opuseram às suas idéias, diversas homenagens. Mas o segundo, pelo que observei até agora, mereceu apenas um pequeno convite à sua viúva, Nair Távora, para uma missa a ser celebrada no Rio de Janeiro.

Muito tiveram os dois em comum, além da idade. Foram tenentes do Exército. Juntos participaram do Movimento de 1922. Távora substituiu Prestes no comando de uma unidade militar e depois participou da famosa coluna que o segundo liderou com o ideal de renovar os costumes políticos e as instituições brasileiras, percorrendo treze estados brasileiros, num total de 25 mil quilômetros percorridos em cinco anos.

A história os uniu, a história os separou: exilado na Argentina, Prestes conheceu o marxismo por intermédio de Astrogildo Pereira e recusou-se, em 1930, a ser o

comandante militar da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, à qual já se integrara Juarez Távora, que em breve seria ministro getulista, como o foi, em seguida, nos governos Café Filho e Castello Branco.

Agora que lembramos seu centenário de nascimento num momento em que o mundo passa por mudanças radicais, como Prestes perceberia o desmoronamento do socialismo real, que defendeu com o sacrifício de toda a sua individualidade, pela impossibilidade de prover as nações que o adotaram de um patamar digno de qualidade de vida e de um sistema político representativo e aberto?

Como veria esse quadro de rupturas radicais Juarez Távora, que defendia a exploração do petróleo nacional pelos Estados Unidos, quando agora se assiste à quebra do monopólio e à desestatização, com a abertura de mercado e a mundialização da economia?

O fato é que mesmo quem, como eu, tenha discordado das idéias de um e de outro não poderia furtar-se de reconhecer nesses dois brasileiros as qualificações cívicas necessárias às lideranças de qualquer país que, como o nosso, pretende superar seus limites e conquistar para o seu povo condições de vida favoráveis ao pleno desenvolvimento da sua capacidade. Reconhecê-lo é reencontrar nossos melhores atributos, como nação e pátria.

Publicado em:
Correio Braziliense,
Brasília-DF,
segunda-feira, 19/1/1998

A lei da vida

HAVIA UMA LEI no país que matava gente todo dia. Previa que, para doar seus órgãos, o cidadão obrigava-se a comparecer a um cartório e, submetido a procedimentos enfadonhos, declarar, enfim, sua vontade.

Na prática, uma lei que deveria estimular a doação aumentou consideravelmente durante sua vigência o número de pacientes à espera de um órgão para transplante. Sua inoperância pode ser medida pela extensa relação de projetos, cerca de uma dezena, que tramitavam no Congresso sugerindo mudanças no quadro legal que amparava as ações relativas à questão.

Portanto, a nova lei não surgiu por vontade pessoal minha ou dos membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Foram pressões sociais legítimas que conduziram diversos deputados e senadores a formular propostas que pudessem alcançar as soluções para as quais o formato legal anterior não tinha dado respostas satisfatórias.

Como autor do substitutivo votado pelo Congresso e sancionado pelo Executivo federal, não posso reclamar do nível de participação da sociedade na discussão de seus aspectos durante o período de tramitação. Embora à época o instituto da reeleição dominasse as atenções da mídia, lembro que, ainda assim, a proposta foi largamente discutida por lideranças sociais, autoridades científicas, gestores públicos e personalidades religiosas mediante artigos na imprensa, seminários e debates públicos.

Porém, os argumentos em contrário não foram suficientemente procedentes para impedir que o Congresso aprovasse o projeto com larga margem de votos favoráveis, sem que para isso o governo mobilizasse suas forças de articulação no Parlamento.

A proposta contou com amplo apoio dos partidos progressistas. Os senadores Darcy Ribeiro e José Eduardo Dutra articularam em favor da sua aprovação, para ficar em dois casos mais notórios.

Como é do conhecimento geral, a nova lei torna todos os brasileiros maiores de idade, possuidores de documento de identidade e no gozo pleno de suas faculdades mentais doadores universais de órgãos e tecidos para transplante, salvo quando se declararem contrários, bastando para isso que registrem na carteira de identidade ou de habilitação sua vontade, livre e espontaneamente.

Não têm amparo jurídico os argumentos que identificam supostos conflitos entre o princípio adotado da doação presumida com as normas constitucionais vigentes. Ao cidadão permanece essencialmente garantido o direito de dispor sobre o próprio corpo. Tornando-nos doadores, estamos apenas alterando a ordem da iniciativa, transferindo o privilégio da definição automática para quem se dispõe a uma atitude socialmente útil. Com isso, colocamos a lei em obediência às expectativas dos brasileiros, que se manifestaram majoritariamente favoráveis às determinações do projeto no prazo anterior à sua aprovação, bem como agora.

Em vigor, com excelentes resultados, em algumas das mais modernas democra-

cias do Ocidente, a nova lei produzirá benefícios suficientes para despertar na propalada generosidade do povo brasileiro o merecido reconhecimento.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

segunda-feira, 5/1/1998

Ano bom?

FOI 1997 um ano bom? Segundo a maioria dos brasileiros, sim. A simples permanência da estabilidade na economia é, para quem viveu o pesadelo da inflação, um fato positivo. As pesquisas de opinião demonstram que a percepção popular continua sinalizando na direção de caminhos que dêem primazia ao controle do velho dragão inflacionário.

Mas a opinião pública também emitiu recados novos. O país pergunta-se, com frequência cada vez maior, sobretudo em face da tendência desempregadora das modernas formas de produzir e da abertura do mercado: quando, afinal, voltaremos a crescer num ritmo compatível com nossas necessidades?

O país pergunta-se, ainda, com maior assiduidade e redobrada angústia: quando, enfim, a modernidade retórica alcançará as filas do atendimento público de saúde? Até quando suportaremos a delicada conciliação entre o discurso triunfalista – oxigenado pelo sopro do artifício cambial – e o dramático desamparo de milhões de vidas?

Alguém já ponderou que “o subdesenvolvimento é obra para muitos anos”. Talvez por isso Tom Jobim, um gênio da raça que a mão de Deus levou, tenha concluído que “o Brasil não é para amadores”. Felizmente: Fernando Henrique pode, e é, acusado de muitos erros, mas não é um amador.

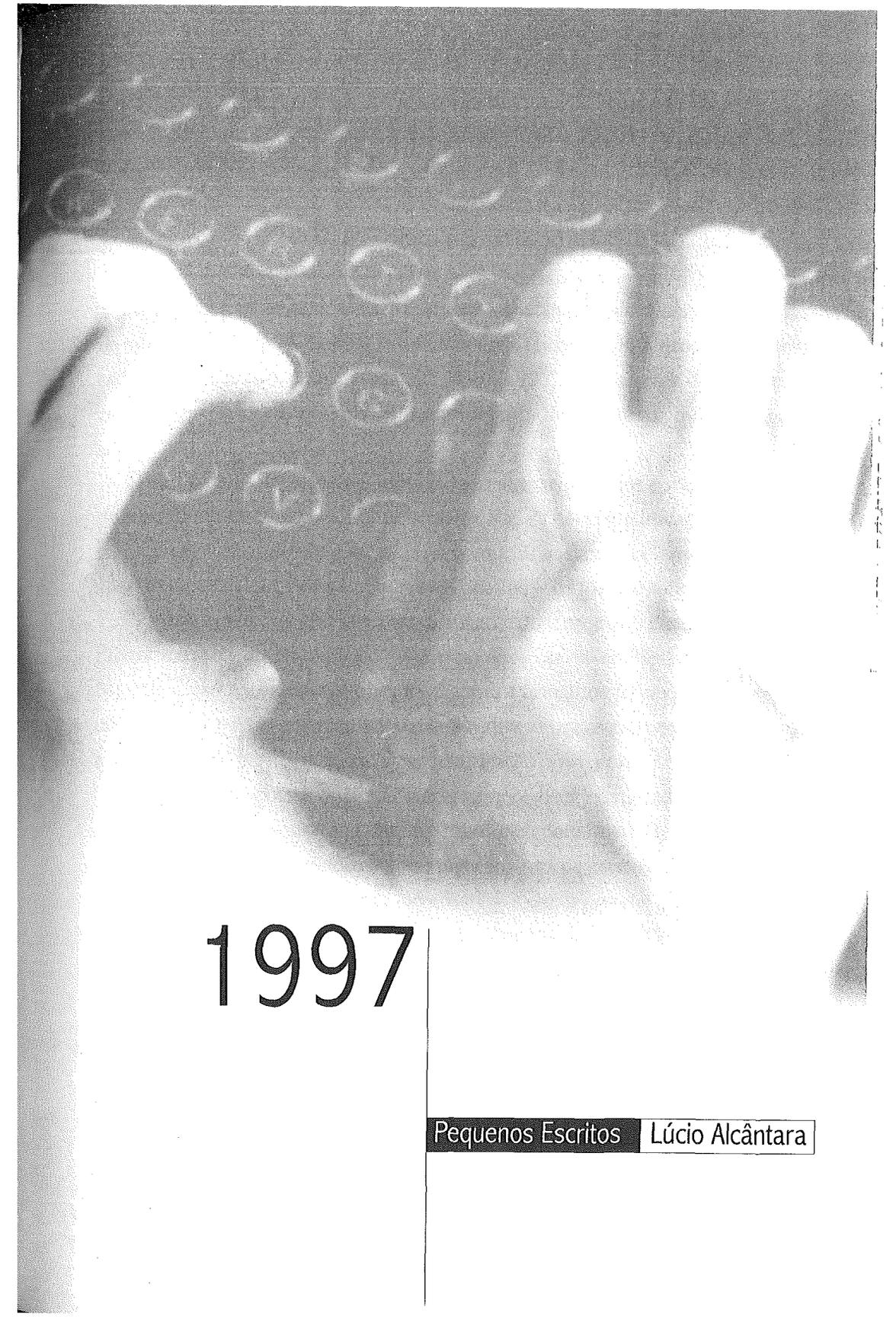
O Presidente tem consciência de que apenas inicia um processo de reversão que levará pelo menos dez anos para alcançar evidências estatísticas. As iniciativas na área da educação – entre as quais incluo o nosso Programa de Renda Mínima vinculada à presença de crianças na escola – demonstram que o governo recusa rompanes demagógicos e apela para soluções definitivas.

Sem negar à democracia recente o direito a uma experiência com os efeitos concretos do instituto da reeleição, consagrado afinal em algumas das mais bem-

sucedidas sociedades ocidentais, alinho-me entre aqueles que lamentam as repercussões produzidas pelo longo processo de negociação que a instituiu.

A crise asiática, com suas conseqüências imediatas sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros, sinalizou para a necessidade de enfrentarmos com maior seriedade o processo de ajustes do Estado e da economia, reduzindo a influência de interesses menores e dando celeridade às decisões necessárias.

Com saudades do Darcy e confiança no Brasil, um feliz 1998 a todos.

A high-contrast, grainy black and white photograph of a hand holding a pen, with a patterned background. The image is heavily stylized, with a focus on light and shadow, creating a dramatic and somewhat abstract effect. The hand is positioned in the center, with the pen held between the fingers. The background features a repeating pattern of small, circular motifs, possibly a fabric or paper texture. The overall aesthetic is reminiscent of a vintage or artistic print.

1997

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Publicado em:

Jornal das Associações
Brasileiras dos Municípios
(ABM), ano I, nº 003,
Brasília-DF, 12/1997

Um programa que dá certo

OS GRAVES problemas sociais do país estão essencialmente relacionados à questão da renda. É uma renda familiar insuficiente que tem lançado precocemente ao mercado de trabalho um contingente que, já em 1990, atingia a casa dos 3 milhões de crianças de dez a catorze anos e 4,6 milhões de adolescentes de quinze a dezessete anos.

Desamparados legalmente, esses menores são explorados em turnos prolongados de trabalho e com pagamento irrisório, dada a baixa qualificação dos mesmos. Para cumprir essas tarefas e auxiliar na composição da renda familiar, os menores abandonam a escola, por não poderem conciliar estudo e trabalho.

O substitutivo que apresentamos ao exame do Congresso Nacional relaciona o Programa de Renda Mínima à manutenção na escola das crianças das famílias beneficiadas. Com isso, o que se quer é iniciar um trabalho efetivo de ruptura com o círculo vicioso que, por insuficiência de renda, retira as crianças da escola para o trabalho dando permanência à baixa qualificação profissional.

O projeto não possui qualquer viés assistencialista, na medida em que deixa de cumprir a função de um mero auxílio financeiro para tornar-se uma estratégia de combate à baixa escolaridade e, conseqüentemente, de aumento da renda familiar.

O que é preciso compreender, no entanto, é que o projeto que apresentamos é apenas um primeiro passo. A experiência continuada é que determinará as fases seguintes. O governo tem manifestado não ser sua intenção dar a esse programa caráter demagógico em período pré-eleitoral, comprometendo o orçamento federal além de suas possibilidades atuais.

A fórmula matemática adotada é apenas um dos três parâmetros apresentados pelo projeto para que a União estabeleça o montante que deverá ser repassado por ela aos municípios. Os outros dois critérios visam selecionar os municípios cujas renda e receita tributária *per capita* sejam inferiores à média do estado. Esses critérios não têm o objetivo de excluir, mas de fornecer uma base possível de cálculo da

transferência dos 50% do valor total do Programa de Educação e Renda, de responsabilidade do governo federal, para as unidades da Federação.

Incluí-mo-nos entre os brasileiros que acreditam estar o nosso país trilhando o caminho certo. A estabilização da economia e as reformas estruturais do Estado irão em breve nos permitir taxas maiores de crescimento e governos com maior capacidade de investimento em programas sociais de abrangência como este, o da Bolsa-Escola.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 18/12/1997

1998 começa bem

VAMOS COMEÇAR o ano precisando fortalecer nossas esperanças: tudo indica que 1998, se não prenuncia nenhuma catástrofe para nações que, como nós, conquistaram um patamar razoável de estabilidade, tampouco será um mar de rosas. Os ventos da globalização sopram sobre os países mais pobres com efeitos mais graves. Emerge um novo modelo mundializado, e as dores do parto se fazem ouvir sobretudo na voz dos mais fracos.

Estamos, contudo, mais bem preparados para enfrentar os ajustes necessários do que os países que teimaram em manter suas estratégias de desenvolvimento referenciadas nos paradigmas superados pelo quadro objetivo da atualidade. Mil novecentos e noventa e oito deverá ser, para o atual governo, o momento de dar respostas mais firmes para as questões sociais. É sobre isso já se tem uma boa nova: o Programa de Renda Mínima, do qual fui relator, tendo apresentado um projeto substitutivo, foi sancionado na forma por nós indicada.

Agora, milhares de famílias poderão receber um auxílio eficaz para a melhoria da qualidade de vida de seus membros. O Programa de Renda Mínima prevê que, em parceria com administrações municipais interessadas em adotá-lo, o governo federal investirá recursos na complementação de renda de famílias que garantem a presença de seus filhos em idade escolar dentro das salas de aula, dentro de critérios previstos no projeto.

O programa parte do princípio de que somente uma melhoria do nível de escolarização da população poderá garantir uma melhor qualificação profissional e, conseqüentemente, um aumento significativo da renda média familiar dos brasileiros. É, em outras palavras, a permanência das crianças na escola que poderá, a médio prazo, produzir uma geração mais bem qualificada.

Aprovado o projeto, resta à sociedade mobilizar-se em seus municípios para que as administrações locais adotem o programa, podendo, desse modo, usufruir de uma oportunidade sem precedentes de prosperar, garantindo a todos o principal instrumento de desenvolvimento real de uma sociedade: a educação.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 4/12/1997
--

Luta contra o desperdício

COM O CRESCIMENTO populacional, o aumento do desemprego, a concentração de renda e a falta de recursos governamentais, é cada vez maior o número de pessoas que vive em estado de subnutrição, miséria e fome. Contraditoriamente, é cada vez maior a quantidade de alimentos desperdiçados. As estatísticas são assustadoras. Cerca de 10 milhões de reais em alimentos são jogados fora por ano. Um caso particular: no Mercado São Sebastião, aqui em Fortaleza, das duas toneladas de gêneros alimentícios comercializadas, duzentos quilos vão para o lixo.

No Ceasa, o percentual é maior: 30% dos produtos são desperdiçados, quando boa parte poderia ser aproveitada para minimizar a fome de tantos cearenses, se adotado um programa adequado à melhor conservação dos mesmos.

A necessidade de uma legislação específica que criasse condições mais favoráveis para o combate à fome no país surgiu durante o simpósio Desafio Social da Fome: a Empresa no Combate ao Desperdício, realizado pelo Sesc e pela Fundação do Comércio do Estado de São Paulo, em 1995.

Com base nos debates ali realizados, encampamos um conjunto de projetos de lei com a finalidade de incentivar a participação das empresas nos programas de combate à fome, todos eles tomando por base incentivos já existentes no país e

alguns exemplos de legislações de diversos estados norte-americanos referentes a esse assunto.

No próximo dia 12, o auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) receberá para um debate com dirigentes empresariais cearenses e representantes da sociedade civil em geral o professor Efred Rizzo, que coordena o programa Mesa São Paulo de Combate à Fome, uma iniciativa que demonstra com bons resultados que é possível minimizar os efeitos da fome com programas sociais flexíveis, de custo reduzido e aplicação imediata. É preciso despertar a sociedade, sobretudo os setores produtivos, para a consciência de que podemos tomar nas mãos uma parcela considerável da responsabilidade de enfrentar com êxito um problema que infelicita tantos brasileiros e envergonha a nação.

Publicado em:
Folha de S. Paulo,
São Paulo-SP,
sexta-feira, 7/11/1997

Renda mínima sem demagogia

OS GRAVES problemas sociais do país estão essencialmente relacionados à questão de renda. A renda familiar insuficiente tem lançado precocemente no mercado de trabalho um contingente que, já em 1990, atingia a casa de 3 milhões de crianças de dez a catorze anos e 4,6 milhões de adolescentes de quinze a dezessete anos.

Desamparados legalmente, esses menores são explorados em turnos prolongados de trabalho, com pagamento irrisório, dada sua baixa qualificação. Para cumprir essas tarefas e auxiliar na composição da renda familiar, abandonam a escola, por não poder conciliar estudo e trabalho.

O substitutivo que apresentamos ao Congresso relaciona o Programa de Renda Mínima à manutenção na escola das crianças das famílias beneficiadas. O objetivo é iniciar um trabalho efetivo de ruptura com o círculo vicioso que, por insuficiência de renda, retira as crianças da escola para o trabalho, dando permanência à baixa qualificação profissional, um dos fatores determinantes da má remuneração média do trabalhador brasileiro.

Estamos convencidos de que só a educação poderá romper o ciclo de miséria,

permitindo que as classes assalariadas criem, elas mesmas, no curso às vezes conflituoso de sua própria emancipação, as condições necessárias à superação da pobreza.

Com isso, o projeto perde caráter assistencialista, na medida em que deixa de cumprir a função de um mero auxílio financeiro para tornar-se uma estratégia de combate à baixa escolaridade e, conseqüentemente, de aumento da renda familiar.

Não surge, como se sabe, da nossa inspiração pessoal, mas de um já experimentado êxito, que teve sua aplicação pioneira na Prefeitura de Campinas, em São Paulo, durante a gestão do nosso companheiro de partido José Roberto Magalhães Teixeira, e que tem dado ainda uma resposta satisfatória no atual governo do Distrito Federal.

O que é preciso compreender, no entanto, é que o projeto que apresentamos é apenas um primeiro passo, a experiência continuada é que determinará as fases seguintes.

O governo tem manifestado não ser sua intenção dar a esse programa caráter demagógico em período pré-eleitoral, comprometendo o orçamento federal além de suas possibilidades. Se o fizesse, certamente seria duramente criticado. O fato é que não há como extrapolar o atual desenho do projeto.

A fórmula matemática, criticada pelo senador Eduardo Suplicy, é apenas um dos três parâmetros adotados pela proposta para que a União estabeleça o montante que deverá ser repassado por ela aos municípios.

Os outros dois critérios visam selecionar os municípios cujas renda e receita tributária *per capita* sejam inferiores à média do estado. Eles não têm o objetivo de excluir, mas o de fornecer uma base possível de cálculo da transferência dos 50% do valor total do Programa de Educação e Renda, de responsabilidade do governo federal, para as unidades da Federação.

Há aqui, tão-somente, o objetivo de, observados os limites de comprometimento orçamentário, determinar áreas onde são maiores as necessidades, definindo-as como prioritárias.

Incluí-mo-nos entre os brasileiros que acreditam estar o nosso país trilhando o caminho certo. A estabilização da economia e as reformas estruturais do Estado irão, em breve, permitir-nos taxas maiores de crescimento e governos com maior capacidade de investimento em programas sociais de abrangência, como o da Bol-

sa-Escola. Estamos fazendo o que nos é possível agora, sem os arroubos inconseqüentes da demagogia, mas de modo irreversível.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 6/11/1997

Todos na escola

CONTRARIANDO avaliações refratárias ao governo Fernando Henrique, e mesmo outras, politicamente mais sinceras, que – não sem uma dose razoável de razão – observavam com apreensão o curso de uma gestão voltada para ações estruturais de modernização da economia, mas não suficientemente operosa no combate imediato às distorções sociais do país, o presidente e sua equipe estão próximos de cumprir uma de suas mais ambiciosas promessas eleitorais: garantir a todas as crianças brasileiras condições de acesso ao ensino escolar.

O projeto Lugar de Criança é na Escola, lançado em Fortaleza pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pretende, e para isso apresenta um programa tão arrojado em seus objetivos quanto conseqüente em suas estratégias operacionais, incorporar cerca de 2,7 milhões de crianças em idade entre sete e catorze anos ao sistema regular de ensino básico.

Para nós, essa decisão tem especial significado, se atentarmos para o fato de que a metade das crianças beneficiadas pelo projeto está no Nordeste. Pode-se já, com pouco esforço, perceber o alcance social da medida e suas repercussões a longo prazo na formação de uma base essencial ao desenvolvimento que representa a elevação no nível de formação educacional de um povo pobre, mas reconhecidamente talentoso e tenaz como o nosso.

O que nos anima ainda mais é que o lançamento do projeto não constitui fato isolado. Coincide com o acordo de cooperação técnica entre os governos estadual e municipal em Fortaleza, que prevê a matrícula única no ensino fundamental e a criação de um programa de aceleração de aprendizagem, o que demonstra a maturidade política das relações institucionais de um estado que, por tudo que nele o governador Tasso Jereissati tem feito por um desenvolvimento socialmente equili-

brado, está preparado para receber com larga margem de aproveitamento o projeto lançado pelo governo federal.

Estive como relator no Senado Federal do Projeto Toda Criança na Escola (que na verdade é fruto da aprovação da emenda à Constituição que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e do projeto que o regulamentou), em uma de minhas mais honradas missões públicas, e isso o senti com clareza desde o início, quando me empenhei pela tramitação favorável. Vê-lo em vigor é gratificação.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sábado, 18/10/1997

Lugar de criança é na escola

APESAR DE suas enormes potencialidades e de seu efetivo desenvolvimento econômico, o Brasil é um dos países que apresentam maior nível de concentração de renda do mundo. Se examinarmos os índices da última década, observa-se uma intensificação desse processo. Dados atuais revelam que a renda média dos 10% mais ricos é quase trinta vezes maior que a renda média dos 40% mais pobres. Havia, em 1990, 42 milhões de pobres, aproximadamente correspondendo a 30% da população do país.

Renda. Os graves problemas sociais do país estão fortemente relacionados a essa questão. Uma renda familiar insuficiente tem lançado precocemente no mercado de trabalho um contingente que já em 1990 atingia a casa de 3 milhões de crianças de dez a dezessete anos. Em geral, esses menores são explorados em turnos prolongados e com pagamento irrisório, uma vez que estão desamparados legalmente.

O fator determinante do baixo nível de renda familiar *per capita* é a pouca qualificação, fator ainda mais acentuado no trabalho infanto-juvenil. Para cumprir essas tarefas e auxiliar na composição da renda familiar, abandonam a escola pela impossibilidade de conciliar estudo e trabalho. Cria-se aí um círculo vicioso, no qual o ingresso antecipado no mercado de trabalho inviabiliza a aquisição de educação básica e formação profissional adequada, condenando essas pessoas a permanecer em situação de pobreza, exercendo atividades estafantes e mal remuneradas.

É esse quadro que tem justificado o surgimento de diversos projetos relacionados ao conceito de renda mínima, uma causa pela qual se vem mobilizando desde o fim da década passada o hoje senador Eduardo Suplicy, e que agora tem um conjunto diversificado de propostas tramitando no Congresso Nacional.

O que se pretende é definir um projeto de lei que autorize o governo federal a conceder apoio financeiro a municípios que implementem programa de renda mínima, desde que vinculado a ações socioeducativas. Diversos municípios brasileiros já se anteciparam a essa iniciativa e a exemplo do Distrito Federal, onde o governador Cristovam Buarque instituiu um programa similar.

A proposta que apresentei à apreciação do Congresso e que conta com o apoio declarado do presidente Fernando Henrique Cardoso poderá atender a mais de 2 milhões de famílias, com uma média mensal de 28,4 reais por família, o que corresponderá a um investimento social superior a um bilhão de reais por ano, com cerca de 70% desses recursos oriundos do governo federal e o restante com parcela de iniciativa dos municípios beneficiados.

Pelo nosso projeto, em municípios que tenham receita tributária e renda familiar por habitante inferior às médias do respectivo estado, as famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo que comprovem matrícula escolar de seus filhos em escolas públicas poderão ser beneficiadas pela Bolsa-Escola.

Ainda que não se deva superdimensionar os efeitos de um desses programas, a iniciativa poderá contribuir para controle dos índices alarmantes de insuficiência de renda e, conseqüentemente, da evasão escolar, que, a meu ver, compromete o próprio futuro da nação.

Publicado em:
O Estado de S. Paulo,
São Paulo-SP,
quinta-feira, 9/10/1997

A revisão das regras do Senado

A PRIMEIRA tarefa dos novos senadores será a transformação do próprio Senado. Sem rever suas regras internas fica difícil ter uma cara nova. Temos de mudar essa história de só trabalhar três dias por semana e com o voto de liderança, que se banalizou nos últimos anos.

Vamos definir bem as funções do Senado, acabar com essas histórias de gráfica que parece servir a uma curriola. Outro ponto é a duplicação do trabalho do Senado com o da Câmara. O Senado não pode ser apenas um referendador das decisões da Câmara. Ele pode legislar e ser mais autônomo do que atualmente.

A segunda grande tarefa será a luta por recursos para o Ceará. Nossa atuação continuará a ser centrada nos campos da saúde e da educação. Defendemos a educação em tempo integral, como a dos Cieps, do Rio. Em todos os lugares do país, com outros nomes, essa experiência tem provado que é a mais correta. É a solução para os problemas de criminalidade e abandono de crianças e jovens. Temos de aprovar a Lei de Diretrizes e Bases, porque sem isso ficamos sem uma orientação, uma política geral para a educação.

No campo da saúde, temos de terminar a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), que nunca foi completado. Isso é fundamental para a organização do atendimento médico à população.

Procuraremos aproximar o Senado da comunidade. Hoje, os senadores estão muito distantes da população. Como representar o estado, que é a função do senador, sem estar ligado à comunidade? É impossível.

Como nordestino, vou-me dedicar também aos problemas do semi-árido, até por uma questão de solidariedade inter-regional. O Senado é o local por excelência para as articulações regionais e a discussão dos problemas nacionais. Para a solução da questão do semi-árido, vamos defender a transposição das águas do rio São Francisco. Este é um dos projetos de interesse da nossa região.

Estou preocupado em construir algo de novo no Senado. É possível que haja um choque de estrelas, mas o que precisamos é um choque de democracia. A sociedade vem sinalizando o que quer dos políticos e os caminhos que eles devem seguir. Já sinalizou no momento do Plano Cruzado, quando elegeu os governadores e depois derrotou o candidato a presidente pelo PMDB. Noutro momento, sinalizou com o *impeachment* de Collor, que queria ética e moralidade, e agora sinaliza pela estabilização. Temos de nos preocupar com a governabilidade.

No PDT, temos de passar por uma grande discussão interna. Não que tenhamos de revogar lideranças, como a do governador Brizola, mas é preciso ouvir as novas lideranças que surgem das urnas, como Dante de Oliveira e Jaime Lerner, que têm uma postura mais voltada para a social democracia. Ainda é cedo para se falar em alianças, é preciso deixar a água baixar para podermos discutir esse tipo de questão.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 25/9/1997

Canudos vive

ATÉ RECENTEMENTE, Canudos falava mais pelo seu silêncio, pelo discurso usurpado dos vencidos, do que por toda a literatura que sobre ele se versou. Raros foram os movimentos sociais da nossa história a suscitar uma leitura tão vária, com interpretações as mais divergentes.

Quando começou a prosperar com espantosa velocidade o arraial de Canudos, abrigo estável para perseguidos e despossuídos, os que para lá se mudavam não procuravam apenas a salvação celestial, mas uma vida socialmente igualitária, em resposta à exploração oligarca e em favor de um pedaço de terra.

É esse perfil comunitário que explica a reação dos grandes latifundiários, com o suporte da Igreja e do governo. Canudos integra a extensa galeria de movimentos populares contra os quais prevalece a solução radical do sufocamento e do extermínio.

Se, para Euclides da Cunha, aquela comunidade representava uma “massa inconsciente e bruta”, ela resistiu a três expedições militares, com progressivo aumento de contingente e gradativa sofisticação do armamento utilizado. Foram todas rechaçadas, tendo Canudos sucumbido à quarta expedição.

Canudos não foi uma sublevação, mas um movimento de resistência, não apenas de defesa física, mas de valores. A base do conflito é a questão da terra, mas foram as grandes transformações da época, com o advento da República e os novos modos que vieram do litoral urbanizado, que perturbaram a ordem sedimentar da cultura rústica do sertanejo.

Surpreende a constatação de que permanecem as condições de desigualdade social, grande concentração de terras e uma preocupante contradição entre os universos rural e urbano que compõem a sociedade brasileira, que inicia o terceiro milênio com inúmeros conflitos que eclodem a todo momento.

Apenas 14% da área cultivável do país é produtiva, da qual 48% destinados à pecuária. Metade dessas terras está nas mãos de apenas 1% dos proprietários, enquanto a ínfima parcela de 3% pertence a mais de 30 milhões de produtores rurais.

Portanto, quando olharem para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, lembrem-se de Canudos. É a interdição da esperança que move o desespero dos despossuídos. É lamentável, mas Canudos vive.

Publicado em:

Folha de S. Paulo,

São Paulo-SP,

quarta-feira, 17/9/1997

Consolidar a democracia

LEI ELEITORAL não é matéria para unanimidade. Será sempre motivo de controvérsia e debate. Trata-se de luta pelo poder, sempre acirrada. Nesse processo, o relator é um solitário; ninguém pensa exatamente como ele, e ele não concorda inteiramente com ninguém. Não é possível aspirar a um consenso. Unanimidade, então, nem pensar.

Para avaliar corretamente o atual projeto de lei, é preciso que lembremos que a introdução do instituto da reeleição constitui uma experiência inusitada entre nós. Por isso, devem ser tomadas todas as cautelas para que esse novo instrumento não venha a afetar a verdade eleitoral que se busca em um processo legítimo e democrático.

A adoção do direito à reeleição é um grande “choque” na cultura política nacional. Teremos, eleitores e lideranças, de aprender a lidar com isso, e não são regras virtuais ou artifícios legais, em alguns casos difíceis até de caracterizar, que irão impor uma conduta ética dos governantes-candidatos no processo eleitoral.

Entre os aspectos mais polêmicos, tem merecido destaque a questão do financiamento eleitoral. A proposta do financiamento público integral tem a minha simpatia. Trata-se de apontar na direção de uma total separação entre a representação popular e os interesses privados. A proposta daria, até mesmo aos partidos menores, a possibilidade de disputar os pleitos em melhores condições.

Mas sua introdução no Brasil não poderia dar-se sem que fosse precedida de uma ampla reforma político-partidária com o objetivo de estabelecer as condições necessárias à estruturação de um sistema partidário eficaz, em que distorções, como siglas de aluguel, não prevaleçam.

Apesar de considerar que o financiamento público pode vir a constituir forte instrumento contra o abuso do poder econômico, entendo que a sua adoção já para as próximas eleições é bastante temerária. Tal despesa não pode ser criada por um projeto de lei de iniciativa do Congresso, e sim do Presidente da República.

Além disso, se aprovássemos o financiamento público sem um debate com a participação da população, esta poderia lembrar a cada um de nós a necessidade prioritária de investimento em bens de atendimento público, como saúde e educação.

Um tema que também tem suscitado polêmica na formulação da nova lei eleitoral é a proposta de desconsiderar o voto em branco para a composição do quociente eleitoral na eleição dos deputados. Ela incentiva a dispersão da representação partidária em benefício das siglas de menor representatividade, quando a tendência dominante em todas as discussões é no sentido de, garantindo amplo direito de organização e expressão, adensar a representação parlamentar em torno dos partidos de maior consistência eleitoral.

Outro aspecto que tem dominado os debates é o que diz respeito à participação em inaugurações de obras públicas de governantes que se beneficiam do direito de se recandidatar ao cargo.

Há variáveis que não estão sendo cogitadas. Nem sempre será benéfica à “recandidatura” de determinados governantes sua presença em momentos como esses. O eleitor saberá distinguir demonstrações legítimas de trabalho de meros factóides eleitoreiros. São momentos de superexposição, que deverão ser considerados com prudência pelos candidatos e avaliados pela sensibilidade incontestável dos eleitores.

Registre-se, ainda, que as regras ora adotadas para as eleições não são menos rígidas do que as existentes em países onde é permitida a reeleição. Quero observar também que o projeto, em sua tramitação pelo Senado, teve acatadas inúmeras contribuições de diversos senadores, refletindo, portanto, a opinião dos meus pares.

Por fim, há uma qualidade diferencial no processo de formulação da presente lei eleitoral. Ao contrário das anteriores, esta não é uma proposta voltada apenas para o próximo embate, mas visa dar forma às regras que regerão os futuros processos eleitorais do país. Por isso, merece o acalorado debate a que assistimos neste momento e a atenção da opinião pública nacional.

De minha parte, procurei, na tramitação do projeto, apresentar um parecer orien-

tado por preceitos éticos e que pudesse ser uma colaboração, ainda que modesta, à consolidação da democracia e da livre manifestação de idéias e programas no processo eleitoral.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 28/8/1997
--

Reforma solidária

ENQUANTO os cearenses lançam olhares cada vez mais apreensivos aos céus em busca de sinais que venham a desmentir presságios de um novo período de seca, os olhos dos homens que enfrentam em Brasília o grande desafio de acelerar o processo de reforma agrária se voltam para o Ceará, na observação de um novo modo de tratar essa questão, por meio do projeto São José. Graças aos resultados obtidos nesse esforço do governo estadual, autoridades de El Salvador e da Guatemala estiveram no Ceará conduzidas pelo Banco Mundial, que considera o projeto piloto adaptável às condições de outros países também com problemas fundiários.

Nos últimos cinco anos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou 4.200 famílias em 424 mil hectares de terras cearenses. Poucas foram as comunidades emancipadas economicamente, e um grande percentual abandonou as áreas de assentamento. Grandes somas de recursos foram investidas com desapropriações em áreas inadequadas. A agricultura e as comunidades recebem todos os benefícios a fundo perdido de forma clientelista e não-participativa.

Dentro do novo enfoque empregado aqui, o projeto já nasce juridicamente emancipado, pois é a comunidade que identifica, negocia e, finalmente, adquire o imóvel, que passa a ser propriedade de sua associação e não do governo. Por esse modelo, está se criando uma mentalidade de “mercado de terras” entre os trabalhadores rurais, que conseguem barganhar preços muito abaixo dos atualmente praticados no modelo de desapropriação, que deve permanecer para os casos de proprietários intransigentes e especuladores que não querem o diálogo.

O ministro Raul Jungmann, entusiasmado com o projeto, decidiu adotar pelo país afora a Reforma Agrária Solidária e negociou um novo contrato com o Banco

Mundial para ampliar a experiência no Ceará e estendê-la inicialmente a outros quatro estados brasileiros.

Numa era de globalização, que tem no desemprego uma de suas mais preocupantes conseqüências, países com extensas áreas, como o Brasil, devem considerar prioritárias as ações que visem à democratização da estrutura agrária e à promoção de melhores oportunidades para a produção rural.

Neste momento de expectativa e apreensão, com o prenúncio de nova seca e grandes dificuldades para o homem do campo, a Reforma Agrária Solidária é o exemplo que o Ceará está dando de que as soluções para o país estão nas virtudes de seu próprio povo.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 31/7/1997

Uma crise fabricada

NINGUÉM pode negar que a vida dos assalariados melhorou com o Plano Real. Bem pouco ainda, mas melhorou, e não se pode refutar que os avanços representam um sinal de esperanças, um aceno do futuro na direção das nossas angústias imediatas.

Como qualquer trabalhador, o policial sofre com a precária qualidade de vida que pode oferecer aos seus filhos. Se o custo de vida já não sobe mais todo dia, continua elevado para o poder aquisitivo de amplas camadas da população. Sobre tudo ele, que enfrenta com o risco da própria vida o desafio de manter uma família, merece especial atenção dos governos que se pretendam atentos às necessidades de manter estável o sistema funcional de serviços públicos tão essenciais, como é a segurança da cidadania.

Os policiais cearenses, em sua maioria, reconhecem o esforço que tem feito o governador Tasso Jereissati para recuperar na plenitude de sua expressão institucional o sistema de segurança, seja quando toma decisões severas de sanear moralmente o corpo funcional, seja quando promove reformas capazes de restabelecer o sentido de disciplina e hierarquia.

Há dias vinha o secretário de Segurança e Cidadania, general Cândido Freire,

reconhecendo a necessidade de se recuperar o valor salarial dos policiais, entre outras medidas que tendem, a médio prazo, a tornar mais justas as relações de trabalho na árdua tarefa de defender a ordem pública. É inaceitável o que uma inexpressiva parcela da corporação impinge à população, armando piquetes com armas no coldre, um “privilégio” diferencial que nenhuma categoria de trabalhadores detém quando se lança às ruas a clamar por condições mais justas de trabalho.

Recebem do poder público, em confiança, uma arma, com o objetivo de defender a tranqüilidade comum, e a usam para ferir pelas costas com intenções fatais um superior hierárquico, justo quando ele se expõe à área de conflito, numa demonstração concreta de confiança em seus comandados e dá, de corpo presente, o exemplo do diálogo e da tolerância.

É lamentável observar lideranças identificadas com as aspirações populares que viveram o drama prolongado das restrições políticas, unindo-se na defesa de uma minoria mal orientada na quebra evidente da lei e da ordem, quando deveriam, em respeito à sua própria história, preservar as regras de comportamento que fortalecem a regularidade democrática. Por tudo isso, é amplo e incondicional o apoio que prestamos ao governador do estado pela maneira como vem conduzindo essa “crise fabricada”.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 5/7/1997

Desenvolvimento desigual

ENQUANTO A MÍDIA e as vozes dominantes nas elites políticas e econômicas debatem as reformas estruturais e buscam definir um modelo de inserção do país no cenário da globalização, nós, nordestinos, precisamos abrir os olhos e cuidar para que o novo quadro não venha a acentuar ainda mais as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Metade da população do Nordeste encontra-se abaixo da linha de pobreza, não dispondo de renda suficiente para adquirir os mais elementares bens necessários à vida cotidiana. Comparativamente às regiões mais prósperas, as diferenças são notáveis em todos os aspectos – expectativa de vida, escolaridade, renda *per capita*, etc.

Nada disso é novo. O que torna a questão ainda mais preocupante no contexto atual é a tendência de maior retração do Estado na área de investimentos públicos e o recuo na regulação da economia, que, se por um lado é compatível com o quadro econômico das regiões, onde é mais forte a presença do capital privado, é no mínimo prematuro nas regiões que ainda carecem de investimentos em infra-estrutura como condição de atratividade para a instalação de setores produtivos de ação permanente.

Depois de quase quatro décadas em que a distância entre estados ricos e estados periféricos vinha sendo reduzida, ainda que lentamente, atravessamos uma fase em que as desigualdades sociais estão recrudescendo. A renda *per capita* em Brasília é cinco vezes maior que nos estados de Tocantins, do Ceará e do Piauí.

Estudos apontam na direção do agravamento desse problema. A globalização, de modo geral, e a inserção do país no Mercosul, em particular, poderão oferecer maiores oportunidades aos estados que já possuem estrutura produtiva definida e um quadro social mais bem qualificado.

O Estado não pode omitir-se, e cabe ao governo do país um amplo programa que contemple um esforço de correção preventiva nos rumos identificados de agravamento nas desigualdades regionais. Modernizar a estrutura produtiva, abrir a economia e reduzir a presença do Estado na área produtiva por si não bastam.

Se essas atribuições produtivas devem ser repassadas ao setor privado, como indica o programa de desestatização, cabe, com certeza, ao Estado a função de manter fortalecido o tecido nacional, que se esgarça lentamente quanto mais se aprofundam diferenças de toda forma entre regiões e classes.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 3/7/1997

Adeus, Hong Kong

DESDE A QUEDA do Muro de Berlim, o mundo não assistia a um acontecimento tão emblemático dos novos tempos, de abruptas mudanças, como esse, em que a Coroa Inglesa devolve ao Império do Centro a ilha de prosperidade máxima que é

Hong Kong – um dos maiores centros de serviços comerciais e financeiros em operação, com seus mínimos 1.076 km², mas onde vivem 6,3 milhões de pessoas habituadas a padrões tipicamente ocidentais de conduta e agora submetidas ao controle de um dos mais centralizados regimes políticos do mundo.

Não é apenas um ícone colonial que chega a termo. Também a economia planificada estatal, que soergueu a China à condição de quarta potência econômica, tem aqui seus limites mais bem definidos. Não é possível ainda afirmar até que ponto é a China comunista que readquire seu porto mais opulento ou, ao contrário, se é o capitalismo implantado em Hong Kong que se lança para dentro do país e remete para o passado com maior velocidade o sonho maoísta de uma nação igualitária.

Quando, em 1974, Deng Xiaoping defendeu perante a Assembléia Nacional da ONU o fim do mito da auto-suficiência, que até ali norteava os movimentos estratégicos da China, poucos imaginavam que aquele país, dadas as delicadas implicações políticas de qualquer movimento renovador dentro de uma estrutura monolítica de poder, saberia conduzir-se com tamanho desembaraço na direção de modelos competitivos de produção, como se verifica nos dias de hoje.

Mas a China mais uma vez surpreendeu. É a economia que mais cresce no mundo. Moderniza-se no sistema produtivo sem abrir mão de um modelo político centralizador, de partido único e quase nenhuma liberdade de opinião, como se verificou nos chocantes incidentes que culminaram com o massacre de estudantes na Praça da Paz Celestial, há alguns anos.

Membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China é, com uma população de 25% dos habitantes do planeta, um mercado atrativo, o que não deve inibir seus parceiros, no qual o Brasil pretende cada vez mais se incluir, a zelar para que o seu desenvolvimento se dê sem os desastres ambientais que tem promovido, as constantes violações dos direitos humanos e uma já acentuada tendência de exclusão social de largas faixas da população.

As coisas estão mudando. E agora mudarão mais rapidamente ainda.

Publicado em:
Tema, A Revista do Serpro,
ano XXII, nº 133,
maio/junho/1997

A ética e a Internet

AINDA NÃO conseguimos equacionar algumas contradições interpostas à sociedade humana no século passado e já partimos céleres para o terceiro milênio, que tanto terror e deslumbramento tem inspirado à ficção e à arte em seus diversos gêneros. Falemos de Internet.

Ela e seus modelos tecnológicos sucedâneos, que virão ainda com maior capacidade de socializar a informação, colocam a humanidade, como de resto um variado elenco de avanços científicos recentes, diante de graves dilemas de natureza ética.

Paralelamente a um precioso intercâmbio de conhecimento e oportunidade, a Internet permite a circulação, também intensa e vasta, de lixo da pior qualidade. É espantoso o volume de material pornográfico disponível, além da difusão de ideários e atitudes que atentam contra as leis vigentes e os direitos elementares da pessoa humana.

Com um poder de penetração ainda maior que a televisão, pois dissemina-se rapidamente na rede escolar de praticamente todos os países, muitas informações são danosas a personalidades em formação. Vamos tomar um caso, o da Hemlock Society, dos EUA.

O termo quer dizer “sociedade da cicuta”, que vem a ser a infusão de ervas que o filósofo grego Sócrates foi obrigado a ingerir em ato de suicídio, e tem por objetivo difundir a eutanásia e dela fazer amplo proselitismo. Pela legislação brasileira, mais precisamente o Código Penal, é crime induzir indivíduos ao suicídio.

Como não é possível estabelecer um mecanismo central de controle, a Internet realiza-se em um ambiente praticamente inalcançável pelas formas convencionais de restrições legais. A WEB está acima de tudo. Nada parece capaz de opor-se à avalanche de irrestrita liberdade de difusão de idéias e padrões de consumo e comportamento.

Mais uma vez, o desenvolvimento tecnológico e as formas globalizadas de intercâmbio transnacional colocam em questão a capacidade de o Estado reagir a proce-

dimentos abusivos que atentem contra aquilo que é, de acordo com as referências culturais de cada nação, a garantia individual.

Nos Estados Unidos, há uma tentativa nesse sentido, com a Communication Decency Art, a lei aprovada pelo Parlamento nacional para impedir pornografia na Internet, mas a proposta está *sub judice* na Suprema Corte, onde se discutem os limites constitucionais do país, o qual garante ampla liberdade de expressão.

São, como se pode ver, situações novas, que exigem, sobretudo de nós, legisladores, uma visão aberta dos fatos, no mesmo instante em que nos debruçamos sobre questões que o desenvolvimento da civilização já poderia ter superado, como a reforma agrária, uma questão clássica do século passado que ainda espera soluções em países como o Brasil.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 22/5/1997

Uma normalidade monstruosa

SÃO TANTOS os excessos, que há um mês acordávamos estarecidos e já nem lembramos o motivo: um índio pataxó queimado vivo por um grupo de jovens entediados na capital do país. Que fio invisível, frágil e sutil rompe-se de maneira tão abrupta, fazendo mergulhar moços de vidas aparentemente normais no mundo negro e terrificante do crime hediondo e sem motivo?

Que mão misteriosa empurra para a barbárie jovens que são descritos por seus próximos como essencialmente calmos, prestativos até, e não afeitos a bebidas e a drogas? Quão terrível deve ser o tédio sentido por eles para, no desespero do ócio, buscar excitação na destruição física de um semelhante seu.

Observem a sociedade que criamos para eles, que monstros somos nós que cultivamos em nossas próprias casas réplicas reais da ficção “stevensoniana”: de dia, jovens sadios e benquistos; de noite, assassinos inconseqüentes. O caráter lúdico do crime praticado causa-nos horror. Faz lembrar a fria Viena de 1938, quando judeus eram transformados em objetos de diversão pública, obrigados a despirem-se nas ruas.

Podemos continuar sentados nas poltronas azuis da cor do céu dos nossos apar-

tamentos sem perceber que nossa sociedade está gravemente enferma? Se foram eles autores diretos de um crime sem perdão, fomos nós, os adultos, que, por ação ou omissão, permitimos o florescimento de tais aberrações em nosso meio.

O mundo que estamos entregando aos nossos filhos, o reino de modernidade coberto de façanhas e conquistas da inteligência e das habilidades humanas, é também uma cidadela tirana, marcada pelo individualismo e pela indiferença para com o próximo.

Do mesmo modo como se gratificaram aqueles jovens queimando o corpo vivo de um pobre índio que dormia ao relento, poderiam ter encontrado conforto e gratificação prestando a ele a solidariedade de que necessitava. Mas não foi isso que lhes ensinamos. Competir, avançar sem dar atenção aos que caminham ao nosso lado, vencer a qualquer custo, observar vantagens em tudo e não perder uma boa oportunidade de se divertir, ainda que isso custe o preço impagável de uma vida – é isso o que eles estão aprendendo. É isso o que lhes estamos ensinando.

Mas um mês já se passou e a gente nem se lembra mais.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 8/5/1997

Terra

É SABIDO QUE o Brasil mantém uma estrutura fundiária altamente concentrada. Um por cento dos proprietários são donos de mais de 35% das terras. Os latifúndios constituem 2,8% dos imóveis rurais, mas correspondem a 56,7% da área total. Embora 89% dos imóveis sejam constituídos de minifúndios e pequenas propriedades, ocupam somente 23,4% das terras.

O Gini, um indicador internacional para medir o grau de concentração de propriedades de terras, permanece praticamente inalterado em nosso país nos últimos 56 anos. Na escala Gini, de zero a um, o Brasil vem se mantendo em 0,8, um dos maiores do mundo, bem superior à Argentina (0,5), por exemplo.

Não são apenas o vasto Norte e o árido Nordeste que puxam para cima tais indicadores. Na produtiva região Sul, que apresenta melhor quadro, o índice equivale ainda a 0,7, com 63% da área rural constituída de terras improdutivas.

Nunca houve em nosso país suficiente vontade política para que se promovesse uma profunda reforma na sua estrutura fundiária. Realizada há trinta anos, teria, sem dúvida, lançado as bases de um desenvolvimento socialmente sustentável no Brasil.

Agora os tempos são outros. Muitos argumentam que o futuro da agricultura se encontra, de modo decisivo, na grande empresa, que utiliza tecnologia avançada e produz em quantidade suficiente e a custos competitivos para os mercados interno e externo. É, em parte, um argumento relevante.

Mas se um projeto de Reforma Agrária perde substância econômica, ganha uma cada vez mais procedente motivação social. Seja ou não significativo o volume produtivo das comunidades assentadas, nunca foi tão necessária uma autêntica reforma no campo.

Pesquisa da Confederação Nacional de Agricultura indica a renda média *per capita* dos assentados em torno de 26 reais. Desprezam, na estatística, a produção própria de alimentos, a economia com aluguel e transporte e outras despesas que teriam, sem alternativas de permanecer no campo, se migrassem para o cinturão caótico da periferia urbana.

É uma evidência em todo o mundo o aumento do desemprego provocado pela modernização tecnológica e pelas formas globalizadas de produção e circulação de bens. Para países continentais como o Brasil, a solução está logo ali. E atende pelo nome de Terra.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE

quinta-feira, 24/4/1997

Direitos humanos

PERIODICAMENTE, uma leva de acontecimentos brutais vem nos lembrar que a violência não é uma excepcionalidade, mas, antes, uma rotina. No momento em que o país almeja integrar-se com vantagens no acelerado processo de globalização, torna-se um imperativo inadiável reverter o quadro vergonhoso dos direitos humanos no Brasil. Pesquisas de opinião realizadas em diversas capitais revelam que o cidadão comum identifica sua polícia, aquela que lhe deveria proteger, como fator

de intranqüilidade, e não, como deveria ser, de garantia de ordem.

É hoje uma lucrativa atividade a oferta de segurança particular. Nos bairros pobres da periferia das metrópoles brasileiras, esta segurança é oferecida, paradoxalmente, pelos próprios policiais, que chacinam menores delinqüentes a mando de empresários médios que se vêem ameaçados em seu patrimônio produtivo pelo quadro de total desequilíbrio no ambiente social em que exercem suas atividades comerciais.

No Ceará, adotadas as medidas recentes de unificação administrativa das atribuições relativas à segurança pública e ao resguardo da cidadania, o governador Tasso Jereissati reafirma sua capacidade de decisão e sintonia com as expectativas populares próprias de uma liderança de sua dimensão. Saímos, mais uma vez, na frente, ao adotar procedimentos saneadores numa esfera lamentavelmente ainda obscura do exercício público no nosso país.

Episódios recentes tiveram – pelo menos isso – o mérito de mobilizar as forças de decisão do país no combate ao problema. Em poucos meses, o Congresso Nacional votou diversas matérias que ampliam a capacidade de controle sobre ações abusivas contra a cidadania livre e assegurada.

A criação, no âmbito do governo federal, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, confiada pelo presidente Fernando Henrique a um dos seus mais próximos auxiliares, sinaliza a percepção que têm hoje os agentes políticos do projeto de modernização da necessidade imperiosa de promover na sociedade relações compatíveis com o nível de desenvolvimento que se pretende.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 13/3/1997

As prisões deste mundo

A CAMPANHA da Fraternidade deste ano é dirigida a uma das mais graves feridas da sociedade – a prisão e tudo que a ela se relaciona. Com o lema “Cristo liberta de todas as prisões”, clama por solidariedade ante as situações degradantes dos presídios. No fundo, sugere a discussão de uma reforma da política criminal que apague das nossas penitenciárias o estigma de “escolas de criminalidade”, quando deveriam recuperar pessoas para o convívio sadio com a sociedade.

Embora a legislação vigente assegure recolhimento em cela com espaço mínimo de seis metros quadrados por pessoa, o que se observa nos presídios brasileiros é uma realidade bem diferente da prevista em lei. Duzentos a quatrocentos presidiários excedentes juntam-se, indevidamente, a condenados de maior e menor periculosidade e sentenciados sem culpa declarada pelo órgão judicial, tornando inatingível, em tais circunstâncias, o objetivo de recuperar detentos.

O lema da campanha remete-nos também a uma reflexão mais ampla sobre as diversas formas de encarceramento em que definham as mais generosas potencialidades humanas, como as más condições materiais de vida, que degradam seres humanos e submetem coletividades a sofrimentos terríveis.

Do outro lado, o consumismo exacerbado, que aliena as pessoas do contato gratificante com o que é essencial ao viver, como a capacidade de gerar contentamento no convívio afetivo e na observação das coisas simples da vida. Há, ainda, o terrível cárcere dos prazeres provisórios, como o refúgio nas drogas, no qual jovens no alvorecer de suas vidas se vêem atados aos interesses inescrupulosos de traficantes; e o alcoolismo, que destrói reputações, desagrega famílias e produz violência.

Para libertar os homens da sua incapacidade de amar, também os primeiros cristãos sofreram perseguição e cárcere, porque quiseram crer que todas as pessoas são maiores que as suas culpas, e que, para abolir o pecado, é preciso acolher o pecador e nele despertar a esperança de sua transformação pessoal.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 27/2/1997

Darcy

O FIM DO CARNAVAL trouxe, com as cinzas da folia, a tristeza pela perda de alguns brasileiros que deram – na vida pública, na literatura e na imprensa – uma contribuição para a crítica conseqüente do nosso tempo e um exemplo de amor ao país onde nasceram. Dentre eles, a morte de um amigo pessoal trouxe-nos maior consternação. Darcy Ribeiro – etnólogo, indianista, antropólogo, ficcionista, educador e político, entre outras inúmeras habilitações pessoais e intelectuais – não está mais entre nós.

Ao seu humor, ao mesmo tempo cáustico e generoso, aliou o inesgotável desejo de trabalhar pela libertação material e cultural do seu povo para adiar por quanto tempo pôde seu encontro com o desconhecido.

Darcy foi um erudito sem pompa. Não o intelectual distante, pretensamente objetivo, mas o pensador ativo, comprometido com as condições reais de sua luta. Era assim o Darcy que conheci e com quem tive a oportunidade de trabalhar lado a lado, como, por exemplo, na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Criou o sonho interrompido da UnB, que ainda hoje busca reencontrar-se em sua inspiração original, de universidade voltada para os interesses estratégicos da nação, e os Cieps, as escolas públicas em tempo integral de ensino. Deixou uma obra de referência internacional e o exemplo vivo de sua participação pessoal nos fatos de sua época. Mas afirmava sempre ter tentado educar as crianças brasileiras, salvar os índios e o patrimônio nacional. Tendo, segundo ele, fracassado em todas essas tentativas, dizia-se porém um vitorioso, por não ter sucumbido em seu ânimo de luta diante daqueles que o derrotaram.

Mas, conosco, venceu sua última batalha. É dele uma das propostas que deram base para um projeto nosso que torna os cidadãos brasileiros doadores universais de órgãos para transplantes.

Ao nosso lado, lutou para que aquela iniciativa fosse aprovada no Congresso e sancionada pelo Presidente da República, a quem escreveu uma antológica "carta aberta" defendendo a proposta.

Dele guardo a lembrança de um homem bem-humorado, vaidoso assumido, apaixonado pelo Brasil (sobretudo por suas mulheres), um pensador antidogmático, genuinamente brasileiro e de assombrosa capacidade de produção intelectual. Era assim o Darcy que eu conheci.

Virgílio, um político moderno

CONSIDERO um privilégio ter convivido e trabalhado com Virgílio Távora. Sem ter sido íntimo dele, pude apreciar com isenção suas imensas qualidades, as quais o fizeram um homem que o Ceará não pode esquecer.

Os militares formaram, por muito tempo, uma espécie de elite nacional. Na história do Brasil, no Império, como na República, no passado distante ou recente, estiveram presentes, com destaque, em todos os grandes episódios da vida brasileira. A participação deles foi uma constante nos acontecimentos políticos do país, independentemente do juízo que dela se faça. Muitos confinaram suas ações políticas às casernas e às organizações associativas de classe. Virgílio transpôs os portões dos quartéis, abandonando promissora carreira nas Armas para lançar-se à aventura fascinante e incerta da política. Agia desse modo convocado pelo pai e movido por indiscutível vocação.

No bernal da vida militar trouxe três características que lhe seriam extremamente valiosas em sua nova atividade: disciplina, senso de organização e o princípio da autoridade. Acrescente-se a essas três qualidades outros traços do seu temperamento, de fundo atávico ou feição própria, e teremos a formação de um caráter que se mostrou capaz de enfrentar, com sucesso, os embates políticos em um estado pobre e atrasado, como ainda era o Ceará nos albores da redemocratização.

Determinado, beirando a teimosia, objetivo nas ações e nos diálogos com seus interlocutores, pragmático como convém no Brasil ao líder político de um estado, usou esses atributos de sua personalidade para lutar e vencer suas limitações, inclusive físicas. Culto, muito acima da média dos políticos, o que contribuiu para que formasse um espírito universal, movia-se com desembaraço, fosse entre a gente humilde dos sertões, fosse entre poderosos na pompa das recepções ou nas solenidades dos gabinetes mais importantes.

Virgílio Távora agia com a segurança de quem sabia quem era e o que buscava. Perseguiu, com obstinação, a realização do bem comum, finalidade suprema da

política e o grande objetivo dos que a ela se dedicam, acionados pela preocupação de bem servir ao povo. Foi essa personalidade, complexa, mas bem forjada, que serviu com dedicação aos cearenses, deixando marcas inapagáveis de sua atuação. Um sopro de renovação à vida partidária, à organização das campanhas eleitorais, à utilização dos meios de comunicação e à administração pública estadual.

Este rápido esboço do perfil de Virgílio Távora ajuda a compreender como lhe foi possível reerguer-se após a derrota sofrida em 1958 – que para muitos significaria o banimento político – e chegar ao governo do estado, no pleito seguinte, como líder de uma ampla coalizão de forças partidárias, que ele próprio ajudou a construir com paciência, obstinação e isenção de rancores.

Curioso é que foi pilotando a União pelo Ceará, um agrupamento de forças conservadoras, que introduziu modernos princípios de planejamento, tendo resultados técnicos eficientes e capazes de mudar a feição da administração estadual cearense. Colocou o erário e a política a salvo de manipulações políticas, pôs termo às perseguições e ao banditismo e fez reinar a ordem em todo o interior. A coligação dos principais partidos do Ceará, separados por anos de ódio e disputas acirradas, que dividiam comunidades e famílias, foi importante contribuição para a melhoria dos nossos costumes políticos e para a criação de um clima desenvolvimentista no estado.

A conciliação e a transigência são comportamentos políticos aceitáveis se têm por fim o interesse público, desde que subordinadas a limites morais que rejeitem o oportunismo e a submissão.

Foi com a obstinação e o entusiasmo de sempre que Virgílio Távora venceu a maior de todas as suas batalhas: a eletrificação do Ceará a partir da hidroelétrica de Paulo Afonso. Essa obra foi resultado também do êxito de bem articulada ação política, recheada de insistências e concessões em relação ao governo federal. Dignidade e compostura viriam à tona por ocasião da memorável solenidade pública de inauguração da linha de transmissão de energia elétrica para Fortaleza, quando, por imperativo de consciência, realçou perante o primeiro dos presidentes militares o apoio fundamental, para consecução do empreendimento, do ex-presidente há pouco deposto e exilado. O fato acarretar-lhe-ia dissabores e desafeições oficiais, mas timbrou em mostrar que o pragmatismo político de Virgílio tinha contingenciamentos morais que o distinguiam dos áulicos de todos os governos e dos serviçais de todos os poderes.

Doar vida

FOI ENVIADO ao exame do Presidente da República um projeto de lei de nossa iniciativa, em substituição a outros que tramitavam no Congresso Nacional com os mesmos objetivos, propondo que todo cidadão brasileiro seja doador universal de órgãos, tecidos ou partes do corpo após sua morte, salvo os casos em que a pessoa se declare em vida contrária à disponibilidade de seu corpo.

O projeto tem suscitado, naturalmente, um ruidoso debate na sociedade, sobretudo nos setores mais comprometidos com as questões relativas à saúde pública ou de natureza moral e religiosa. Não é tema para unanimidade. Anima uma capacidade delicada da racionalidade humana – a consciência, quase sempre incômoda, da própria morte. Somos perecíveis, mas não reagimos de maneira madura e objetiva quando nos remetem à lembrança de que esta vida passa.

Ao tornar doadores aqueles que não manifestarem o desejo em contrário, não está o Estado dispondo sobre o corpo das pessoas, uma vez que o cidadão poderá negar-se a essa doação, bastando para isso que declare essa negativa em sua carteira de identidade ou de habilitação.

Alterando, no entanto, a ordem da iniciativa, que deverá ser agora de quem não pretende dispor do seu corpo para aquele efeito, estamos simplificando os procedimentos para a maioria dos brasileiros – 75%, de acordo com pesquisas recentes –, que desejam doar partes de seus corpos após a morte para eventual auxílio à permanência da vida em outras pessoas em condições de sobrevivência, numa demonstração da inequívoca vocação solidária do nosso povo.

Aumenta a cada dia o número de brasileiros à espera de órgãos para transplante. No Brasil, embora seja majoritária a parcela da população que aceita dispor de seu corpo, por diversos fatores somos um dos países onde há menor número de doadores. Tornando todos doadores universais, estamos apenas colocando a lei em obediência às expectativas éticas e morais dos brasileiros.

É importante salientar que não estamos inventando nada. Nações desenvolvidas

de todo o mundo cristão, de reconhecido rigor na observância dos direitos e das garantias individuais dos cidadãos, adotam o mesmo princípio da doação presumida, como é o caso da França, de Portugal, da Áustria, da Bélgica e da maioria dos estados dos EUA.

A vida continua. E nós podemos deixar nela o testemunho ativo da nossa solidariedade.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 16/1/1997

Ano bom, ano melhor

AOS POUCOS, apaga-se na memória da economia a compulsão inflacionária. A cada ano que passa, desde a gestão do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e de sua equipe, quando foi lançado o Plano de Estabilização da Economia, têm sido cada vez menores os índices médios de inflação. Chegamos ao final de 1996 com os melhores resultados das últimas três décadas. Estou certo de que, ao término deste 1997, estaremos aqui, mais uma vez, comemorando a permanência da estabilidade. Isso porque a manutenção dos índices inflacionários em patamares baixos é o fator indispensável para que possamos reverter o quadro insustentável de concentração de renda em nosso país.

Os levantamentos recentes dão conta de que, lentamente, já é possível perceber um deslocamento social de baixo para cima, com redução, ainda irrisória, do número de pobres e o aumento, ainda insuficiente, mas já visível, do poder aquisitivo da população.

Claro, sabemos todos que isso representa, se muito, um bom começo. Há muito por fazer. É preciso concluir as reformas estruturais e garantir condições estáveis para a manutenção do equilíbrio nas contas públicas. É preciso gerar condições competitivas para o produto nacional e ampliar a participação do país no volume dos negócios internacionais.

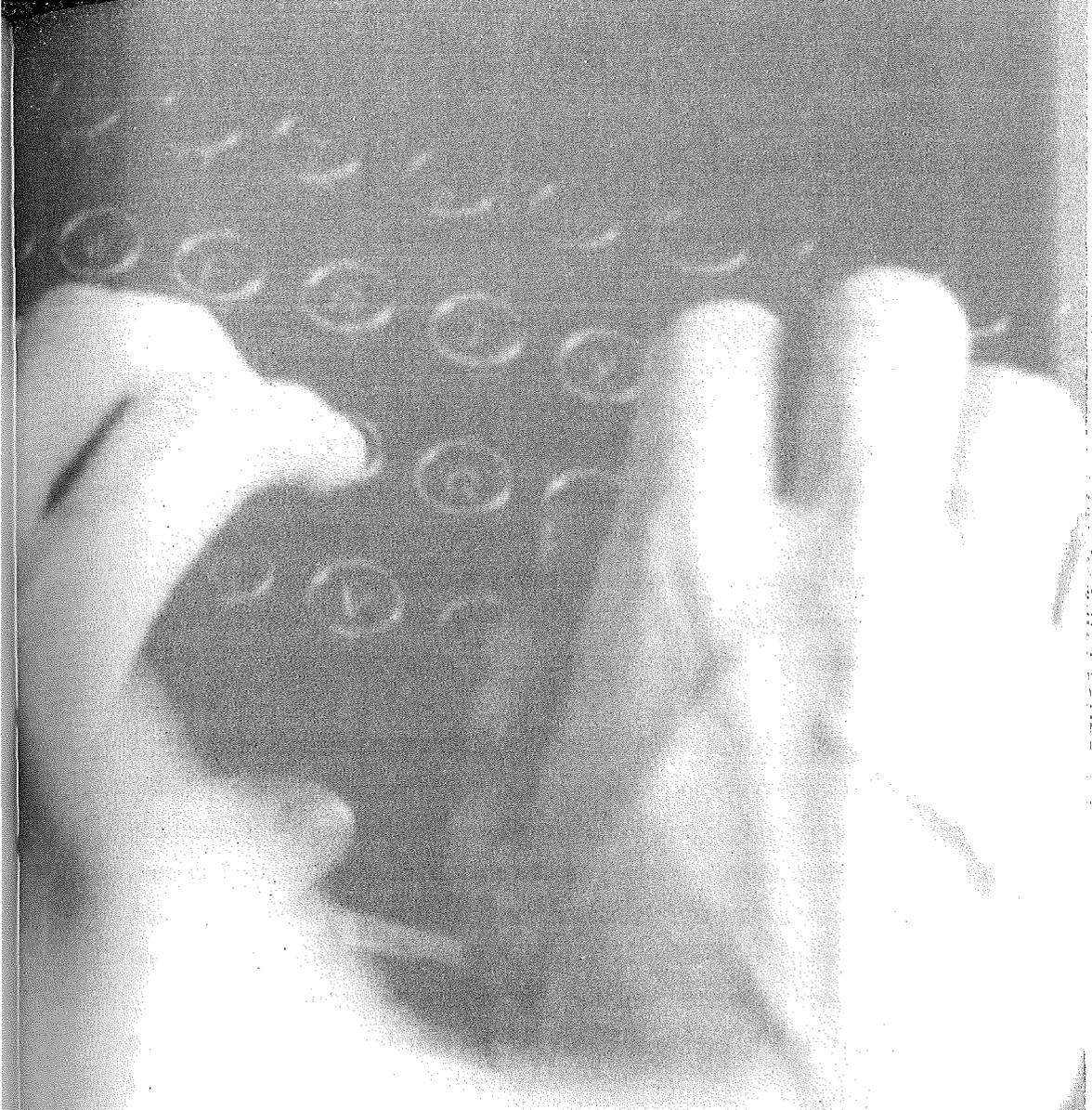
É preciso educar. Tornar a terra produtiva. Investir em infra-estrutura nas regiões mais pobres. Desfavelar. Fortalecer a cidadania e preservar o meio. Agir com ética e

garantir o direito à vida. E é preciso, sobretudo, crescer sem inflacionar, progredir sem desempregar.

Nenhum progresso se justifica se não vier para garantir maiores oportunidades de trabalho e permitir o acesso de um número crescente de pessoas às oportunidades de conforto alcançadas pela sociedade moderna.

É preciso manejar os fatores de estabilidade que garantem a permanência da inflação em patamares baixos sem que se precise manter uma prolongada pressão sobre a demanda de trabalho e as tendências de crescimento das forças produtivas do país.

De todo modo, se o Brasil ainda é o campeão mundial da desigualdade social, já temos motivos para desejar um feliz ano novo, pois o que termina recomenda esperanças.

A black and white photograph showing a close-up of a hand holding a pen, positioned over a document with a grid pattern. The hand is in the foreground, and the pen is held in a writing position. The background is a grid of small squares, likely a ledger or a notebook page. The lighting is soft, and the overall tone is monochromatic.

1996

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Corrupção e sociedade

EMBORA a Transparency International, organismo independente anticorrupção, afirme que este problema não é exclusivo das nações mais pobres, aponta apenas um país do Primeiro Mundo, a inevitável Itália, entre os vinte países mais corruptos do planeta. O Brasil, líder de concentração de renda em todo o mundo, só consegue manter-se acima de quatro nações quanto à percepção que os empresários locais têm do nível de corrupção em seu países.

São profundas as raízes do problema. Tratar o fenômeno apenas como uma crise ética não ajuda a compreender e, sobretudo, superar as razões que alimentam o quadro. Tais práticas estão incorporadas ao próprio modo como opera o Estado brasileiro.

Há quem defenda que a sociedade brasileira, entre outras, dá um peso maior às relações pessoais, e isso contribuiria para reforçar práticas corruptas. Ora, na dimensão pessoal, ser leal a quem lhe presta algum tipo de favor é uma atitude em si mesma positiva. Mas é um tipo de relação que, sem dúvida, quando favorece tratamentos excepcionais, faz que o Estado deixe de obedecer a uma lógica impessoal para servir, em diversos graus de comprometimento, a interesses particulares.

É comum interpretar a corrupção como um desrespeito às regras que ordenam o Estado. O mais freqüente, no entanto, é que benefícios corruptos são obtidos com a observância dos regulamentos formais.

Há diversas formas de manifestação do comportamento corrupto nas rotinas públicas. Quando, por exemplo, uma liderança consegue atrair recursos compatíveis para justificadas realizações nas localidades que representa, está apenas cumprindo uma de suas atribuições. No entanto, quando os recursos extrapolam o quadro real de necessidades ou o que se pretende realizar contraria o ordenamento das prioridades da gestão, então se tem aí, com o clientelismo político, uma prática corrupta e condenável.

Mas o problema apresenta dimensões mais graves quando se tem a associação

do Estado com grupos privados em condições vantajosas para este em detrimento do efetivo interesse público. As próprias normas da rotina, a lógica burocrática, alimentam tais desvios quando produzem dificuldades para que se possa vender facilidades, tornando o servidor público, em qualquer nível, objeto fácil de abordagem e sedução.

Estudos recentes realizados em dezenas de países, no entanto, revelam que mais determinante que a morosidade da Justiça, a excessiva malha burocrática e a dependência dos setores políticos aos agentes produtivos é o grau de dependência econômica da unidade familiar.

Onde é forte a pequena empresa e a iniciativa pessoal, onde a renda familiar é suficiente e estável, brota na própria sociedade uma cultura produtiva extensiva, que torna de pouca utilidade a procura de vantagens excepcionais perante o poder público.

Não surpreende, portanto, que os líderes em corrupção sejam, como o Brasil, países com elevados níveis de concentração de renda. Eis algo concreto sobre o qual podemos refletir sem nos limitarmos à tentação fácil de resumir tudo a uma crise de ordem exclusivamente moral.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 5/12/1996

A ameaça maior

A AMÉRICA LATINA experimenta, já há mais de uma década, uma fase nunca vista de generalizada e estável democracia, com o aperfeiçoamento crescente dos mecanismos de participação popular nas decisões públicas.

Em nosso continente – e nosso país é um bom exemplo disso –, o regime democrático enfrenta, no entanto, dois grandes desafios: provar que é também capaz de resgatar a enorme dívida social e vencer a ameaça crescente que a corrupção na esfera pública traz para a governabilidade dos países da região.

De fato, a corrupção mina a legitimidade das instituições públicas e atenta contra a sociedade e o desenvolvimento integral dos povos. Apesar da estabilidade política em que vivemos, é sempre oportuno lembrar que apenas dois presidentes

eleitos pelo voto direto, Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek, conseguiram entregar o cargo ao seu sucessor dentro de condições de plena normalidade institucional.

Mudaram os fatores de ingovernabilidade. Durante o período da Guerra Fria entre os dois grandes pólos ideológicos, o conceito de subversão era usado com excessiva abrangência como justificativa para a quebra da normalidade constitucional.

Do final da década passada aos dias de hoje, com a queda do Muro de Berlim, as acusações de corrupção, amparadas em sólidas evidências, têm sido o fator principal das crises institucionais no continente.

Como uma observação ligeira do que se passa atualmente, tivemos o afastamento de Fernando Collor, no Brasil, e Andrés Pérez, na Venezuela. O presidente colombiano, Ernesto Samper, é acusado de ter recebido contribuições do narcotráfico para sua campanha eleitoral. No Paraguai, Carlos Wasmosy é acusado de contratar empresas de sua família. Em Honduras, Equador e Bolívia, há casos semelhantes de suspeitas de envolvimento das autoridades maiores do país em irregularidades dessa ordem.

Embora viva um momento de tranqüilidade, a democracia brasileira foi uma que, entre as recentes experiências latino-americanas, enfrentou enormes desafios, com o *impeachment* do Presidente da República, seguido de um longo processo de inquérito no Legislativo federal sobre a movimentação de parlamentares em torno da Comissão do Orçamento.

Um estudo recente realizado em 41 países por um organismo independente anticorrupção sediado em Berlim, a Transparency International, revela que o Brasil só consegue manter-se acima de quatro nações – Venezuela, China, Paquistão, Indonésia – quanto à percepção que os empresários locais têm do nível de corrupção na esfera pública de seus países.

Essa é uma prática condenável, que compromete, muito além do que se pode aparentemente perceber, o regime democrático.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sábado, 23/11/1996

Privatizar a Vale não é bom para o Brasil

TEMOS PROCURADO refletir com equilíbrio sobre a agenda de privatização proposta por influentes setores do pensamento político e econômico do país e encampada pelo governo do presidente Fernando Henrique desde a primeira hora de sua campanha eleitoral.

Essas reflexões têm levado em conta, sobretudo, os interesses primordiais da nação brasileira, sem perder de vista a necessidade de nos inserirmos na atualidade do contexto internacional, de economia globalizada e relações de interdependência produtiva.

Temos procurado orientar nossas decisões do modo o mais isento possível de preconceitos. Mas é fato que mudanças, sobretudo em países onde são profundos os desequilíbrios sociais e ainda tão precárias as condições políticas em que se operam as transformações, tendem a conter riscos que a sociedade brasileira talvez não esteja calculando em toda a sua extensão, a julgar pela pouca mobilização com que acompanha a evolução dos fatos econômicos.

Por outro lado, não há como deixar de considerar inadiável a reforma do Estado brasileiro, com um decidido programa de privatização que evite o fortalecimento de abusivas práticas monopolistas no setor privado e permita que as estruturas de governo se dediquem com maior capacidade às atribuições clássicas do poder público, como saúde, educação, segurança, entre outras.

Nessa perspectiva, por todos os ângulos em que observamos a questão, privatizar a Companhia Vale do Rio Doce não é um negócio seguro para o país. Dada a sua importância estratégica e notável eficiência e rentabilidade, com sólida participação no mercado internacional, a Vale merece, sem dúvida, um tratamento diferenciado no conjunto de empresas sobre as quais o Estado brasileiro detém maior parcela de controle acionário.

Um aspecto inicial a ser considerado: trata-se de uma empresa formadora de preço. O valor do ferro brasileiro é determinado por suas atividades. Para quem não sabe, esse é o produto de maior valor unitário na pauta das exportações nacionais.

Mas não é apenas o aspecto econômico da exploração do minério o que se está considerando. A Vale do Rio Doce atua em diversos campos – de estradas de ferro a projetos de recuperação ambiental. A venda da companhia seria extremamente complexa, além de danosa a setores que dependem da empresa para assegurar o desenvolvimento de regiões e estados do país.

Há de se ressaltar que um programa de desestatização não é, necessariamente, a venda em massa do patrimônio público, mas um repasse à iniciativa privada de atividades que não cabem ao Poder Executivo exercer.

Atreladas ao Estado é prudente que permaneçam aquelas empresas que desenvolvem atividades de importância e reflexo social. Vale mais manter a Companhia sob a guarda do poder público, produzindo bem e gerando bem-estar.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 7/11/1996

Um projeto solidário

OS PORTADORES do HIV, principalmente quando acometidos de Aids, sofrem o preconceito de uma sociedade que muitas vezes os estigmatiza, sofrem com os transtornos físicos decorrentes da baixa imunidade e sofrem ainda com os altos preços dos medicamentos adotados no tratamento.

Há uma boa notícia para essa parcela de brasileiros. Já está em mãos do presidente Fernando Henrique projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e aos doentes de Aids.

Como relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, procurei não apenas apoiar a iniciativa – originalmente motivada por um projeto do senador José Sarney, que tramitou nas duas Casas legislativas recebendo inúmeras colaborações que o aperfeiçoaram –, mas fui, pessoalmente, ao Presidente da República, e a ele fiz um apelo para que sancionasse esta medida, que engrandece seu governo e trará maior conforto a um número, infelizmente, já elevado de pessoas contaminadas. Com satisfação, constatei que o Presidente é sensível à medida, tendo afirmado que sancionará o projeto.

Com este projeto, garante-se o direito de assistência farmacêutica a um segmento específico da população brasileira. Ao contrário da posição de alguns parlamentares, insisti na manutenção da abrangência inicial do projeto. Não haveria sentido, como pretendiam alguns, limitar o direito de medicação apenas aos portadores, excluindo os doentes.

Deve-se aumentar a sobrevivência e melhorar a qualidade de vida tanto dos doentes como dos portadores. Não há a menor impossibilidade de oferecer tratamento aos dois, o doente deverá ter prioridade, em razão da maior urgência deste em ser tratado.

Outro aspecto positivo, capaz de garantir maior regularidade no atendimento, é que as despesas decorrentes da implementação desta lei serão, de acordo com o projeto levado ao exame do Presidente, financiadas com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, dos estados e dos municípios, ao contrário do projeto original, que previa dotações orçamentárias próprias do Ministério da Saúde e oriundas da arrecadação da CPMF.

A aprovação do projeto virá minorar os elevados sacrifícios que muitas famílias fazem para manter um atendimento permanente de saúde aos doentes de Aids ou portadores do HIV. Aumentam as responsabilidades do Estado com as condições de saúde também no plano das doenças infecto-contagiosas, o que deverá tornar maiores os cuidados com programas preventivos e de esclarecimento público.

Mas o que é expressivo nesta medida é que, quando aprovada, milhares de pessoas, brasileiros como nós, que sofrem os agudos efeitos daquela doença, terão o amparo necessário para enfrentar os momentos certamente mais difíceis de suas vidas.

É gratificante termos a oportunidade de colaborar para que isso ocorra. O Congresso fez a sua parte. Agora, só depende do Presidente.

Seguros inseguros

ENTENDO QUE numa nação social e economicamente equilibrada a interferência do poder público na mediação das relações de mercado deve ser mínima. Não é o nosso caso. Menos ainda quando o produto ou o serviço que se oferece está tão relacionado com o que é essencial à vida do ser humano, como a saúde.

A liberação dos planos privados de atendimento e seguro de saúde ao livre jogo do mercado, num país onde o sistema público é tão precário, torna a relação desvantajosa para o consumidor. Se é que se pode chamar simplesmente de “consumidor” uma pessoa que, no limiar da própria sobrevivência, precisa dos serviços de um desses planos. Assim, a cidadania vê-se ameaçada por algumas limitações impostas nos contratos firmados com tais empresas quando o Estado não cumpre a determinação constitucional de garantir a oferta de serviços gratuitos de saúde a toda a população. Que “livre” jogo de mercado é esse em que uma das partes envolvidas, o cidadão, não tem escolha?

No atual governo, aumentaram, e tendem a aumentar ainda mais, os gastos públicos com saúde. Mas, ainda assim, somos um dos países, na mesma faixa de desenvolvimento, que menos investem no setor – entre 80 e 100 dólares *per capita*. É muito pouco. Resultado: a ausência do Estado em um setor essencial, uma atribuição clássica do poder público, já fez associar-se a planos e a seguros de saúde cerca de 40 milhões de brasileiros, na maioria dos casos com um sacrifício enorme de uma fatia expressiva do já insuficiente orçamento familiar.

É preciso, em suma, regulamentar a ação dessas empresas e proteger os cidadãos contra os abusos de contratos leoninos. Os projetos que tramitavam no Congresso não cumpriram esse objetivo, garantindo mais os privilégios das empresas do que os interesses do cidadão.

Tomamos então a iniciativa de propor dois projetos para planos e para seguros de saúde. Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, não tenho ilusões. Nossa proposta sofrerá enormes pressões de *lobbies* bem instalados no Congresso.

Nosso projeto mais recente, que se refere aos seguros de saúde, prevê, entre outras medidas, a abolição pura e simples da carência. Não poderá haver a exclusão de determinadas ocorrências, o que beneficiará, entre muitos, os portadores de HIV. Em caso de débito do contratante, os planos devem continuar prestando os mesmos serviços aos dependentes por mais seis meses.

Os reajustes de mensalidades, algo que tem provocado tanta insatisfação e revolta, só poderão ocorrer após um ano de vigência do contrato, que, por sua vez, não mais poderá ser rescindido por decisão unilateral de quaisquer das partes. Em caso de gestante ou parturiente, o feto e o recém-nascido também estão segurados por determinado período.

Se são grandes as resistências, deve também a sociedade se mobilizar para garantir uma regulamentação rigorosa de um serviço que toca aquilo que nos é essencial: o direito à vida. Estamos cumprindo a nossa parte.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 10/10/1996

O algodão do Nordeste

O BRASIL passou da condição de maior exportador mundial de algodão na década de 1980 para a situação de segundo maior importador. A produção caiu, em menos de dez anos, pela metade. Esse não é o único caso a indicar a decadência da agricultura no país.

No Ceará, a decadência do cultivo do algodão levou de roldão as indústrias do processamento e deixou desempregados milhares de trabalhadores que tinham no produto sua única alternativa de renda.

A cotonicultura não surgiu como atividade importante na geração de emprego e renda no semi-árido por acaso, e sim pelo esforço e pela observação dos nossos antepassados, que identificaram no seu cultivo um profundo ajustamento ecológico com o clima de semi-aridez.

Daí as dificuldades de se encontrar um sucedâneo à sua altura. As tentativas frustrantes do gergelim, da mamona e da jojoba exemplificam bem esse fato. No

Centro-Sul, o algodão foi substituído pela soja e por outros produtos em razão das melhores condições naturais.

Contraditoriamente, o Ceará passou do sexto para o segundo lugar no Brasil e consome 12 mil toneladas, importando, em grande parte, de países que oferecem condições excepcionais aos compradores.

O algodão já constituiu a principal fonte de renda da agricultura cearense, com 24% da produção agrícola, e o caroço era ainda a principal matéria-prima para a indústria de óleos vegetais.

Existia também uma multiplicidade de usinas de descaroçamento do produto que, em conjunto com a indústria têxtil e uma rede de atividades comerciais e de transporte, consignava a base da economia cearense.

Atualmente, cerca de 90% do consumo do moderno parque têxtil do estado, que é o segundo mais importante do país, é importado, com divisas que poderiam estar irrigando a economia rural do Ceará. Porém, dois fatos recentes têm dado novas esperanças: o novo Programa do Desenvolvimento da Cotonicultura Cearense, lançado pelo governador Tasso Jereissati, e o recém-criado Grupo de Articulação e Negociação do Algodão, este no âmbito da Sudene.

Com base interinstitucional, o programa do governo estadual prevê ações interligadas de distribuição de sementes de alta produtividade com assistência técnica acoplada ao financiamento especial do BNB, de modo que obtenha maiores índices de produção com melhoria no padrão de vida do produtor rural.

A outra iniciativa mencionada, a da Sudene, visa complementar os esforços desenvolvidos pelos estados da região.

Se no contexto regional já se mobilizam forças para a recuperação dessa vocação econômica, também é necessário lembrar que uma política de subsídios à produção algodoeira, na base dos 20% sobre o custo atual, não oneraria de forma expressiva as finanças públicas da União. Essa concessão poderá realmente contribuir para o soerguimento da cotonicultura, restaurando assim os postos de trabalho perdidos para os Estados Unidos, o Paquistão e outros países.

A transição inacabada

O PROCESSO de redemocratização não está concluído. Uma ampla reforma político-partidária reclama ainda por um lugar no cenário do novo quadro institucional. É disso que irá tratar o Congresso Nacional em breve, votando um projeto de iniciativa do Poder Executivo.

É sabido por todos que só atingiremos um estágio de consolidação do regime democrático quando tivermos partidos fortes, e partidos fortes existem quando neles há uma articulação orgânica com a sociedade e compromisso dos mandatários com o programa e a doutrina da agremiação política.

Mas não se pode confundir fidelidade ao partido, isto é, aos seus princípios filosóficos e objetivos programáticos, com obediência canina aos interesses imediatos dos líderes do partido ou de governos que momentaneamente comandam.

A fidelidade que se reclama deve consolidar os compromissos programáticos dos partidos e não fortalecê-los como grupos de manobra. Deve confirmá-los como representações articuladas do pensamento de setores da sociedade e expressão instituída resultante da mobilização de interesses coletivos, não como espelho fiel do personalismo de suas lideranças.

Outro tema polêmico é o da reeleição para cargos executivos. É inegável que a experiência foi bem-sucedida em outros contextos. Para citar um exemplo, o longo período de hegemonia das lideranças da social democracia no norte da Europa, desde o pós-guerra até o final dos anos 1970, promoveu um dos mais justos, prósperos e pacíficos períodos de toda a história daquele continente.

Mas, como já afirmei diversas vezes, não estou seguro de que a cultura política da nação brasileira absorva tal crítica com plena capacidade de manter limites e coibir abusos. O partido a que pertenço, no entanto, inclina-se unanimemente naquela direção. Se o país assim o desejar – e estas eleições municipais indicam um forte anseio por continuidade em muitas capitais –, não vejo por que impedir que se realize essa experiência.

Temos ainda um intenso debate pela frente sobre voto facultativo. Sobre o

assunto estou convencido de que o exercício do voto em caráter obrigatório é, ainda, em nosso país um processo formador de consciência da cidadania e uma salvaguarda do regime democrático, sem o qual não teríamos sequer os meios políticos indispensáveis de inserção no concerto das sociedades modernas.

Mas reafirmamos aqui nossa disposição de aproveitar os debates em torno da reforma política para apresentar uma proposta de redução do mandato dos senadores, hoje de oito anos, quase uma exclusividade nossa, sem paralelo nos outros países. Prometi em campanha lutar por isso e assim tenho feito. A decisão, contudo, caberá, de maneira soberana, ao coletivo parlamentar.

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
quinta-feira, 5/9/1996

Eleições menos ideológicas

A QUEDA do Muro de Berlim – como símbolo das profundas alterações ocorridas no mundo comunista – produziu mudanças que barraram o limite das posições clássicas da esquerda e da direita. As fronteiras de uma e de outra tornaram-se menos nítidas, e concepções políticas tradicionais estão sendo revistas sem que tenha ocorrido ainda a acomodação ideológica definitiva. O que é ser de esquerda hoje? Perguntamo-nos, e até cientistas políticos e filósofos de indiscutível reputação também o fazem. Segundo Norberto Bobbio, no livro *Esquerda e direita*, seria basicamente ter um compromisso com a solução das questões sociais, no seu amplo aspecto contempladas por propostas de políticas públicas que não fossem apenas periféricas e corolário dos objetivos econômicos, como sói acontecer entre os que defendem modelos liberais de forte conteúdo conservador.

Assim sendo, se nos períodos das definições ideológicas radicais a esquerda já não se unia, muito menos o fará agora, quando estamos dispersos por um grande número de partidos. O exemplo mais próximo é o movimento Esquerda 21.

Agrava-se a divisão da esquerda para a próxima eleição, sendo exemplo disso o fato de as eleições municipais tenderem a ser menos ideológicas, organizando-se composições partidárias a partir dos interesses locais.

Meninos do Brasil

O DESENVOLVIMENTO socialmente desequilibrado continua produzindo estatísticas sombrias e trágicas. Levantamentos recentes do Unicef revelam que, apesar dos esforços de conscientização da sociedade civil e das medidas legais adotadas pelo Estado visando à proteção do menor, cresce o número de crianças e adolescentes assassinados no país.

Nos anos 1990, chega a 25% dos óbitos de adolescentes entre quinze e dezessete anos o percentual de vítimas de homicídio. Nos dez anos anteriores, esse percentual era ainda elevado, mas menor somente 8%.

No total, o número de menores mortos em acidentes e circunstâncias violentas num período curto de quatro anos supera as perdas ocasionadas por alguns dos conflitos armados que mais abalaram o mundo, como a Guerra da Bósnia, por exemplo.

Não resta dúvida de que esse quadro de massacre está diretamente associado à miséria causada por um modelo econômico perverso, concentrador e excludente, tão marcante no Brasil. Afinal, são as vítimas, na sua quase totalidade, filhos de famílias pobres.

É uma amarga ironia o fato de que o expressivo aumento no percentual de mortes violentas de crianças e adolescentes tenha se dado justamente no período em que no país se passou a desenvolver maiores esforços para oferecer assistência e proteção aos menores carentes.

Mas pouco representa nosso empenho institucional e de solidariedade direta se comparado ao agravamento social e à nossa incapacidade política de reverter de modo acentuado o perverso processo concentrador.

A luta pela sobrevivência leva multidões de crianças às ruas e tira-lhes a oportunidade de freqüentar escolas adequadas. À necessidade soma-se a efêmera sensação de liberdade que experimentam longe de casa.

O percurso é previsível: afastamento da família, abandono da escola, adesão ao

uso de drogas, envolvimento com atos promíscuos ou violentos, morte.

É oportuno que se diga que a violência às vezes começa em casa. Famílias desestruturadas pela falta de perspectiva social e de um sustentável ambiente cultural submetem muitas vezes suas crianças a maus-tratos e obrigam-nas a trabalhar ou mendigar. Em vez de abrigo, a casa é foco de espoliação.

A nova família é a turma da rua, onde se alternam solidariedade e violência. A família, massacrada dentro de casa, explode nas ruas pelas mãos de suas crianças desgarradas, prontas para matar ou morrer não apenas por comida, mas até por alguns gramas de droga ou um tênis importado, que assaltam nos arredores dos condomínios de classe média.

Os setores mais mobilizados da sociedade civil conquistaram avanços significativos, e o Parlamento nacional tem reagido com agilidade e competência na formulação de uma legislação que ampare o menor e responsabilize seus opressores diretos.

Para extirpar a violência da alma nacional, que é chocante nos becos das favelas, mas que também reside na fria indiferença de uma maioria que se cala, não calemos. Quem estaria seguro num país onde nem mesmo as crianças escaparam ao desespero e à incerteza?

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
domingo, 18/8/1996

Aids: o que o Congresso está fazendo

SOMENTE NA Câmara dos Deputados tramitam dezoito projetos de lei que tratam da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – Aids. O volume de iniciativas legislativas já define, por si, a ameaça que a doença representa, pois não respeita idade, sexo ou classe social e apresenta taxa absoluta de letalidade.

O grande risco é que decorrem às vezes muitos anos para que se manifeste a doença no portador, tempo suficiente para que se dissemine para muitas outras pessoas. A Aids ceifa a vida das pessoas, na maioria dos casos, quando elas estão ainda em sua fase mais produtiva, entre os vinte e os quarenta anos de idade.

É, enfim, pelas características terríveis da doença que há no Congresso Nacional

grande mobilização de projetos que prevêem, por um lado, a divulgação de informações sobre formas de prevenir o mal e, por outro, alternativas para reduzir o peso financeiro que um aidético representa para si e para sua família.

No tocante à questão da divulgação de informações, há projetos que prevêem a veiculação em salas de cinema, com gratuidade nas emissoras de rádio e televisão, e a aplicação de cartazes e instruções em motéis e locais de hospedagem, além dos que recomendam dispor de preservativos para usuários desses estabelecimentos.

Todos eles têm méritos para tramitar no Congresso e encontram-se em fases distintas de encaminhamento, quando por certo serão aperfeiçoados e terão corrigidas possíveis falhas e alguns abusos. É preciso que os projetos prevejam as sanções aos respectivos transgressores, entre outros aspectos que precisam ser mais bem observados.

O segundo tema mais freqüente entre os projetos legislativos que tratam da questão da Aids refere-se à isenção de impostos e tem também quatro projetos em tramitação.

Um deles dispõe sobre isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados, o IPI, e imposto de importação para medicamentos adquiridos por portadores de HIV. Embora muito humano, oportuno e urgente, há de se levar em conta a operacionalização do que é proposto.

Outro projeto na mesma linha propõe que se considere dependente, para fins de abatimento no imposto de renda, os filhos de qualquer idade portadores de deficiência física, síndrome de Down e do vírus HIV.

Tramitam ainda projetos que propõem fornecimento gratuito, pelo Sistema Único de Saúde, dos medicamentos necessários ao tratamento dos portadores de Aids e outros, que proíbem a exclusão de cobertura das despesas com tratamento de determinadas doenças, entre elas a Aids, em contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou semelhantes.

Fiz, da tribuna do Senado, um apelo ao presidente da Câmara Federal, deputado Luís Eduardo Magalhães, para que dê celeridade à tramitação desses e de outros projetos relativos ao tema.

Se alguma coisa pode ser considerada prioridade neste país, sem demagogia ou interesses secundários, é, sem dúvida, encontrar soluções legais de amparo aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Um novo Ceará

O GOVERNADOR Tasso Jereissati assinou no início deste mês protocolo de intenções para a construção de uma siderúrgica em Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, onde será também construído um novo porto.

Cada vez mais, grandes projetos industriais instalam-se no Ceará como resultado de todo um processo de mudanças por que vem passando o estado nos últimos dez anos. Somente a partir do segundo semestre de 1991 até agora já se somam investimentos diretos de 4,8 bilhões de dólares, com a criação de 60 mil empregos diretos e mais 264 mil indiretos.

No ano passado, a política de incentivos do governo para ampliação do setor industrial criou um volume de empregos 150% maior que as ocupações criadas pelo Distrito Industrial de Fortaleza nos últimos vinte anos.

Nos dez anos recentes a que nos referimos, o Produto Interno Bruto cearense cresceu 39%, com a participação no PIB nacional acrescida de 1,6 para 2,2%. Vale ainda sublinhar que a participação do PIB industrial no índice total do Ceará supera hoje a média nacional de 36%. A renda *per capita* do Ceará, que correspondia há dez anos a 33% da média nacional, hoje chega a 62%.

Somos o maior estado consumidor de laminados planos do Nordeste, com capacidade instalada para processar o dobro do volume atual, que já representa 48% de todo o consumo da região. Com a implantação da Companhia Siderúrgica do Ceará, credenciamos-nos a ser um dos pólos de produção no setor metal-mecânico mais importantes do país.

A CSC vai incorporar tecnologia moderna com processo compacto e revolucionário a partir de gás natural, que é uma fonte de energia barata e limpa. Em pouco tempo, a companhia vai gerar 20 mil empregos diretos nos setores de autopeças, linha branca e outros.

Áreas do estado como São Gonçalo do Amarante e municípios próximos serão, em pouco tempo, sociedades mais dinâmicas, com mão-de-obra empregada e mais

bem remunerada, com reflexos positivos sobre a distribuição especialmente mais equilibrada da população, atenuando os fluxos migratórios para a capital, com a atração de contingentes humanos de outras áreas menos privilegiadas do estado.

As mudanças começaram há uma década. Mas, a partir de agora, elas passam a ser percebidas com maior evidência na dimensão cotidiana da vida das pessoas, principalmente nas camadas mais pobres, que dependem de emprego estável e mais bem remunerado.

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
sábado, 3/8/1996

Uma atividade nordestina

O CENTRO Nacional de Caprinos e Ovinos da Embrapa, em Sobral, e a Empresa de Pesquisas Agropecuárias do Ceará (Epace) vêm atuando juntos há vinte anos numa linha de trabalho de pesquisa com o objetivo de que os resultados sirvam para massificar e tornar econômica uma atividade típica do pequeno agricultor nordestino. É um tempo longo de pesquisa, mas a situação encontrada em termos de raça existente e de manejo, antes da criação da Epace e do referido Centro, pouco parecia diferenciar-se dos tempos coloniais, quando os caprinos e os ovinos foram introduzidos no Nordeste pelos portugueses.

Durante esse período, o esforço dispensado resultou numa série de conquistas tecnológicas, tais como a manipulação da caatinga, a preservação e o manejo de forrageiras arbóreas e arbustivas, para aumentar a capacidade de suporte da pastagem, e o desenvolvimento de “bancos de proteína” e formas de arraçamento na área de alimentação. Merece destaque o trabalho da Epace no melhoramento e na seleção do ovino da raça nativa Morada Nova, que tem a pele de melhor qualidade para a indústria de peles finas de vestuários e adornos. Porém, esses avanços ainda não chegaram na escala devida aos produtores rurais, dos quais somente uma pequena parcela está organizada e se agrupa em associações. Acredito ter chegado o momento de tornar a ovinocaprinocultura uma atividade econômica de relevância, tal como a avicultura, que é, hoje, um dos segmentos modernos da agropecuária brasileira.

A transformação de uma atividade de subsistência em exploração capitalista será uma forma de reter parte da população no semi-árido com condição de vida satisfatória. Mercado para o produto existe. Temos sido insistentemente procurados por representantes de países árabes. É importante ressaltar que o Ceará tem o terceiro rebanho ovino do país, num total de 1,5 milhão de animais, e o quarto rebanho caprino, com 1,1 milhão.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 1º/8/1996
--

O caso Apodi

O POVO PUBLICOU recentemente reportagem sobre o Projeto de Irrigação Jaguaribe–Apodi, no qual pedia o fim da acomodação e da conveniência. As informações sobre a inadimplência desse projeto, recente e de alto custo, pensado dentro de um modelo inovador, provocaram uma ampla discussão em fóruns de parceria, como o Pacto de Cooperação e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável.

Nos anos 1970, decidiu-se que o estado deveria investir forte na criação de infra-estrutura para massificar a irrigação por meio de perímetros. O conceito predominante na época, de que “o estado tudo pode”, influenciou um modelo de intervenção inadequado, com uma forma de atuação paternalista e perdulária.

Quando o estado não conseguiu mais subsidiar, pelo esgotamento financeiro, veio à tona a falta de sustentabilidade desses perímetros, hoje sucateados, com agricultores mantidos em um padrão de vida semelhante ao dos que praticam a agricultura de sequeiro.

O Jaguaribe–Apodi foi concebido dentro dessa nova estratégia. Previa um “projeto piloto” para avaliar, em amostragem, os vários aspectos de seu desenvolvimento em novas etapas. O fato é que apenas a primeira etapa foi concluída e, mesmo assim, funcionando com apenas 32% de seu potencial.

O projeto, com quase todas as obras civis já concluídas, não se viabilizou financeiramente, e a cooperativa deve ao BNB 1,2 milhão de reais. Aí cabe uma reflexão: como seria possível tornar rentável um projeto com culturas pouco nobres e sem

uma agroindústria de processamento? Ali, cada uma das 320 famílias que paga 20 reais por hectare tem um custo fixo de 44 reais!

A meu ver, é preciso concluir a segunda etapa, denominada de Área Empresarial, que se deveria ter constituído como área inicial do projeto. Empresas âncoras, detentoras de faixas seguras de mercado, dariam aos proprietários de pequenos lotes a garantia de compra de sua produção.

Mas há aspectos que exploram as circunstâncias específicas do Jaguaribe–Apodi. A reformulação da Lei de Irrigação, em andamento no Executivo, que permitirá em alguns casos a implantação de 100% de lotes empresariais em áreas de intervenção pública, hoje restrita a 25%, é uma medida que não pode ser postergada.

A viabilização de um programa de interligação de bacias, incluindo a transposição do São Francisco e uma decisão definitiva para o problema criado com a extinção do Dnocs, a quem pertence o acervo, e a continuidade do projeto são outras ações, entre muitas, que aguardam mobilização e vontade política dos agentes mais ativos da região.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 18/7/1996

Um síndico não basta

TENHO ACOMPANHADO pelos jornais as reflexões que analistas políticos e profissionais de comunicação têm feito sobre o quadro de expectativas que está mobilizando a atenção dos eleitores para as eleições deste ano.

Em busca de definir um perfil básico para o “prefeito que a cidade deseja”, é comum observar entre especialistas o ponto de vista de que o eleitor não deseja a politização do debate eleitoral e está cada vez mais afinado com mensagens que ofereçam soluções objetivas para os problemas imediatos do seu dia-a-dia.

Até aí concordamos. Sem dúvida, a crise das ideologias remete o debate político para questões de ordem prática. O pragmatismo está em alta.

A noção de que o prefeito é apenas o gerente de um limitado repertório de serviços e que sua autoridade acaba onde o calçamento alcança é um equívoco que se presta cada vez mais a um modelo de gestão no qual os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos.

É fácil para os setores mais fortes da economia operar seus negócios numa cidade onde o gestor é um mero síndico, desprovido de vontade política e noção planejadora. A ele, parecem dizer: “Abra ruas e avenidas e deixe o resto com a gente”.

Uma gestão aberta, transparente e responsável deve criar estruturas capazes de permitir ações articuladas da cidadania e estimular a parceria com a iniciativa privada em ações de interesse comum, sem confundir os interesses legítimos do desenvolvimento privado com seus objetivos comerciais mais imediatos.

É com a mobilização consciente dos agentes mais ativos da sociedade que se pode garantir ao gestor força para adotar medidas positivas, com investimentos orientados para o desenvolvimento equilibrado da cidade e para a ocupação racional do solo, sem prejuízo para o ambiente e com reflexos favoráveis na qualidade de vida, inclusive das gerações futuras.

Para tamanha tarefa, um síndico não basta.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 4/7/1996

A questão dos fósseis

VENHO HÁ tempos discutindo com a comunidade científica a necessidade de medidas capazes de sustar a exploração em larga escala que tem levado ao esgotamento os depósitos fossilíferos do país. Esses depósitos não são inesgotáveis e resultam de eventos geológicos únicos, que jamais se repetirão.

Em quase cinquenta anos de vigência, o decreto-lei que proíbe a exploração por pessoas não-credenciadas foi incapaz de, por si só, garantir a proteção que determina. Além de nunca ter sido regulamentado, traz distorções, como a de proibir extração de peças sem se referir à comercialização.

Sem o devido controle, a exploração comercial não respeita o valor científico diferenciado de cada fóssil. O resultado é a perda para a ciência de espécies novas. É crescente a diminuição de amostras de rochas contendo espécimes fossilizados, os holótipos, em coleções de universidades e museus brasileiros. A prosseguir esse processo, em breve os cientistas brasileiros terão de ir ao exterior se quiserem estudar os nossos fósseis.

Outro fator relevante é o impacto ambiental provocado pela exploração indiscriminada. Feita com a abertura de grandes buracos, diminui a área agricultável, levando à erosão e ao assoreamento dos mananciais, além da destruição da fauna e da flora.

Temos ouvido muitas ponderações sobre os prejuízos econômicos que uma proibição drástica traria para a expressiva população pobre e que vive da exploração de fósseis. É oportuno perguntar: quem lucra com essa atividade?

Na Chapada do Araripe, durante os períodos de seca, os agricultores são compelidos ao trabalho de garimpar fósseis. Recebem um dólar americano por dez horas de trabalho. Nos principais centros urbanos do país, um nódulo de peixe fossilizado é vendido ao preço mínimo de quinze reais. Uma espécie nova de vertebrado atinge a cifra de 80 mil dólares no mercado internacional, podendo chegar até a 1 milhão de dólares, como o caso de um espécime raro vendido no mercado japonês.

A crescente remessa ilegal para o exterior de fósseis de relevante interesse científico tem levado ao aquecimento de um mercado paralelo que despreza os princípios básicos dos profissionais que procuram desenvolver estudos em diversas áreas sedimentares do território brasileiro. Mais do que valores econômicos, vale salientar, o que se perde são preciosas informações geológicas e um patrimônio cultural inestimável.

Como construção coletiva de cientistas, autoridades públicas, entidades civis e empresários da área de turismo, estamos apresentando no Congresso um projeto que, entre outras medidas relevantes, limita a exportação de fósseis e considera os sítios como Unidades de Conservação de Interesse Paleontológico (Ucip), classificados de semi-abertos e com proteção integral. O projeto prevê ainda sanções baseadas no Código Penal para crimes contra o meio ambiente.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 20/6/1996

Habitar é viver

COMO MEMBRO do Senado Federal, integrei a delegação brasileira presente em Istambul para acompanhar os trabalhos da Conferência Mundial Habitat II, o últi-

mo grande encontro promovido neste século pelas Nações Unidas.

Com ele, encerra-se esse ciclo de debates que tem o condão de estimular governos e organizações da sociedade civil a refletirem sobre os grandes problemas do nosso tempo, desafiando nossa capacidade gestora e criativa e exigindo muito esforço na sua superação.

Esse encontro distinguiu-se dos demais – como a ECO 92, no Rio, e o Congresso da Mulher, em Pequim – pela participação oficial das organizações não-governamentais que lá estiveram com presença ativa e expressivo comparecimento.

Com satisfação, observamos a participação do Ceará entre os doze projetos premiados como os melhores do mundo inteiro em matéria de habitação e urbanismo, um projeto da ONG francesa Gret em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e o governo do estado.

O caráter integrador da iniciativa foi o que conferiu mérito a esse projeto, em que os comitês de moradores e de órgãos governamentais são constituídos não apenas para envolver a comunidade na construção de suas moradias, mas também na escolha de terreno, no processo de financiamento e nas demais etapas de decisão e planejamento do programa.

Mesmo entre os cerca de quatrocentos projetos selecionados, o Brasil teve boa presença, com 10% desse total, demonstrando que, apesar das grandes dificuldades, já que os números mais modestos apontam para um déficit de 5 milhões de habitantes no país, há iniciativas bem-sucedidas e bons exemplos a seguir.

Alguns tópicos foram objeto de acirrados debates, que dividiram sobretudo as posições dominantes entre países desenvolvidos e nações do Terceiro Mundo, e mereceram destaque na definição do relatório final.

O principal deles foi a pressão dos países pobres da América Latina, da África e da Ásia para que constasse do documento final o direito à habitação. Outro ponto controverso foi a pressão para que aumentasse a colaboração internacional objetivando a solução de problemas de moradia.

Por fim, a questão do “despejo forçado”, que, em decorrência do processo de renovação urbana, requer do Estado ações que protejam as comunidades, evitando o aumento do número já elevado de desabrigados, sobretudo nas grandes cidades do Terceiro Mundo.

No ano 2015, das 17 maiores cidades do mundo, apenas uma estará localizada

no mundo desenvolvido. Todas as outras estarão no chamado Terceiro Mundo, com enormes desafios para superarmos ou, no mínimo, não permitirmos que se agravem, o que já seria um feito expressivo, os enormes déficits de infra-estrutura urbana. Isso dá bem uma medida do quanto nos compete unir esforços, sociedade e poder público, em busca de soluções.

O certo é que não há viver sem habitar.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 20/6/1996

Custo Brasil

QUANDO O PAÍS optou por abrir sua economia, a discussão sobre Custo Brasil impôs-se como um dos principais pontos da agenda nacional. Não poderia ser diferente. Maior exposição do Brasil aos fluxos do comércio internacional deve implicar maior preocupação com a competitividade do setor produtivo nacional, vale dizer, a melhoria nas condições de custos de produção brasileiros.

Sem isso, a estratégia de diminuição das alíquotas de importação equivaleria a um suicídio econômico. Não conseguindo competir aqui dentro e lá fora com os produtos estrangeiros, estaríamos fadados a seguidas crises cambiais, com déficits comerciais de grande monta, insuportáveis a médio e a longo prazos. Diminuir o Custo Brasil é, portanto, condição indispensável ao sucesso da agenda de inserção do país no contexto de uma economia globalizada.

Premidas pela maior concorrência, a maioria das empresas brasileiras tem feito a sua parte. As estatísticas demonstram extraordinários ganhos de produtividade nos últimos anos. Agora é a vez do Estado. Cabe-lhe desmontar alguns gargalos de ineficiência que redundam em custos proibitivos e se refletem nos preços finais dos produtos, retirando-lhes a capacidade de competição com similares estrangeiros.

A bem da verdade, o Estado não está inerte. O primeiro golpe contra o Custo Brasil foi o fim da superinflação, que, entre outros males, afetava a capacidade de planejamento e de produção. O processo inflacionário produzia, ainda, a paralisação dos investimentos produtivos e empurrava o capital para a especulação financeira. Com o plano de estabilização, tem ocorrido um respeitável aumento de in-

vestimentos produtivos. A iniciativa do governo também vem produzindo resultados nas ações relativas à reforma constitucional. A quebra de certos monopólios abre o mercado a uma maior concorrência, buscando-se com isso baixar preços de mercadorias e serviços que compõem as estruturas de custos das empresas. Outras reformas, como a tributária e a fiscal, deverão contribuir ainda mais para tornar mais competitivo o produto nacional no contexto da economia globalizada.

Há cinco pontos que julgamos fundamentais para a redução do Custo Brasil entre os diversos fatores que compõem o problema: 1) redução dos atuais níveis das taxas de juro; 2) recuperação da infra-estrutura; 3) melhoria da educação básica; 4) reforma tributária e fiscal, e 5) melhoria da eficiência do Poder Judiciário.

O processo de internacionalização da economia brasileira acelera-se a cada dia. Não há retorno, e a senha para o acesso ao mercado global em condições favoráveis é a competitividade. Para disputar o mercado em condições compatíveis com suas congêneres estrangeiras, a empresa nacional não pode arcar com uma estrutura de custos superior à de seus concorrentes.

A redução do Custo Brasil, pela complexidade dos fatores que dão forma ao problema, exige o empenho decidido dos setores privado e público em todas as suas esferas. Precisamos transformar o Custo Brasil para que não deixe de ser um estímulo à produção e ao crescimento.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 23/5/1996

A bancada da cidadania

NÃO É TAREFA fácil formar uma maioria constante, sobretudo quando o programa do governo pressupõe mudanças constitucionais que, como se sabe, precisam da aprovação, em dois turnos em cada Casa, de 3/5 dos congressistas. Haja maioria!

Mesmo com a adoção da condenável lei franciscana do é “dando que se recebe”, as lideranças partidárias não conseguem controlar suas bancadas. Uma parte infelizmente ainda expressiva de seus membros obedece mais aos interesses corporativos que efetivamente representam do que aos ditames programáticos dos seus respectivos partidos ou a apelos de menor ordem.

Sou, como sabem, filiado ao PSDB. Modernizar as estruturas e as relações produtivas, sem perda da soberania nacional e com o enfrentamento da enorme dívida social; reduzir o tamanho do Estado, tornando-o mais forte para o cumprimento de suas funções clássicas e abrindo a gestão pública à participação da sociedade, tanto na identificação das prioridades e na formulação das políticas quanto na aplicação e no controle de seus programas – esta parece ser a agenda básica de um programa social-democrata para o Brasil de hoje.

É o que tenho feito desde que assumi a responsabilidade de representar no Senado Federal um dos mais pobres e promissores estados da Federação. Se querem enquadrar-me em alguma bancada com aspectos de unilateralidade, então posso afirmar, submetendo isso ao exame objetivo dos meus eleitores, que integro a “bancada dos cidadãos”. Apenas o bem comum tem orientado os votos, os pareceres e os pronunciamentos deste parlamentar.

Mas que não se queira com isso ignorar que há pressões legítimas. É próprio do exercício democrático que os segmentos mais organizados da sociedade procurem influir nas decisões públicas. O que não pode ser tolerado é que alguns setores exerçam excessiva influência, ao ponto de transmitir à opinião pública a idéia de que o governo é um condomínio fechado do qual só fazem parte alguns poucos privilegiados.

Tenho feito minha parte. Propus uma série de medidas no sentido de regulamentar as atividades dos grupos de pressão na rotina do Congresso Nacional. Credenciamento dos seus membros, trânsito limitado a determinadas áreas do Congresso, proibição de concessões de bens e vantagens são algumas das principais medidas.

O projeto tramita. Trazendo o *lobby* à luz, como é feito em todas as democracias do mundo desenvolvido, tornamos seus movimentos mais transparentes e passíveis de controle e damos a todos iguais condições de manobra.

Chantagear é condenável. Persuadir é preciso.

Planos de saúde

A POPULAÇÃO ainda não assimilou o reajuste do salário mínimo bem abaixo das expectativas e o governo já se submete a novo desgaste, com estudos para majoração dos planos e dos seguros de saúde.

Atribuição clássica do setor público, o atendimento nessa área piora a cada dia. O resultado é que a estreita faixa da população que ainda pode pagar um plano privado se vê obrigada a aceitar condições que atentam às vezes contra os direitos elementares do cidadão e consumidor.

Com a justificativa rasa de que estamos numa sociedade de livre mercado (na qual, diga-se de passagem, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco), o governo libera os preços dos planos de saúde, quando se deveria concentrar esforços numa regulamentação específica para o setor.

Há distorções intoleráveis na legislação em vigor. Cooperativas de saúde estão sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, e os seguros, da Fazenda, sem participação do Ministério da Saúde e da Previdência na observância dos direitos dos cidadãos.

Nesse quadro, usuários enfrentam dificuldades nos momentos mais delicados de suas vidas, quando mais precisam de amparo e segurança, como os casos de associados sem cobertura para doenças infecto-contagiosas, como a Aids, para o câncer e para o uso de UTI.

É variado o elenco de restrições. A carência, às vezes demasiadamente longa, penaliza os usuários. O reajuste para os segurados da terceira idade é exorbitante, sobrecarregando o orçamento daqueles que vivem de aposentadorias.

A tudo isso o governo – que, paradoxalmente, se esforça para recompor o perfil social de programa de campanha – responde com a simples liberação de reajuste, em nome do dogma liberal do livre jogo de mercado, eximindo-se de observar as condições, desiguais entre as partes, em que se estabelece tal liberdade.

O substitutivo que tramita na Câmara dos Deputados protege muito mais as

empresas e as cooperativas do que os segurados. Com o apoio do Conselho Federal de Medicina e sob o enfoque do Código do Direito do Consumidor, apresentamos no Senado dois projetos distintos que tratam de planos de saúde e seguros.

Postulamos a não-cobrança do período de carência, a manutenção dos serviços em caso de óbito para a família do segurado, a inclusão de dispositivo contratual assegurando o direito de o cidadão acionar a Justiça quando for lesado, a permissão para a inclusão de tratamento odontológico e a previsão de penalidades para empresas que omitirem informações ou enganarem o consumidor. Prevemos ainda o ressarcimento ao SUS dos custos de serviços de emergência prestados na rede pública aos associados de planos privados.

Ainda que o Estado libere uma parcela de suas atribuições clássicas, como o atendimento de saúde, para planos privados, o que consideramos legítimo, sua responsabilidade permanece como guardião dos interesses maiores da nação.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sábado, 13/4/1996

Sociedade identifica necessidades e busca soluções

PARA NÓS QUE dedicamos alguns anos à administração desta cidade, é difícil resumir em algumas linhas o que representou aquela experiência e qual a contribuição que presumimos ter dado à solução dos seus problemas e à identificação correta de suas vocações e oportunidades.

Demos de nós o melhor. Mas o julgamento da história não ouvirá nossas ponderações. Cabe aos habitantes da cidade e a seus estudiosos mais aplicados avaliar a qualidade da nossa gestão em face das condições objetivas de então.

Istambul, na Turquia, sediará a última grande conferência da ONU neste século, a *Habitat II*, na qual as questões relativas ao desenvolvimento urbano serão discutidas pelas mais expressivas autoridades do universo político e acadêmico de todos os continentes.

Lá, terão a oportunidade de se debruçar sobre problemas da seguinte dimensão: na atualidade, 2,5 milhões de pessoas vivem em cidades no mundo inteiro. Isso

representa 45% da humanidade. Desse total, 500 milhões não têm simplesmente onde morar. Igual número reside em condições subumanas. Poluição e falta de saneamento matam 10 milhões de pessoas por ano.

Para nós, habitantes de países em desenvolvimento, a pior notícia: em menos de vinte anos, 80% da população urbana estará residindo em cidades do chamado Terceiro Mundo. Apenas para que se tenha idéia do que isso representa, muito brevemente será necessário aumentar em 65% a nossa capacidade de investimento em infra-estrutura urbana, apenas para que possamos manter os níveis atuais de qualidade de vida, que são péssimos.

Com seus 700 mil favelados, Fortaleza é a capital de um dos estados mais pobres de um país com reduzida capacidade de investimento. Seus habitantes não podem persistir no equívoco de angular suas expectativas futuras em um modelo de gestão operoso, é verdade, mas que se compraz em pulverizar recursos em pequenas obras de drenagem de pouca durabilidade ou em outras ações de caráter cosmético.

Desequilíbrios ambientais, degradação social, criminalidade crescente, trânsito caótico, desenvolvimento sob a ótica exclusiva de interesses privados, e não da sociedade em geral, são problemas que clamam por ações em profundidade. Aparências não conseguirão iludir a cidade por muito tempo.

Uma gestão moderna na Fortaleza de hoje não pode prescindir de uma articulação presença da sociedade na identificação das suas necessidades e no encaminhamento das soluções. A gestão municipal não pode apenas passar na calçada das pessoas. Precisa entrar em suas casas.

As cidades são muitas, e seu povo, um só. É preciso perceber a especificidade de cada espaço, mas abordar de maneira integrada seus problemas multissetoriais. Ter, enfim, maior compreensão estratégica do seu processo de desenvolvimento e uma articulação produtiva com as outras esferas executivas de poder.

Somos pobres demais para querer tão pouco. Fortaleza pode mais.

A tragédia do trânsito

APÓS OS DOMINGOS de sol e sangue, restam nos jornais da encantadora capital do Ceará as estatísticas trágicas e a dor enlutada de dezenas de famílias. Como a conurbada São Paulo, Fortaleza mantém a elevada média de um acidente por 27 veículos, ocupando a terceira posição como pior ambiente de tráfego urbano do país.

Ultrapassagens em sinal fechado, agressões verbais e físicas, cargas e descargas em horários irregulares, tráfego lento na margem esquerda das vias, uso abusivo de aparelhos de som, ligações de celulares com veículos em movimento, alta velocidade. As ocorrências comuns no trânsito da capital cearense retratam o comportamento médio de nosso motorista.

Será, no entanto, a culpa apenas dos motoristas, mal formados ou protegidos por leis brandas e insuficiente policiamento? Os problemas de trânsito são complexos e refletem também questões de engenharia, além de educação e esforço legal.

Em uma rua calma da Aldeota, onde no lugar de uma casa com dois carros se constrói um edifício com dez apartamentos, o fluxo aumentará em, no mínimo, quarenta veículos sem que a rua mude sua capacidade de tráfego. Vê-se, desde já, como a questão do uso e ocupação do solo urbano incide sobre a crise do tráfego.

Tramita no Congresso o novo Código Nacional de Trânsito. Com ele, atropelamentos passarão a integrar o Código Penal, que estabelecerá penas de detenção. Mas não basta mudar a lei. Acidentes de trânsito provocam 31,2% das mortes violentas no país, e 99% dos seus responsáveis escapam de punição pela omissão da lei formal, pelos inquéritos policiais e pelos congestionamentos das varas especializadas em trânsito.

Mas a mudança fundamental está em nós. A sociedade tem de mudar. Há de se envolver os meios de comunicação e o sistema educacional em programas permanentes de conscientização sobre comportamento no trânsito e as graves consequências do uso irresponsável de um veículo.

As auto-escolas estão mais interessadas em passar "dicas" de como ser bem-sucedido nos testes de habilitação do Detran do que propriamente em formar motoris-

tas. A noção de responsabilidade e respeito à vida deve ser inculcada desde os princípios da existência, formando cidadãos aptos à convivência segura num ambiente urbano que exige prudência e habilidade.

Educação no trânsito, sim. Mas também combate rigoroso à embriaguez no volante, rigor contra os infratores, recuperação de vias públicas e estradas, aprovação do novo Código de Trânsito, maior patrulhamento nos pontos críticos, rigor na concessão de habilitações, campanhas públicas, maior fiscalização sobre o uso obrigatório de cinto de segurança, vistoria sistemática das condições de uso dos veículos e melhoria no sistema de atendimento de emergência.

É numeroso o acúmulo de enganos que forma o elenco de problemas que precisamos atacar. Vidas humanas dependem de ações como essas. Fortaleza não pode cruzar os braços.

Publicado em:
Jornal do Conselho
Federal de Medicina,
Brasília-DF, abril/1996

Piso salarial: uma questão de justiça

GREVES DA CATEGORIA médica têm estourado nos últimos três anos em hospitais públicos brasileiros. Revolta da população que se vê desassistida em suas necessidades primordiais de bem-estar físico, seja em caráter de emergência ou não. Os “vilões” vêm aos meios de comunicação apresentar suas situações de penúria, sobreposição de empregos com remunerações insuficientes e jornadas excessivas.

Para minorar esses efeitos danosos na ordem social, só uma lei que estabelecesse um salário mais digno e condizente com a realidade do país, uma vez que a lei que atualmente regulamenta o piso dos médicos e dos cirurgiões-dentistas é de 1961. Esta, oriunda de uma outra conjuntura social e econômica, precisa sofrer mudanças que possam proteger o poder de compra dos médicos e dos cirurgiões-dentistas brasileiros. Com isso, espera-se trazer maior tranquilidade para esses profissionais exercerem suas atividades, tão diretamente relacionadas à sobrevivência humana.

O projeto de lei de revisão desta legislação vigente foi apresentado em 1994 pelo deputado Nilson Gibson, prevendo uma alteração para o piso tão aguardada

pelas duas categorias em questão. Depois de tramitar por todas as instâncias competentes da Câmara, o documento chega ao Senado, que irá, na medida do possível, aperfeiçoá-lo mediante os fatos que se apresentam.

O artigo 5º da lei em vigor está defasado no contexto da economia em tempos de Real, por estabelecer um teto de apenas cinco salários mínimos para os médicos. *Além de atrelar o piso para a categoria ao mínimo, o que depois da Constituição de 1988 se tornou inconstitucional, o valor é muito reduzido em face do de outras categorias, para as quais é exigido diploma de 3º grau.*

O projeto de lei da Câmara, que atualmente tramita no Senado, vem ao encontro do anseio de ambos os profissionais. Ele estabelece um piso salarial que procura localizar a remuneração desses profissionais dentro do espectro das outras categorias que têm piso mínimo estabelecido. O referencial utilizado, o salário mínimo, é apenas um indexador que poderá ser eliminado, tendo em vista o atual processo de estabilização da moeda.

No meu entender, é mais que o momento de fixar um piso para médicos e cirurgiões-dentistas, já que o valor prescrito em lei está defasado. Outro aspecto a se considerar é o cenário socioeconômico do país, no qual, para se atingir uma estabilidade, houve um realinhamento de preços trazido pelo Plano Real. Essa natural acomodação não foi acompanhada pelo reenquadramento dos salários, por isso se faz necessária uma revisão do piso das duas categorias.

Como relator, apoiarei a iniciativa do deputado Nilson Gibson, achando ser uma iniciativa que irá beneficiar categorias tão sacrificadas. Essa reavaliação do piso salarial certamente transformará o panorama de um contingente de profissionais que, longe dos consultórios luxuosos, trabalha de sol a sol nos plantões sucessivos dos hospitais públicos brasileiros.

Uma doença social

A EXISTÊNCIA de mais de cem proposições em tramitação no Congresso Nacional com o objetivo de regulamentar matérias relativas ao uso e ao tráfico de drogas demonstra a dimensão que o problema adquiriu em nosso país.

Ainda assim, a maioria da população não se apercebeu da ameaça que as drogas representam. Nem mesmo o governo ou instituições não-governamentais assumiram a campanha permanente de esclarecimento público que é preciso mobilizar para que o problema não assuma proporções ainda mais trágicas.

É preciso atualizar a lei que regulamenta a matéria. Sensibilizar as autoridades para uma avaliação rigorosa das atuais políticas e seus resultados, muito questionados. Ampliar os recursos governamentais e mobilizar a sociedade para um trabalho permanente de prevenção primária, tratamento e recuperação de dependentes de drogas, e não apenas reprimir.

A maioria dos projetos em tramitação no Congresso visa alterar o enfoque legal vigente no país e conferir tratamento diferenciado aos usuários que se mostrem inofensivos à sociedade, ao mesmo tempo em que prevêem punição mais severa aos que traficam. Quase todos tendem a discriminar os usuários, seguindo uma tendência mundial na abordagem da questão. Em relação a drogas pesadas, o tratamento é diferente, pois são extremamente graves as seqüelas do uso constante e, em muitos casos, letais.

Concordo com o ponto de vista de que não se deve penalizar os usuários de drogas com detenção, nem mesmo simples reclusão, que seriam métodos reservados apenas aos traficantes. Mas deveria haver, como prevê um dos projetos em tramitação, um programa de prestação de serviços à comunidade por período determinado e, em casos mais adiantados de dependência ou reações nocivas à sociedade, impedimento de ausentar-se do seu local de domicílio. Em suma, mais do que punição, o usuário precisa de apoio e tratamento médico.

É preciso ainda ressaltar que a legislação e uma ação efetiva do Estado deveriam

tanto reduzir a influência nefasta da propaganda de drogas legalizadas quanto impedir o acesso do adolescente ao uso do álcool, pois este, além do fumo, é comprovadamente prejudicial à saúde e causa de violência e acidentes no trânsito.

Uma das principais causas da disseminação do uso de drogas entre adolescentes brasileiros é uma das falhas gritantes do nosso sistema de ensino, que quase não tem escolas em tempo integral. Na ausência de estimulantes atividades de ensino, os jovens, sobretudo os de baixa renda, buscam suprir com as drogas as necessidades decorrentes da baixa auto-estima, da falta de amor e de solidariedade humana.

É de perspectiva social e crença nos valores que a sociedade formalmente cultiva, mas não pratica, que a juventude precisa para resistir mais ao apelo fácil dos tóxicos e defender-se de suas tantas vezes trágicas conseqüências. Que respostas nos pode oferecer uma geração sem direito à esperança?

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quarta-feira, 20/3/1996

Tempo de negociar

A NÃO-APROVAÇÃO do projeto da Reforma da Previdência no Congresso Nacional suscitou ainda mais o debate em torno do tema, atraindo para discussão segmentos que ainda não estavam suficientemente conscientes da importância dessas mudanças para a conquista de um maior equilíbrio social no país.

Em regimes democráticos, reformas sempre causaram controvérsias. Ainda estão presentes as imagens de sublevação dos trabalhadores na França, quando o governo Jacques Chirac foi forçado a um recuo tático em seu projeto de redução de benefícios sociais.

A situação da Previdência Social é um dos maiores problemas brasileiros. É, de longe, a mais complicada das reformas. Definir um acordo sobre os seus termos em um ano eleitoral, em que os segmentos menos consistentes da ação congressual estão mais vulneráveis a nem sempre bem formada expectativa popular, é uma operação política que requer excepcionais qualidades à articulação do governo.

O fundamental é que há unanimidade sobre o fato de que o modelo atual é

insatisfatório e tem de ser reformulado. Percebe-se que faltam recursos para serviços essenciais, enquanto persistem gastos com privilégios injustificados. Mas se, por um lado, o contraste entre as generosas aposentadorias especiais e a penúria do pensionista comum é chocante, por outro, impulsiona a mobilização dos setores sociais mais organizados, dando maior densidade à percepção que a opinião pública, em geral, tem do problema, o que só qualifica ainda mais o encaminhamento da questão.

É compreensível que numa nação forjada em processos radicais de exclusão a reação inicial da população seja de rejeitar qualquer medida que possa comprometer vantagens adquiridas, ainda que mínimas, mesmo quando o que se pretende tenha o sincero objetivo de melhorar.

De qualquer modo, é incontestável a necessidade de uma Reforma da Previdência. O governo tem demonstrado uma grande vontade política de realizá-la. Promoveu estudos sobre a situação do sistema previdenciário e buscou apoio de lideranças sociais qualificadas para um processo transparente de negociação.

Mas não é consenso o prognóstico sustentado pelo governo da iminente falência do sistema. As contas apresentadas expressam, para muitos, contradições, como aquelas apontadas pelo Sindicato dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias de São Paulo. Ainda que se queira desconsiderar tais denúncias, elas repercutem com grande impacto nas instâncias técnicas da ação congressual e entre os setores mais mobilizados da sociedade, criando empecilhos para uma articulação bem-sucedida dos líderes governamentais.

Somos de parecer que a aposentadoria tem por objetivo garantir sobrevivência a quem trabalhou longos anos e não pode ser desvirtuada em negócio lucrativo para categorias que obtiveram privilégios injustificáveis.

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
terça-feira, 12/3/1996

Dia do Bibliotecário

CONTA O anedotário da literatura universal que o grande escritor norte-americano William Faulkner tinha em sua casa apenas uma centena de livros. Aqueles, dizia a quem o questionasse, eram os essenciais, os que ele queria poder consultar a qualquer momento. Todas as demais obras de literatura, história ou ciência, por mais importantes, podiam ser buscadas, segundo Faulkner, na biblioteca pública de seu bairro. Ao trazer essa história à tona, desejo destacar a importância de que se reveste, naquela grande nação, o acesso fácil do povo às bibliotecas. Quem quer que tenha visitado os Estados Unidos – o país profundo, não o turisteiro de Miami ou Nova York – viu com certeza como, em qualquer lugar que se visite, o prédio da biblioteca pública municipal é um ponto de referência tão importante quanto o da prefeitura ou o da igreja local.

A importância das bibliotecas é tão evidente, ainda mais em um país tão carente de instrução, educação e informação como é o Brasil, que não carece que eu lhes venha aqui reiterá-la. Meu intuito é o de chamar a atenção para a gente que as organiza, as faz funcionar e atende a todos os que a procuram em busca de informação, cultura ou lazer. Gente que luta contra a falta permanente de recursos, falta essa originada pelo fato de ainda não haver sido despertada no país a consciência da importância da conservação de livros, jornais, publicações e documentos diversos. Falo desses verdadeiros profissionais da difusão do saber que festejam hoje seu dia: 12 de março, Dia Nacional do Bibliotecário, escolhido por ser o aniversário do poeta e bibliotecário Manuel Bastos Tigre.

Lembro, a propósito, a conhecida frase de Monteiro Lobato, segundo a qual “um país se faz com homens e livros”. Trata-se de uma verdade profunda que talvez não revele inteiramente, porém, a dinâmica entre esses dois ingredientes. Se é óbvio para qualquer um que os homens escrevem, editam, publicam, distribuem, vendem e lêem os livros, o fato menos evidente é que são os livros que fazem os homens, despertando-lhes as consciências para injustiças aparentemente naturais,

abrem-lhes as cabeças para modos de organização social e política existentes em outras terras e, quem sabe, aplicáveis também em sua terra. Não é à toa que seja próprio às ditaduras a cuidadosa – embora sempre insuficiente – elaboração de índices *prohibito rum librorum*.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 29/2/1996
--

Ambiente e pobreza

NUNCA TALVEZ, como agora, a humanidade tenha contemplado o futuro com tanta apreensão. O mesmo desenvolvimento que nos dá profundo conhecimento dos sistemas naturais torna o homem o maior algoz do ambiente em que vive e sobrevive.

Uma nova era de crescimento econômico projeta-se neste final de século. É imperiosa a necessidade de uma ação política que garanta o progresso e a sobrevivência da humanidade por vias que preservem e fortaleçam as fontes naturais de sustento da geração presente e das gerações futuras.

Se, por um lado, há hoje uma média mundial de maior expectativa de vida humana, queda nas taxas de analfabetismo e aumento na produção de alimentos, por outro, há em números absolutos mais famintos do que nunca, cresce o número dos que não dispõem de água de boa qualidade e de moradia e aumenta a disparidade econômica entre nações ricas e pobres.

Governos e instituições estão cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar crescimento econômico e preservação ambiental. Grande parte dos atos de desenvolvimento compromete as possibilidades de haver desenvolvimento no futuro.

Nesse contexto, a pobreza é uma das principais causas e um dos mais importantes efeitos dos problemas ambientais. Projeções da ONU indicam que 90% do crescimento populacional se concentrará nos próximos anos em países pobres e em cidades superpovoadas. Essa tendência aponta para um agravamento dos problemas ambientais, e os pobres arcarão, mais uma vez, com o ônus maior da conta.

Na virada do século, 50% da humanidade viverá em cidades. No Terceiro Mun-

do, elas abrigarão – abrigarão? – cerca de 700 milhões de pessoas. Esse países terão de aumentar em 65% sua capacidade de produzir e gerar infra-estrutura, serviços e moradias apenas para que possam manter as já precárias condições.

Ainda este ano será realizada em Istambul, na Turquia, a grande Conferência Mundial do Habitat, onde, por certo, o futuro das grandes cidades, principalmente as do Terceiro Mundo, será debatido por especialistas de todo o mundo.

Para a maioria dos países em desenvolvimento, as relações econômicas internacionais constituem um problema para o tratamento ambiental. A exportação de recursos naturais constitui fator importante em suas economias e enfrenta enormes pressões para que os explorem em excesso. Logo, é preciso que à interdependência econômica que caracteriza as relações globais de hoje se some a necessidade de uma maior observância de que também deverá haver compromissos interdependentes em relação à preservação dos recursos naturais.

Ambiente, desenvolvimento, sociedade: na atualidade, a crise é uma só. Desafios novos exigem soluções inovadoras.

Publicado em:
Jornal do Brasil,
Rio de Janeiro-RJ,
quinta-feira, 15/2/1996

A educação destravada

A LEI DE Diretrizes e Bases da Educação Nacional caminha para uma etapa decisiva de aprovação no Congresso Nacional depois de uma longa caminhada. O substitutivo do senador Darcy Ribeiro ao texto da Câmara albergou um conjunto de emendas apresentadas em plenário, dentro do processo legislativo de aperfeiçoamento dos projetos de lei. Trata-se de um projeto sintético, com apenas 86 artigos, no qual detalhes e a regulamentação excessiva são evitados, por se considerar que a educação deve estar aberta a inovações e a novas possibilidades.

Esse projeto é considerado um avanço em relação a outras Leis de Diretrizes e Bases da Educação, pois fortalece a descentralização e abre mais espaço para as deliberações dos sistemas de ensino, respeitando, até mesmo, as especificidades e as peculiaridades regionais. O alto grau de autonomia atribuído às escolas permite

uma gestão democrática do ensino público com a participação efetiva das comunidades escolar e local nos conselhos escolares.

Esses avanços são o resultado da crescente mobilização social em torno da idéia de universalização e democratização do ensino na primeira parte da década de 1980, tudo convergindo para o grande momento da Constituinte. Começava aí uma longa agenda de audiências públicas, de debates e de intensas articulações entre todos os atores sociais e institucionais comprometidos com a questão da educação pública.

De então até esta data, desenvolveu-se todo um processo de marchas e contramarchas, porém, sempre com a mesma preocupação: como recuperar a nossa educação, oferecendo-lhe forma e conteúdo democrático? A idéia era e é assegurar aquilo que a pedagogia progressista chama de educar na liberdade. De fato, é preciso compreender que liberdade e responsabilidade não são conflitantes. E mais que isso. Como ensina Goodman, uma sociedade que distribui amplamente o poder é aparentemente conflituosa, mas basicamente estável.

Exatamente para resguardar a escola de todo e qualquer laivo autoritário, apresentamos um conjunto de emendas sob um único eixo semântico: a democratização do espaço escolar. E não há como fazê-lo sem que não se removam muitos obstáculos institucionais que tolhem a participação da comunidade escolar no cotidiano da própria escola. Afinal, como educar sem se pensar em autonomia, livre escolha, motivação, autodisciplina e interesse de gerir o que lhe pertence? Tudo isso constitui aspiração humana. E aspiração insatisfeita é caminho para a marginalização.

Garantir um ensino de qualidade a todos é colocar a escola a serviço dos interesses populares. E cabe ao parlamentar, na gestação das leis educacionais, preservar o direito da comunidade sobre educação e sobre os destinos da escola. Posicionar-se nessa direção significa posicionar-se pelo fortalecimento do ensino público. Educação é um fator estratégico em qualquer sociedade. Por isso, ocupar-se com ela é preocupar-se com o nosso presente e com o nosso futuro.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 15/2/1996
--

Uma lei para o futuro

FINALMENTE, vai para votação no Senado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em turno final. Amplo debate com instituições interessadas nos diferentes aspectos da questão resultou no substitutivo de um respeitado especialista na matéria, o senador Darcy Ribeiro, que percebeu no projeto original a tendência a consolidar, quando deveria projetar para o futuro da educação no país um ambiente novo.

De início, coloca-se uma questão clássica entre cultura e riqueza. Afirmamos com frequência que não poderá haver desenvolvimento econômico sem que o sistema educacional cumpra com suas finalidades. Isso é importante ressaltar no momento em que estamos consolidando um plano de estabilização econômica e abrindo o país a um amplo programa de reformas. Não podemos sacrificar no altar do combate à inflação inadiáveis prioridades sociais.

Outra dicotomia constante nos debates sobre educação é aquela entre humanismo e técnica, como se uma não pudesse ser cuidada a não ser em detrimento da outra. Há poucos anos, uma reforma educacional fracassou quando quis privilegiar demasiadamente a formação técnica. O desenvolvimento não depende mais do preparo intelectual dos indivíduos do que de sua formação moral e senso coletivo.

O projeto original, apesar de seus méritos, não respondia adequadamente aos objetivos da nova sociedade que pretendemos construir. Nele, não encontramos uma concepção nova do problema para uma sociedade que aspira a transformar-se.

As falhas contidas no projeto original relativas a esses aspectos, Darcy Ribeiro soube corrigi-las com generoso acolhimento à participação dos seus pares, de todos os partidos e tendências ideológicas, buscando o consenso, não da indiferença, mas aquele operado com competência política de manter a capacidade transformadora da lei que se leva agora à votação, sem perda de sua unidade de princípios.

Nós mesmos participamos ativamente de sua formulação, propondo um elenco extenso de emendas, a maioria delas acolhida pela comissão e seu relator, todas na direção de valorizar a escola pública, de descentralizar o sistema e permitir maior

autonomia dos sistemas municipais e estaduais e das próprias escolas, inclusive das nossas universidades.

É nessa direção que devemos caminhar para dotar o país de uma legislação educacional projetada para o futuro, capaz de permitir a fluidez das nossas potencialidades humanas no sentido de um desenvolvimento socialmente equilibrado.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 18/1/1996

Esperança e medo

AS GREVES que paralisaram a França por mais de três meses representaram algo mais que uma disputa trabalhista: têm amplo significado político. Mesmo em países desenvolvidos, a sociedade custa a assimilar as mudanças provocadas pela globalização da economia e pela predominância do ideário neoliberal na formação das políticas públicas.

O movimento naquele país uniu trabalhadores do setor público, que têm segurança no emprego, aos do setor privado, cientes de que o desemprego ali já supera 12% da população economicamente ativa e pode aumentar ainda mais com os planos de reestruturação.

Enquanto os arautos do neoliberalismo sublinham o esplendor deste “admirável mundo novo”, na França, o que as pessoas estão percebendo, na dimensão inequívoca de sua rotina, é o aumento do desemprego, a queda gradativa dos salários e o enfraquecimento do sistema nacional de ensino.

Daniel Cohn Bendit, a criança terrível das barricadas de 1968, fez um paralelo entre aquele maio de sonhos e as mobilizações de agora, afirmando que, “naquele, os franceses eram movidos pela esperança, e agora, pelo medo”. O que querem eles dizer é: se é isto que o livre mercado significa, deixemos de fora.

Mas a verdade é que nada houve de especialmente francês nas manifestações recentes. Também nos países em desenvolvimento há mais temor que esperança. Somos pobres demais para mergulhar em aventuras. É muito frágil o equilíbrio social dos países latino-americanos para que se dê um crédito ilimitado ao novo

projeto. Ainda mais se admitirmos que ele surge inspirado em centros de poder que nunca foram pródigos na distribuição de oportunidades iguais de crescimento aos países pobres.

Quando colocamos para nações como Brasil, Argentina e México a perspectiva de uma economia entregue às forças de mercado, é preciso perguntar, antes, a que mercado nos referimos, uma vez que o modelo histórico de alta concentração de renda subtraiu às mais amplas camadas da população a possibilidade de manter o mais elementar padrão de consumo.

É inegável o esgotamento do modelo atual. O Estado empresário, que concentra extensas atribuições produtivas, faliu. É preciso diminuir o seu tamanho e o seu custo. Devolver suas melhores energias à realização de suas responsabilidades clássicas, sem perda de sua capacidade reguladora, que deveria mesmo se abrir à participação da sociedade civil em suas ações de planejamento e controle.

Isto é uma coisa. Atirar-se à aventura neoliberal, na esperança de que a “mão invisível” do mercado haja como generoso fator de distribuição de renda, eficaz equalizador dos graves desníveis regionais e racional sistema de exploração dos recursos naturais e potencialidades humanas do país, seria esperar muito de quem, historicamente, tem recuado tão pouco em sua ânsia concentradora e excludente.

Não podemos aceitar o projeto neoliberal como uma inspiração. O debate está apenas começando. Os receios serão menores se à sociedade formos capazes de oferecer projetos alternativos que reanimem as esperanças.

Publicado em:
Tribuna da Imprensa,
domingo, 14/1/1996

Modernos ou ingênuos?

FALA-SE MUITO em globalização e privatização, conceitos que refletem a predominância do ideário neoliberal na formação das políticas públicas. Também concordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm, que afirma ter o século XX terminado com a queda do Muro de Berlim.

O terceiro milênio começou. Os avanços da informática e das biotecnologias em geral cobram um reordenamento ótico e ideológico compatível com uma socie-

dade que, quanto mais se aproxima da interatividade e da participação ágil nas decisões, paradoxalmente, mais se distancia do domínio da produção e dos seus meios de controle.

Quando paradigmas recentes são transmutados em dogmas precoces, as forças criadoras do momento são cooptadas para o reforço de interesses menores e são excluídos os elementos mais potentes que emergem no contexto renovador que é a crise em seu limite.

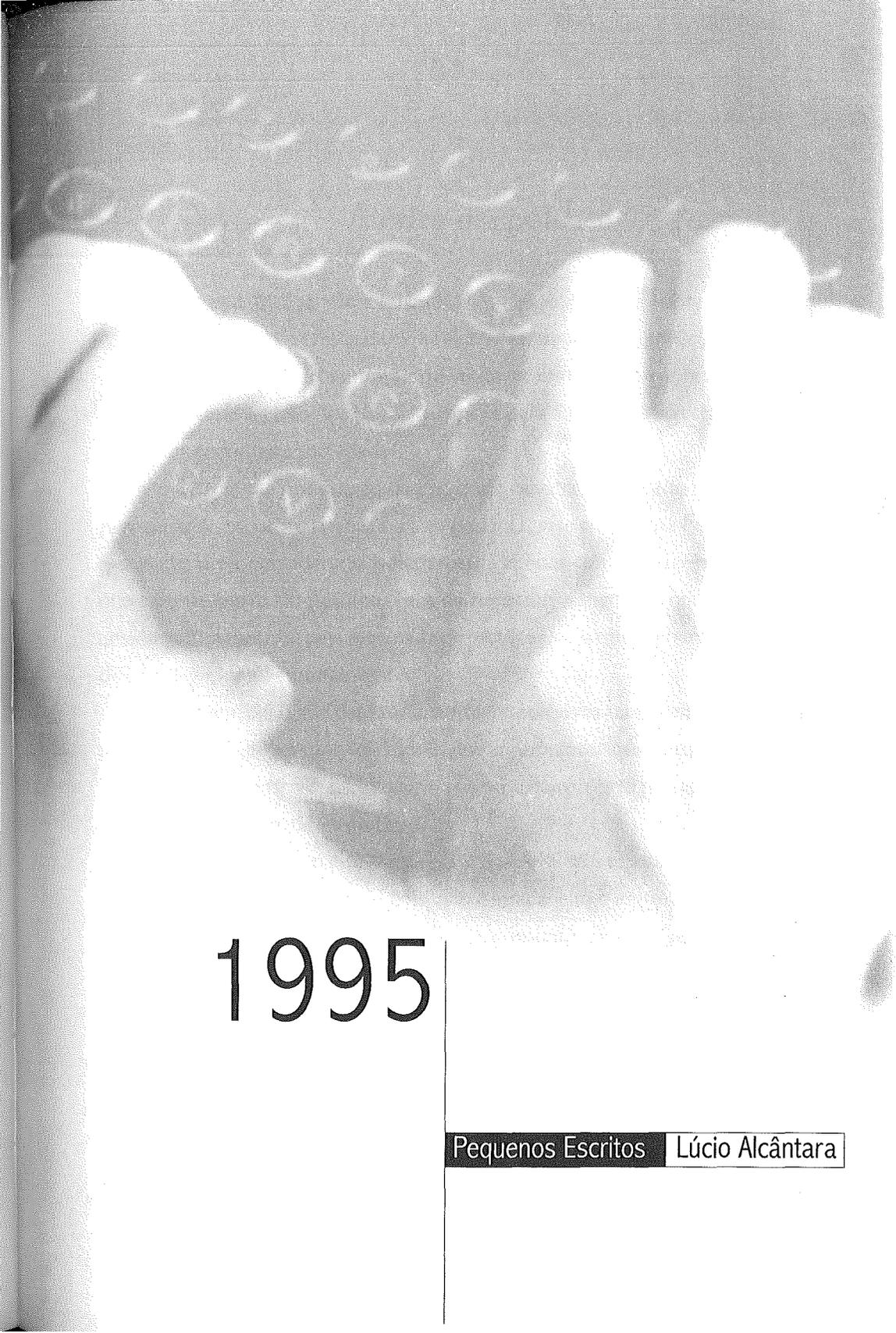
Peguemos o exemplo do México. O mais aplicado aluno da globalização abriu suas fronteiras às importações sem barreiras e ao capital especulativo, e deu no que todos sabemos. O protecionismo praticado em algumas das mais prósperas nações mentoras desse conceito demonstra que o discurso globalizador é unilateral. Mesmo aqui, no leilão do setor siderúrgico, diminuímos um pouco nossa dívida interna, ainda que com moedas podres, mas trocamos o monopólio estatal pelo oligopólio privado, com todas as suas más repercussões.

O projeto nacional de modernização em curso precisa contemplar as diferenças regionais. Se a estrutura industrial do Sudeste está pronta para conviver dentro de um estatuto desregulamentado, com desenvolvimento de uma capacidade produtiva entregue às forças livres do mercado, o Nordeste ainda precisa da presença do Estado para investimentos estruturantes.

Também aqui, no plano interno, as áreas mais ricas invertem a lógica das necessidades de acordo com os seus interesses. Isenções fiscais, grandes investimentos estatais, aplicações de bancos oficiais, endividamentos generosamente prorrogados, tudo que hoje se considera maléfico pelo novo modelo, e muitas vezes creditado às ações públicas das regiões menos desenvolvidas do país, foi exaustivamente praticado em benefício dos estados mais prósperos.

O que é “moderno” para o Brasil rico é bom para o Nordeste?

Enfim, modernizar o Brasil das regiões periféricas é fortalecer um sistema de planejamento nacional com dimensionamento estratégico regionalizado, gerando uma solidariedade inter-regional, complementando vocações, dotando-as de infraestrutura capaz de atrair para investimentos locais o grande capital privado.

A black and white photograph showing a close-up of a hand holding a pen, poised to write on a document. The document has a grid pattern of small circles. The lighting is dramatic, with strong highlights and deep shadows, creating a textured, almost abstract appearance. The hand is the central focus, with the pen held between the fingers. The background is dark and out of focus, emphasizing the hand and the document.

1995

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

A ética e a política

OBSERVAMOS QUE se vão multiplicando as publicações sobre ética em todo o mundo e em todos os ramos da experiência humana. Isso significa que o homem se vem afastando dos padrões morais que teria recebido de seus antepassados ou que é necessária uma revisão dos conceitos éticos para adaptá-los ao estágio de evolução em que se encontra a sociedade?

Não é à toa que um estudo de Fernando Savater, publicado com o título *Ética para amador*, esgotou, apenas no ano de 1991, sete edições na Espanha. Esse fato, que poderia ser considerado isoladamente apenas como o sucesso de um escritor que caiu no gosto do público, vem demonstrar, a meu ver, que a sociedade está ansiosa, aflita mesmo, pela retomada de certos valores que vinham correndo o risco de ser relegados ao esquecimento.

Como exemplo dessa demanda, ainda temos vivos na memória, por constituírem fatos muito recentes, os movimentos populares que resultaram na famosa “operação mãos limpas”, na Itália, e na cassação do próprio presidente da República e de vários parlamentares, no Brasil.

A sociedade moderna está atenta para os atos de seus representantes na condução da “coisa pública” e, mesmo no país, não é mais aceito o argumento do “rouba, mas faz”. Já não podemos conviver com o argumento de que “os fins justificam os meios”.

Escândalos em cima de escândalos acabaram por abrir os olhos do povo, e a atenção passou a ser redobrada para os acontecimentos em que estão envolvidos seus representantes. É preciso não esquecer que para um maior envolvimento social muito contribuíram o aperfeiçoamento dos mecanismos dos instrumentos de acompanhamento dos atos do governo, a redemocratização do país ocorrida nos últimos anos e a marcação cerrada realizada sobre setores importantes da administração pública pelos órgãos de imprensa.

Mesmo no interior de um quadro de governo que se proclama sério e moral podem surgir focos de contaminação, quais foram os casos recentes do secretário especial José Milton Dallari e do presidente dos Correios, Henrique Hargreaves, que foram afastados, apesar de não haver sido comprovado nenhum fato que os denegrise. Acontece que às pessoas que fazem parte do governo não basta serem honestas; elas têm também de parecer honestas.

Para que essa situação possa ser modificada, é necessário que a elite que determina as ações de governo e que tem reais possibilidades de influir no destino da nação tome consciência dos deveres a ela atribuídos. Podemos dizer que a necessidade de ética na política é incompatível com as concepções maquiavélicas e com as práticas políticas dominadas pelo interesse pessoal ou de grupo.

A ética extrapola a política e deve atingir o homem em plenitude, orientando-o por princípios éticos em todos os ramos de atividade. Hoje em dia, é comum ouvir-se falar em ética por categorias profissionais e, num sentido mais amplo, criou-se a expressão “politicamente correto”, que significa, nada mais nada menos, que atos ou discursos que obedecem às normas que a sociedade tem para classificar condutas humanas recheadas de valores representativos do bem.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 7/12/1995

O público e o privado

O POLÊMICO projeto Sivam trouxe à discussão um tema que tem ocupado boa parte dos meus esforços no Senado Federal: o relacionamento entre os setores público e privado, o comportamento de autoridades federais e de membros do Legislativo em relação aos assuntos de natureza econômico-financeira.

Recentemente, o Congresso dos Estados Unidos aprovou um conjunto rígido de normas com relação a favores e benefícios que membros do poder recebam de corporações que tenham interesse em decisões legislativas. Na Inglaterra, foi elaborado o Relatório Nolan, cujas recomendações se transformaram em leis de controle nessa área de relacionamento entre homens de capacidade de decisão pública e entes privados.

Há, portanto, mesmo nos países mais desenvolvidos, uma preocupação com o limite que se deve antepor no relacionamento entre os privilegiados homens que decidem em nome de toda a nação e os representantes de poderosos interesses privados.

Tais esforços para tornar mais rígida a legislação sobre o tema indicam que excessos e abusos nesse relacionamento não são características exclusivas de países em desenvolvimento, mas um desafio atual para nações de cultura política bem mais desenvolvida que a nossa.

Na Câmara Alta brasileira existe a Resolução nº 20, que instituiu o Conselho de Ética do Senado, a qual faz, quanto aos senadores, várias exigências relativas a patrimônio, endividamento e participação em empresas, determinando, até mesmo, a publicação de informações em jornais de circulação nacional. Os membros foram indicados, mas até hoje o Conselho não se reuniu sequer para eleger seu presidente.

Míngua a autoridade de que necessitamos para cumprir nosso papel de fiscalizar o correto cumprimento das normas de conduta ética quando deixamos de acionar os instrumentos internos capazes de regular as ações dos integrantes do próprio Senado.

Com que autoridade podem os parlamentares cobrar atitudes de conduta reta de membros do Poder Executivo, como no atual episódio do Sivam, sem que tenham posto sobre eles mesmos as rotinas reguladoras do seu comportamento?

O Congresso Nacional, que viveu momentos turbulentos por ocasião do prolongado processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a “máfia do orçamento”, pouco avançou, desde então, na melhor qualificação dos seus instrumentos auto-reguladores.

Há um bom número de senadores e deputados, com os quais muito me identifiquei, que tem mantido uma atenção permanente em relação à necessidade de renovar as práticas legislativas federais, não apenas no sentido de dotá-las de maior eficácia, mas também de maior transparência e abertura à participação direta dos cidadãos nas suas decisões. Há muito o que fazer.

Modernidade e disparidades

O PROGRAMA do presidente Fernando Henrique Cardoso inclui, entre os objetivos prioritários, a melhoria da distribuição de renda e a redução dos alarmantes níveis de pobreza que afetam segmentos da população brasileira.

Ao redefinir políticas e estratégias, há de se ter em mente as profundas transformações econômicas, sociais e políticas do mundo moderno e os desafios e as oportunidades que condicionarão a ação do governo dentro do novo paradigma de desenvolvimento do nosso tempo.

Gostaria de citar, baseado no professor Nilson Holanda, alguns eventos significativos no plano internacional nos últimos anos que têm desdobramentos no Brasil e no Nordeste.

Observou-se o término do longo processo de competição e alternância entre o intervencionismo estatal e o liberalismo econômico, fato caracterizado pela derrocada das economias socialistas e pelos movimentos de reforma do Estado, desestatização e privatização das principais economias do mundo.

No plano político, ocorreu quase simultaneamente a abertura democrática, com a queda sistemática de governos autoritários, inclusive no Brasil.

O fim da Guerra Fria e a redução da corrida armamentista, por sua vez, liberam recursos para investimentos produtivos, criando oportunidades de transferências de dinheiro das economias centrais para as periféricas.

O novo tempo é também caracterizado pela formação dos grandes blocos econômicos, com a consolidação do Mercado Comum Europeu, a ampliação do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), a emergência do Mercosul e a manutenção da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean).

Deu-se também a reunificação da Alemanha e passamos por um penoso processo de reconversão das economias socialistas para uma economia de mercado.

Outros eventos incluem o relativo sucesso de programas de reestruturação, abertura, liberalização e estabilização econômica em países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Chile e México, evidenciando-se o surgimento de um terceiro

ciclo de formação de tigres asiáticos, com participação da Indonésia, da Malásia e da Tailândia. Nota-se, ainda, como fato significativo no panorama mundial, a emergência da China, que hoje é considerada a segunda potência mundial, segundo metodologia aplicada pelo Bird-FMI.

Todos esses eventos dramáticos e ao mesmo tempo auspiciosos resultam na mais profunda crise de desemprego, que parece ser de natureza mais estrutural que conjuntural, já que se dá em condições de recuperação econômica, estando basicamente relacionada a dois fatos: ao excesso de regulamentação do mercado de trabalho e à nova revolução tecnológica do mundo, impondo trabalhadores que lidem de alguma forma com tecnologia e conhecimento. Isso significa que a tecnologia e a qualificação da mão-de-obra representam a base para o desenvolvimento.

Vejamos o que acontece no Brasil dentro desse novo cenário de desenvolvimento.

Observa-se progressiva liberalização da economia com redução de proteção aduaneira, maior integração econômica com o exterior, crescente privatização de empresas estatais e redução do tamanho do Estado. Torna-se evidente um esvaziamento financeiro da União, com fortalecimento de estados e municípios. É também fácil notar o enfraquecimento de instituições do governo federal ligadas ao planejamento e ao desenvolvimento científico, o que vai exigir um grande esforço não só de reforma, mas de reconstrução do Estado.

Convivemos com uma forte perspectiva de sucesso do Plano Real, que será consolidado por meio das reformas e do ajuste fiscal da União. E, evidentemente, uma vez alcançada a estabilização, o país iniciará um vigoroso processo de retomada do desenvolvimento.

A redefinição do papel do Estado, mais regulador que promotor, atende ao momento histórico da economia das regiões mais dinâmicas. O Nordeste ainda exige a presença de um Estado promotor e proativo, como foi o Brasil que duplicou a Via Dutra, implantou Volta Redonda, criou a Vale, Furnas, Chesf, promoveu a instalação das indústrias de base, as automobilísticas e tantas outras iniciativas. O receituário não é o mesmo para as diferentes realidades e os distintos momentos históricos.

Esse pensamento não implica a manutenção do *status quo*. Pelo contrário. É pressuposto deste momento de transição e mudança a inserção do planejamento regional no grande projeto nacional de construção de bases para um crescimento

sustentado e sustentável. Deve-se montar uma nova abordagem para a estratégia regional, enfatizando mais as potencialidades que as limitações, inclusive com a redefinição dos instrumentos e dos mecanismos de política regional, que devem ser aperfeiçoados, de modo que se possa tirar deles o máximo proveito. Por último, impõe-se o penoso dever de eleger prioridades e concentrar esforços, de maneira persistente e continuada.

Assim sendo, devemos preservar as fontes tradicionais de financiamento de investimentos nas regiões menos desenvolvidas, especialmente o sistema de incentivos fiscais e os fundos constitucionais, aumentando a participação dos financiamentos do BB e do BNDES nos empreendimentos regionais. Acrescente-se ainda a necessidade de manutenção do PIN/Proterra para as regiões Norte e Nordeste, cujos recursos deverão ser usados na complementação de infra-estrutura, capacitação gerencial e profissional e promoção de investimentos. O governo federal deverá priorizar a região na mobilização de recursos externos para o desenvolvimento regional.

Não se pode esquecer que o governo federal pretende encaminhar ao Congresso um projeto de reforma administrativa, no qual não devemos permitir que se aborde apenas a questão da estabilidade do servidor público, mas que às instituições de desenvolvimento regional, sucessivamente enfraquecidas pelo impacto de desastrosas reformas, sejam dadas as condições de retomada da capacidade de iniciativa, flexibilidade operacional e eficiência de gestão com a valorização de seus técnicos.

Por fim, é necessário eliminar essa luta fratricida entre os estados da região por projetos inexpressivos, de interesse puramente local, viabilizando projetos estruturantes, que tenham repercussão interestadual, tal como a ferrovia do Nordeste. Temos também de concluir os estudos, inclusive os ambientais, para a transposição de águas do rio São Francisco, bem como o desenvolvimento da agricultura e da pesca, de forma massiva, nos barramentos do semi-árido. Não se pode esquecer a reorganização da economia da Zona da Mata e do Litoral; a consolidação do complexo químico, dos setores metal, mecânico e siderúrgico do Nordeste, incluindo montadoras de veículos, indústrias têxteis e confecções, pólos coureiro e calçadista e a complementação de gasodutos interligando Salvador e Fortaleza, além da refinaria de petróleo do Nordeste. Consideramos também de alta prioridade os complexos portuários de Suape e do Pecém-Paracuru.

Vivemos um momento único no limiar do terceiro milênio. Todos os acontecimentos do planeta, inclusive a globalização da economia, apontam para mudanças de paradigmas. Porém, especialmente nós, das regiões periféricas, não podemos aceitar como dogmas as teorias neoliberais do “cada um por si”. Devemos elaborar um trabalho de conscientização e mostrar que o Nordeste deve ser mais competitivo, que seus projetos devem ter sustentabilidade, mas que ele depende, ainda, de um tratamento diferenciado.

Não vamos, em hipótese alguma, com os excessos da modernidade condenar a nossa região ao atraso e à miséria.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 23/11/1995

Reforma administrativa

O PERCENTUAL de trabalhadores brasileiros empregados em atividades governamentais, segundo levantamentos do próprio ministro da Administração, Bresser Pereira, é de apenas 7%, abaixo dos 15,5% de funcionários públicos dos EUA e dos 15,2% do Reino Unido, apenas para citar dois emblemas da modernidade que se persegue.

A diferença é que esses países gastam com salários entre 40% e 50% do que arrecadam, enquanto no Brasil alguns estados e municípios chegam a gastar em torno de até 90%. O problema é menos de excesso de pessoal e mais de má distribuição e aproveitamento dos quadros existentes.

O fato é antigo. Sua percepção estava embaçada pela inflação que mascarava as contas públicas e administrava o déficit pelo endividamento em títulos sobre os bancos estaduais. O fim da inflação e a austeridade monetária, mais a política de preços altos manejada como expediente técnico para alcançar a estabilidade, explicam a situação em que se encontram nossos estados e municípios.

Pobre de conteúdo, o projeto governamental de reforma administrativa tem como principal preocupação suprimir a estabilidade. Excede-se ao ignorar o fato de que, pela legislação em vigor, o funcionário é passível de demissão.

A proposta de reforma não tem levado em conta, inclusive, que entre os con-

tingentes de funcionários estaduais há uma parcela de não-estáveis e muitos outros admitidos, em desrespeito à Constituição de 1988, sem a prestação do indispensável concurso público. Estes podem e devem ser dispensados em primeiro lugar, para que depois se proceda à análise do excedente de estáveis.

As soluções serão efetivas somente se o diagnóstico for correto. Senão, tenderemos a repetir os erros do passado, quando o governo Collor encarou a reforma administrativa como uma espécie de desmobilização dos ativos humanos e materiais e não como investimento.

Na atual versão de reestruturação do serviço público, é preciso que haja maior investimento em medidas positivas, nas quais se busque valorizar e profissionalizar o funcionário estatal, chegando ao patamar de países desenvolvidos, onde existem cursos para formação do servidor de carreira.

Os problemas da administração pública no Brasil somente serão superados se caminharmos no sentido da constituição de uma burocracia efetiva permanente. A proposta do governo propõe apenas um enfrentamento das grandes aberrações incrustadas no serviço público, eximindo-se da responsabilidade de introduzir qualquer idéia mais audaz de racionalidade gerencial moderna.

Por ocasião da tramitação da emenda constitucional no Senado, pretendo apoiar as boas iniciativas ali contidas, mas também propondo mudanças que contribuam para o aperfeiçoamento do serviço público brasileiro e a profissionalização dos nossos servidores, que merecem respeito e estímulo para o cumprimento de suas tarefas.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 9/11/1995

Planejamento familiar

NO ÂMBITO do planejamento familiar, não se pode confundir questões de direitos com questões doutrinárias. Os limites éticos, morais e religiosos ficam para cada um, e ao Estado cabe atender a todos os cidadãos. Nesse sentido, o projeto que hoje tramita no Congresso Nacional sobre o assunto, ao mesmo tempo em que garante o direito do cidadão, assegura os limites e as condições para uma assis-

tência de saúde à mulher e ao casal, atendendo, ainda, antiga reivindicação da sociedade na luta pelo chamado direito reprodutivo.

Resultado de amplos debates com os setores sociais, o substitutivo apresentado por mim ao projeto acautela-se de recomendar a esterilização indiscriminada, que poderia resultar em controle demográfico. O documento, que visa complementar o projeto original da Câmara, desestimula a esterilização, prevendo uma série de procedimentos anteriores à opção por métodos definitivos de contracepção, prevendo, até mesmo, penas para os que não atenderem aos dispositivos do projeto de lei.

Assim como estes, outros pontos do substitutivo devem ser esclarecidos: a permissão da esterilização voluntária e a participação de empresas e capitais estrangeiros nas ações e nas pesquisas de planejamento familiar em nosso país.

A esterilização voluntária estava prevista para homens e mulheres com capacidade civil plena como método contraceptivo no texto inicial, “desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce”.

No entanto, pude constatar em minhas pesquisas que a opção pela esterilização deriva principalmente da falta de informação e de acesso a meios e a técnicas contraceptivas. A oferta inescrupulosa de métodos de esterilização por instituições financiadas com capital estrangeiro também atrai as populações aos métodos de esterilização. Essas instituições, com isso, acabam, na prática, exercendo controle demográfico concebido por governos estrangeiros e organismos internacionais.

A participação de empresas e capitais estrangeiros nas ações e nas pesquisas de planejamento familiar em nosso país é uma questão de suma importância, haja vista o relatório de CPI realizada sobre o assunto na Câmara. Nada mais lógico que essas instituições e organismos tenham suas ações submetidas à autorização, à fiscalização e ao controle da direção nacional do Sistema Único de Saúde.

Ao lado disso, pesquisas constataam que o número de pessoas arrependidas de se terem esterilizado é enorme. Entre mulheres esterilizadas com menos de 25 anos de idade, existe índice de até 40% de arrependimento. Esse índice é alto entre mulheres e casais com apenas um ou dois filhos vivos. Por isso a inclusão no meu substitutivo do critério de idade e paridade como requisito para a realização da

esterilização voluntária. O projeto, portanto, não é matéria pacífica, especialmente porque abriga manifestações de natureza moral, de caráter ético e de fundo religioso.

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
domingo, 29/10/1995

A democracia nas escolas

UMA VITÓRIA da democracia materializa-se dentro das escolas com a posse dos dirigentes de 618 das 699 escolas públicas estaduais do Ceará escolhidos pelo voto direto da comunidade envolvida com o ensino. Na adoção do voto direto na escolha das novas diretorias, a Secretaria de Educação do Ceará dá cumprimento ao mandamento constitucional que estabelece a gestão democrática do ensino público e efetiva a participação comunitária, a exemplo do que se vem realizando em outras unidades da Federação.

Convém salientar que a eleição das novas direções é apenas parte, embora fundamental, das atribuições que estão reservadas à comunidade escolar. Seu papel não se restringe, como se poderia pensar, à aprovação de nomes e de propostas. O processo de participação na gestão das escolas compreende todas as etapas de realização do projeto pedagógico, o que implica a organização da comunidade em grêmios, congregações e colegiados, de forma a suprir lacunas que se observaram em semelhantes experiências anteriores.

A resposta da comunidade tem sido altamente expressiva, especialmente se levarmos em conta que o processo de gestão democrática não se limita a escolher uma dentre as chapas concorrentes. Houve assembléias com a presença de observadores em 519 escolas, reunindo mais de 70 mil participantes, entre professores, funcionários, alunos, pais e outros interessados.

Pôde-se observar, por exemplo, que a melhoria da qualidade do ensino foi o tema mais freqüente nos planos de trabalho apresentados, seguida de: valorização do professor, efetiva participação comunitária, evasão e repetência, gestão democrática, maior participação do corpo discente e construção do projeto pedagógico. Em menor escala, também foram assinalados assuntos como: avaliação do ensino, ofi-

cina de artes, reforço escolar, cursos profissionalizantes e educação física, além de temas relativos às próprias unidades de ensino, como segurança, tratamento de água e outros.

No caso específico da educação, a avaliação é ainda mais difícil, dadas a pluralidade de situações, a heterogeneidade dos agentes envolvidos e outras especificidades do setor.

A experiência que se acumulou nesse período possibilita hoje, se não segura, pelo menos razoável indicação dos acertos e dos desacertos que se verificaram na implementação da gestão democrática. Assim é que, no modelo ora em implantação na rede pública estadual do Ceará, a participação da comunidade escolar não se limita à indicação dos dirigentes, mas orienta a construção e o acompanhamento de todas as etapas do projeto pedagógico, para que possam ser obtidos resultados mais efetivos.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE, quinta-feira, 26/10/1995

O Vale do Curu

AMANHÃ, em São Gonçalo do Amarante, o governador Tasso Jereissati entrega as obras de restauração de 37,35 quilômetros de estradas na região do Vale do Curu e lança os editais de licitação para a construção de trechos da malha estruturante da Translitorânea, parte inicial do que está previsto no Prodetur, que ligará a capital às áreas de forte atração turística do litoral oeste do estado.

São obras que, juntas, somam mais de 6,5 milhões de reais, numa clara sinalização de que está em curso um processo de revitalização de uma das mais promissoras regiões cearenses, que hoje se distingue das demais no tocante aos problemas de estagnação econômica e às difíceis condições de vida da população.

A percepção que tem manifestado esse governo das corretas linhas estratégicas de desenvolvimento certamente tornará exitosos os esforços de incrementar as atividades relativas ao turismo naquela região, em razão do fácil acesso, do ambiente propício, do clima estável por todo o ano e da vocação própria de sua gente.

São, porém, mais diversificadas as linhas de crescimento projetadas para a região. Problemas de baixa profundidade e encravamento na malha urbana desaconselham maiores investimentos no porto do Mucuripe.

A um custo estimado em torno de 200 milhões de reais, o novo porto permitirá a instalação de indústrias na região, como a já negociada produção siderúrgica com investimentos privados. As obras deverão iniciar-se logo no próximo ano, dando início a uma fase de acelerado desenvolvimento a todos os municípios da região.

Não podíamos deixar de ressaltar todas essas ações estaduais, por serem elas partilhadas por nós em cada luta travada para realizá-las. Nossos esforços para o desenvolvimento da região têm sido constantes, por acreditarmos demonstrar a curto prazo como é possível a mudança do perfil socioeconômico do Ceará.

Publicado em:
Jornal do Brasil,
Rio de Janeiro-RJ,
domingo, 22/10/1995

CMF para um setor na UTI

ESTAMOS ENTRE os que consideram a edição de uma Contribuição sobre Movimentação Financeira com recursos destinados ao custeio dos serviços públicos de saúde uma amarga, porém necessária, medida diante do contexto de dificuldades por que passa o setor.

São inegáveis as evidências de irregularidades no pagamento das Autorizações de Internações Hospitalares (AIH). Até porque não é um privilégio brasileiro. O desvio de recursos por fraudes chega, mesmo em países desenvolvidos, a até 10%, como é o caso dos Estados Unidos, geralmente citado como referencial de eficiência para os países em desenvolvimento.

As denúncias de irregularidades têm omitido o fato de que foi no âmbito do próprio Ministério da Saúde que estas foram apuradas e comprovadas, o que revela a atenção da atual equipe em exercer suas atribuições de fiscalizar e coibir desvios de recursos.

Nesse sentido, já foram efetuados cortes no número de internações, fixação de tetos financeiros para os gastos mensais dos estados e outros mecanismos de con-

trole. São medidas que, em seu conjunto, resultaram em economia superior a 150 milhões de dólares desde o início do ano.

Mesmo com essa economia, o dinheiro não tem sido suficiente para suprir o déficit em que se encontra o Ministério. Os gastos com pagamento de pessoal já alcançaram 84% da dotação prevista; a assistência hospitalar e ambulatorial, 74%. Outros importantes programas não gastaram mais de 23% dos orçamentos previstos, como o Programa do Leite, distribuição de medicamentos, controle de endemias e vigilância sanitária.

Como se vê, não é difícil demonstrar que o quadro de carência do setor ultrapassa em muito o número de internações e atinge a assistência à população carente, colocando-a em situação de grave risco. O quadro da saúde em nosso país é de calamidade e exige reflexão. Nas últimas décadas, o orçamento vem sendo reduzido anualmente, levando ao sucateamento dos serviços e ao atraso tecnológico.

Paralelamente a isso, são marcantes as transformações no perfil epidemiológico brasileiro, com ascensão das doenças crônico-degenerativas. É alta ainda a prevalência de endemias rurais e o recrudescimento e a reintrodução de doenças infecto-parasitárias que pareciam vencidas.

Alia-se a tudo isso, além do envelhecimento da população e seu progressivo empobrecimento, o crescimento desordenado das periferias urbanas, provocando o aumento na demanda sem as devidas condições para resolvê-la.

Por tudo que foi dito, não há como se esperar por uma reforma tributária para que se faça uma redistribuição de recursos para a saúde. Ela está na UTI e é preciso salvá-la. Por isso, é de caráter provisório a contribuição proposta, com duração prevista de até dois anos, o que quer dizer que, resolvida a questão em seus aspectos mais urgentes, ela será extinta. É em função das condições concretas do sistema de saúde pública no país que a proposta da CMF deve ser aprovada.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 12/10/1995

Educação fundamental

A PROPOSTA orçamentária submetida à apreciação do Congresso Nacional ignora o dispositivo constitucional que ordena seja dada prioridade à erradicação do analfabetismo e ao ensino fundamental. Com essa proposta, o Brasil continuará onde está, com a população de 20% de adultos analfabetos, com os investimentos destinados à escola fundamental.

Temos motivos para nos preocupar e desconfiar que os 20% de analfabetos continuarão assim e tendendo a reproduzir essa carência em todos os setores a que dediquem suas reduzidas potencialidades. Hoje alcançamos altos níveis de violência e criminalidade urbana, amanhã teremos criado uma geração inteira de marginais bem-sucedidos, em condições até mesmo de influir sobre os nossos destinos, porque não lhes demos escola e nem sequer fomos capazes de alfabetizá-los.

O Ministério da Educação destina para o combate ao analfabetismo a quantia de 60 mil reais, o que representa um centavo de real para cada quatro analfabetos adultos no Brasil. Esse mesmo orçamento destina 104 milhões de reais à rubrica Cooperação Internacional, para garantir o assento de nossos doutos burocratas em congressos, seminários e encontros no exterior.

Em julho deste ano, o ministro da Educação, professor Paulo Renato Souza, afirmou que não tem como cumprir o preceito constitucional. Essa é uma situação preocupante, que aguardamos seja revertida com o anúncio de novas medidas pelo ministro, no próximo dia 15 de outubro.

Com essas colocações, quero apenas lembrar que os desafios que se apresentam hoje ante os nossos administradores se prendem à sua capacidade de respeitar prioridades legais na definição de aplicação do dinheiro público em um contexto de carência, em um momento em que o país dispõe de poucos recursos. Se o dinheiro é escasso, a competência dos atuais gestores da educação no Brasil saberá, com certeza, também encontrar meios para manter em funcionamento as nossas escolas técnicas e agrotécnicas e as demais unidades de educação técnica e tecnológica.

Nada disso deve ser prejudicado, nada disso é proibido. Isso há de ser, sim, prioridade nacional. Que se cumpra o que determina a Constituição e se reforcem as verbas para o ensino fundamental e o combate ao analfabetismo no orçamento da União e, antes que seja tarde demais, façamos um esforço concreto e efetivo para acabar com o analfabetismo no Brasil, ou jamais chegaremos sequer à décima parte do país rico, respeitado e forte que sempre quisemos ser.

Publicado em:
Jornal do Brasil,
Rio de Janeiro-RJ,
segunda-feira, 2/10/1995

Reforma produtiva

DIANTE DE incidentes lamentáveis como o de Corumbiara, em Rondônia, deveríamos refletir de modo mais profundo sobre a situação dos sem-terra e a necessidade de acelerar o processo de reforma agrária. É fundamental que o Incra possa identificar as terras passíveis de desapropriação sem ter de esperar a prévia sinalização do movimento político organizado dos trabalhadores sem terra, muitas vezes com as graves consequências registradas naquela ocasião.

Da mesma maneira que se discutem reformas profundas no tratamento das questões do Estado, dentro de um esquema de globalização da economia e do processo de reengenharia do governo, é preciso com o mesmo vigor abrir um novo debate que incorpore uma crítica às formas ultrapassadas de abordar a questão da reforma agrária. Para isso, é preciso que se faça uma avaliação de todas as tentativas anteriores de melhorar o perfil de distribuição de terras no país, que não chegaram a resultados satisfatórios e até contribuíram, por diversos motivos, para a construção de verdadeiras favelas no campo.

Confundiou-se reforma agrária com mera distribuição de terra. Assentar, apenas, não resolve. O próprio assentado tem de possuir tradição de trabalhar com a agricultura e ser treinado para saber superar os complexos desafios da atividade. Está claro ainda que o Brasil somente responderá à questão satisfatoriamente se atacar o problema rural em todos os seus aspectos: transporte, crédito, armazenagem, preços mínimos, tributos, etc.

Apenas para exemplificar, estudos recentes verificam que somente a taxa o indireta pode chegar a 20% do valor bruto da produ o agr cola, sem contar o que já vem embutido nos insumos e mais o Imposto de Renda Territorial Rural. A solu o não está apenas no campo. Nesse caso, passa pela reforma tributária.

A questão do transporte é um fator determinante de competitividade. Enquanto os Estados Unidos e a Argentina gastam entre 14 e 15 dólares para transportar a soja até o porto, no Brasil chegou-se a gastar 28 dólares. Pelas nossas rodovias esburacadas passam 70% das cargas, contra 25% nos EUA e 18% na Alemanha, que preferem trens e navios.

Tudo isso vem demonstrar que a questão da reforma agrária, às vezes politizada em excesso, tem seu êxito comprometido com diversos fatores econômicos que não podem ser isolados da discussão do problema. O simples aumento de produtividade geraria recursos suficientes para empregar muitos sem-terra, minorando o problema social.

Nossa idéia central é que  necessário um novo recadastramento, garantindo que os especuladores não forneçam informa es falsas sobre suas terras. Em seguida, é preciso desapropriar terras ociosas e elaborar uma pol tica agrária descentralizada, com aberta participa o dos órgãos estaduais e municipais e de representa es da sociedade civil. Quem trabalha nas diversas regiões conhece melhor suas necessidades do que qualquer técnico do governo federal. Além de demonstrar aptidão para atividades agr colas, os assentados devem ser treinados e assistidos, como dissemos.

A reforma agrária não pode ser um recurso assistencialista e ineficaz, tampouco um instrumento de radicaliza o ideológica. Precisa ser produtiva em seus fins e participativa nos meios de implementa o. E será eficiente  medida que forem encaminhadas solu es globais para a questão rural como um todo.

Mulheres em Pequim

A LUTA DAS mulheres contra uma discriminação milenar, que atinge todo o contingente feminino ao redor do planeta, é a mais significativa revolução cultural deste século, um combate para desmistificar o quadro incômodo do estigma da inferioridade, que estende seus espaços para além dos limites da vida privada. A Conferência Mundial da Mulher, das Nações Unidas, em Pequim, foi uma pausa para reflexão que apontou as ainda necessárias mudanças e assinalou um expressivo avanço nessa batalha.

Todas as conquistas bravamente alcançadas até agora representaram muito pouco. É preciso eliminar barreiras legais que proíbem às mulheres a posse de bens, alijando-as das esferas de decisões, impedindo, enfim, de realizarem-se como seres humanos. Em muitas partes do mundo, sua condição é ainda de quase escravidão.

Mas, mesmo assim, as mulheres têm sido peças essenciais no desenvolvimento global. De acordo com um dos mais importantes relatórios apresentados na Conferência de Pequim, baseado em estudos realizados em países denominados do Terceiro Mundo, houve maior crescimento econômico onde se permitiu avanços sociais, jurídicos e culturais na condição da mulher. Onde elas foram cerceadas, houve estagnação.

Em nosso país, embora 23 milhões de mulheres trabalhem, têm ganho, em média, 43% menos do que os homens, recebendo remuneração inferior mesmo quando exercem funções equivalentes. Entre as famílias mais pobres do país, 13% são sustentadas pelo esforço exclusivo das mulheres, dada a desagregação provocada pelas péssimas condições sociais.

No âmbito global, há muitas desigualdades a serem vencidas ainda, como o índice de analfabetismo feminino, que atinge mais de dois terços dos 930 milhões de analfabetos do mundo. Mesmo quando estudam, as mulheres são em grande parte confinadas às profissões de menor prestígio. No setor de saúde o quadro também é negativo – mais de 500 mil morrem por ano em função de complica-

ções no parto e da má qualidade dos serviços de assistência reprodutiva. Na medida em que a maioria dos governos dos países pobres não tem um programa de saúde para a mulher bem definido, ela depara com situações as mais difíceis para a sua sobrevivência.

A violência é outro aspecto grave na discriminação à mulher. Em São Paulo, somente em cinco anos, mais de 40 mil casos de ameaças foram registrados nas delegacias de mulheres, dando uma medida assustadora dos índices expressivos que o problema alcança no dia-a-dia.

É forte ainda a tentativa de desqualificar a luta das mulheres contra a discriminação e o preconceito, colocando-o como um movimento caricato de antagonismo aos homens. Ampliar a participação direta das mulheres nas esferas de decisão pública e privada é fundamental para que a sociedade perceba a igualdade dos direitos humanos entre homens e mulheres como uma condição fundamental para que alcancemos um patamar mais justo e democrático de desenvolvimento.

Publicado em:
Jornal de Brasília,
Brasília-DF,
quarta-feira, 6/9/1995

Uma contribuição ao país

OS PROBLEMAS enfrentados pelo setor de saúde em nosso país são conhecidos e exigem contribuição provisória de todos para minimizá-los, atenuando um quadro que fala por seus números.

O perfil epidemiológico brasileiro sofreu marcadas transformações nas últimas décadas pelo empobrecimento da população, pelo inchamento das periferias urbanas e pela redução dos recursos de investimentos em saúde e saneamento, levando a uma situação na qual, ao mesmo tempo em que aumentavam as necessidades de assistência, se sucateavam os serviços que deveriam prestá-la.

Além do crescimento geométrico das causas externas de mortes – acidentes, violência e envenenamento –, patamar elevado de mortalidade infantil, de doenças cardiovasculares e de neoplasias, constatamos também o crescimento do número de casos de malária, principalmente na Amazônia, de dengue e de Aids no Brasil.

Preocupa-nos ainda a manutenção da endemia de cólera no Norte e no Nordeste.

O número de internações disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde aumentou em 83,7% nos últimos dez anos. O número dessas internações duplicou no Nordeste e triplicou na região Norte, somente nos últimos cinco anos. Paralelamente a isso e em decorrência da incorporação de novas tecnologias e da inflação do setor – que os estudos demonstram superior à inflação real –, o custo da assistência médica tem sofrido elevação constante, fenômeno universalmente conhecido.

Há de se acrescentar que o Brasil tem aplicado pouco em saúde. Países classificados pelo Banco Mundial na mesma faixa econômica em que se encontra o Brasil – como Grécia, Portugal, Uruguai e Argentina – gastam com saúde um percentual do PIB em torno de 4% e 8%, enquanto nossa média anual não passa de 2%. Os países mais desenvolvidos – como Inglaterra, Espanha e Canadá – chegam a gastar *entre 6% e 12% do seu PIB*.

Todos os dados aqui mencionados explicam, ao menos em parte, por que as condições de saúde do nosso povo estão como estão. E são bastante contundentes para que se recorra ao gesto excepcional de instituir uma Contribuição sobre Movimentações Financeiras – proposta em torno de 0,25% – com recursos destinados a esse setor, que teria assim um acréscimo estimado em cerca de 35% da sua receita, suficiente para iniciar uma luta de recuperação dos serviços de saúde, hoje com quatrocentos hospitais aguardando verbas para reformas, *entre outras 1.300 obras paralisadas*.

É fundamental esclarecer que um significativo esforço vem sendo feito pelo Ministério da Saúde para coibir fraudes e combater outras formas de desperdício no âmbito do sistema. Como relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, não pude deixar de levar em conta minha experiência como secretário de estado por três vezes e na presidência do Conselho Nacional desse segmento. Por todas essas razões, meu parecer é favorável à aprovação da CME, em caráter provisório, até que se encontrem soluções definitivas para impedir a desativação dos serviços públicos de assistência médica.

Mudar para melhor

DESCONHEÇO A existência de pelo menos uma corrente política articulada que não esteja defendendo mudanças no país. As alternativas apontadas variam, mas do jeito que está não pode continuar. O modelo atual não atende às necessidades de quem pretende manter intactos seus privilégios. Agora, estão todos contra “tudo isso que está aí”.

Mas há divergências bem maiores do que se imagina no corpo aparentemente coeso dos setores agregados em torno de um projeto de modernização econômica do país. Um exemplo recente pode ser observado no caso dos programas administrativos implantados no Banco do Brasil com uma densidade quase fundamentalista nas crenças gerenciais que os movem.

Embora apóie o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem tenho forte identidade desde os trabalhos da Constituinte, não posso considerar corretos os métodos hoje adotados com o Banco do Brasil.

Em primeiro lugar, falta de transparência. A sociedade civil não tomou conhecimento dos critérios adotados pela direção daquela instituição para o fechamento de agências de atendimento nas pequenas cidades do país, onde a presença do BB é, em muitos casos, o único vínculo possível da comunidade com os mecanismos financeiros formais. Setores mais comprometidos com a ação do banco e seus efeitos precisam saber como está sendo formulado esse coeficiente que, pela impermeabilidade com que é adotado, presumimos “científico”.

Tenho recebido relatos os mais dramáticos de funcionários do Banco do Brasil constrangidos a solicitar afastamento definitivo. O programa de demissões voluntárias instaurou um clima de pânico entre servidores que, muitos deles por algumas décadas, têm prestado um serviço dedicado à instituição. Não me é possível acreditar que o país mudará para melhor dispensando a seus colaboradores constantes um tratamento de párias.

As reformas de que o Banco do Brasil necessita precisam ser realizadas sem o desmonte de sua estabilidade funcional e com a maior transparência possível nos

critérios adotados, ampliando ainda mais o conceito de banco com função social.

O que não pode aceitar um brasileiro atento é que seja confiável um projeto de mudanças que começa pelos seus estágios mais cômodos, confirmando a legenda de que “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”.

Quanto o país economizará com isso e a que setores serão destinados os recursos não mais “desperdiçados”, isso a direção do BB não veio ainda a público debater. Do mesmo modo que ainda não demonstrou a mesma determinação no propósito de estabelecer com o mundo privado relações mais vantajosas para a maioria do povo brasileiro.

As mudanças, para melhor, serão bem-vindas.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE, sexta-feira, 11/8/1995

Modernos ou ingênuos?

FALA-SE MUITO em globalização e privatização, conceitos que refletem a predominância do ideário neoliberal na formação das políticas públicas. Também concordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm, que afirma ter o século XX terminado com a queda do Muro de Berlim.

O terceiro milênio começou. Os avanços da informática e das biotecnologias em geral cobram um reordenamento ético e ideológico compatível com uma sociedade que, quanto mais se aproxima da interatividade e da participação ágil nas decisões, paradoxalmente mais se distancia do domínio universal da produção e dos seus meios de controle.

São novas as oportunidades, e os desafios, inéditos. Um quadro assim requer atitudes diferentes, isentas de preconceitos e abertas aos impulsos da criatividade e da experimentação. Mas é preciso refletir sobre essas novas atitudes para que a aventura generosa de forjar uma nova era não defina na direção de um roteiro previsível de conflitos e fracassos.

Quando paradigmas recentes são transmutados em dogmas precoces, as forças criadoras do momento são cooptadas para o reforço de interesses menores e são

excluídos os elementos mais potentes que emergem no contexto renovador, que é a crise em seu limite.

Peguemos o exemplo do México. O mais aplicado aluno da globalização abriu suas fronteiras às importações sem barreiras e ao capital especulativo, e deu no que todos sabemos. O protecionismo praticado em algumas das mais prósperas nações mentoras desse conceito demonstra que o discurso globalizador é unilateral.

Como aqueles devedores compulsivos, que vendem os bens de família e não fazem caixa, a Argentina privatizou seus bens, mas continua com problemas. Mesmo aqui, no leilão do setor siderúrgico, diminuímos um pouco nossa dívida interna, ainda que com moedas podres, mas trocamos o monopólio estatal pelo oligopólio privado com todas as suas más repercussões.

A Inglaterra também privatizou. Lá, do modo o mais democrático possível, os cidadãos tiveram a oportunidade efetiva de participar da compra do capital das estatais vendidas. Os que criaram essas receitas, quando as preparam, incluem outros temperos.

O projeto nacional de modernização em curso precisa contemplar as diferenças regionais. Se a estrutura industrial do Sudeste está pronta para conviver dentro de um estatuto desregulamentado, com o desenvolvimento de sua capacidade produtiva entregue às forças livres do mercado, o Nordeste ainda precisa da presença do Estado para investimentos estruturantes.

Também aqui, no plano interno, as áreas mais ricas invertem a lógica das necessidades de acordo com seus interesses. Isenções fiscais, grandes investimentos estatais, aplicações de bancos oficiais, endividamentos generosamente prorrogados, tudo que hoje se considera maléfico pelo novo modelo e muitas vezes creditado às ações públicas das regiões menos desenvolvidas do país foi exaustivamente praticado em benefício dos estados mais prósperos.

Transplante – uma necessidade

É ENTENDIMENTO generalizado que a atual Lei dos Transplantes não surtiu o efeito desejado. As filas de espera para transplantes são imensas, sejam para rins, córneas, medula óssea, coração, fígado ou pulmão. Apenas o universo de doentes renais crônicos é de 25 mil pacientes, dos quais 60% são elegíveis para receber um novo órgão. A manutenção de centros de diálises para essa população de doentes custa ao Sistema Único de Saúde 312 milhões de reais por ano.

Parlamentares sensíveis a essa necessidade imperiosa de milhares de brasileiros propõem novas fórmulas legais. Entre os muitos projetos enviados ao Congresso estão os dos senadores José Eduardo Dutra, Darcy Ribeiro e Benedita da Silva, todos contendo significativos avanços, razão pela qual resolvemos adotar um substitutivo aproveitando o que de melhor eles continham e as oportunas emendas apresentadas.

O substitutivo aprovado tem como ponto de inovação o entendimento de que – respeitada manifestação de vontade expressa em vida – todos são doadores em potencial. Todos os três projetos partilham dessa mesma perspectiva: respeito à vontade manifesta de cada um em relação a sua condição de doador ou não de órgãos, uma vez que dados do Ministério da Saúde informam que cerca de 20% a 25% das pessoas e de seus parentes recusam a doação, considerando os procedimentos legais hoje definidos.

A forma adotada é que o cidadão expresse sua vontade em documentos de identidade ou habilitação, fórmula prática e segura, dispensando procedimentos burocráticos e o envolvimento de familiares. Cremos estar atendendo à intenção dos demais propositores ao adotar esse caminho, sem desmerecer de suas preocupações com o livre-arbítrio do cidadão.

O segundo elemento observado pelo substitutivo é uma melhor tipificação dos ilícitos previstos na lei atual, com ênfase especial à criminalização e à penalização severa da comercialização e do tráfico de órgãos, equiparando-os ao crime de lesão

corporal. Esta – a insuficiente e defeituosa tipificação penal – é uma das críticas mais freqüentes ao atual texto legal que buscamos corrigir.

Procuramos ainda oferecer dispositivos de salvaguarda de pessoas em condições críticas, restabelecendo o conceito de morte encefálica como critério legal para a constatação da morte. Pela mesma razão, proíbe-se a extirpação de órgãos ou tecidos de indigentes.

É uma questão de senso humanitário a doação de órgãos, a disponibilização de partes do corpo que um indivíduo não mais necessitará e que são imprescindíveis para outros indivíduos.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 20/7/1995

43 anos de Nordeste

Os 43 ANOS que a comunidade nordestina comemora de permanência da ação do Banco do Nordeste do Brasil nos remetem a algumas reflexões sobre os resultados obtidos pela região. De início, a constatação de que as políticas regionais adotadas durante o período que a região festeja provocaram taxas de crescimento superiores às do Sudeste e às do Sul, resultando em uma expressiva redução dos desníveis entre as rendas regionais no Brasil.

É relevante observar que tais índices foram alcançados a despeito dos poucos recursos proporcionalmente aplicados, se comparados com os pesos relativos de população, área, renda e carências da região no contexto nacional, o que é revelador do elevado potencial de resposta da região. Ao bom desempenho do BNB durante esse período pode ser creditada razoável cota de méritos.

Mas para que sua ação seja ainda mais fiel aos princípios que inspiraram sua criação, é preciso anotar que, paralelamente àquele crescimento desconcentrado, não se evitou o agravamento de um processo de exclusão social, traduzido pelo aumento dos índices de concentração de renda pessoal e, por outro lado, pelo alargamento das faixas de condições desfavoráveis de saúde, saneamento e habitação.

O momento requer uma decidida opção por ações capazes de gerar um modelo de crescimento equilibrado em termos sociais, utilizando os instrumentos de que

dispomos, renovados por disposições como as manifestadas pelo presidente atual do BNB, Byron Queiroz, de permitir às instituições públicas um salto de qualidade que lhes permita conviver num mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

É, contudo, importante destacar que uma política regional de desenvolvimento sustentável é tarefa de responsabilidade nacional. Uma Federação mais justa deve emergir da elaboração de um sistema nacional de planejamento que leve em conta o potencial contributivo de cada região, e não apenas as oportunidades mais imediatas de centros que atingiram o limite de sua capacidade de crescer no contexto de um modelo concentrador e excludente.

Em vez de programas pulverizados e descontínuos, é necessário privilegiar aqueles capazes de estruturar e integrar áreas periféricas do país, nos quais se inserem os programas do Cerrado Setentrional, no Piauí e Maranhão, a Ferrovia Transnordestina, a transposição de águas do São Francisco e a refinaria de petróleo.

Com relação ao BNB, este vem adotando medidas administrativas modernizadoras que visam agilizar ações e reduzir custos, e o FNE, principal instrumento de financiamento do Banco, tem sido concedido aos setores produtivos, com proibição de aplicação de recursos a fundo perdido.

Os que fazem o BNB têm demonstrado sensibilidade para as novas e criativas atitudes, novos modelos de gerir e interpretar a atualidade, necessárias às grandes reformas exigidas. O BNB, nos seus 43 anos, tem apresentado qualificada capacidade de adaptação, o que o identifica ainda mais com este marcante traço da nordestinidade.

Publicado em:
Correio Braziliense,
Brasília-DF,
sexta-feira, 2/6/1995

Transposição: a hora é esta

LEVANTAMENTOS têm indicado que, ao longo da história, o Nordeste somente se beneficiou de iniciativas governamentais sob o impacto dramático de prolongadas secas, com a criação de órgãos e a viabilização de programas. Os momentos de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Banco do Nordeste do Brasil, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e de programas específicos, como o Pólo Nordeste, confirmam essa tese.

Nesse sentido, há uma postura nova no tratamento da questão regional. Surgido com evidência após a seca de 1993, o projeto de transposição de águas do rio São Francisco para quatro estados do Nordeste sobreviveu às chuvas irregulares do ano seguinte e às boas condições que até aqui nos apresenta este 1995, em meio a tantas esperanças forjadas com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse projeto constitui ação estratégica da maior relevância, dentro de um novo enfoque de processo de gerenciamento integrado das bacias hidrográficas da região e de otimização dos seus recursos hídricos. Propiciará, numa extensa área do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, uma base física ao desenvolvimento sustentável, que exige atividades produtivas de elevada densidade de água. A transposição é alternativa capaz de assegurar a mobilização dos investimentos necessários àquele desenvolvimento.

Alguns, menos sensíveis aos desequilíbrios regionais como fator do nosso atraso global, argumentam com o alto custo do projeto. Pois nós, ao contrário, consideramos a ausência do projeto um escandaloso desperdício. Somente com a seca de 1993 o Tesouro Nacional gastou 2 bilhões de dólares com programas de emergência – salários mínimos para lavradores e desocupados, distribuição regular de alimentos, carros-pipa distribuindo água em centenas de localidades – sem que houvesse retorno desse valor em obras permanentes e ainda possibilitando inúmeras fraudes, desvios e uso eleitoral de tão vultosas somas.

Por outro lado, o projeto de transposição prevê, em sua fase inicial, pouco mais de 1 bilhão de dólares, muito menos do que é capaz de produzir em gêneros alimentícios, empregos diretos e indiretos, e capacidade de reversão nos agudos índices de miséria absoluta, sobretudo nos períodos de seca, quando as áreas beneficiadas pelo projeto poderão agir como fator de descentralização das correntes migratórias que hoje ameaçam a nossa capacidade de gerenciamento equilibrado do desenvolvimento urbano nas principais capitais da região – somente em Fortaleza surgem oitenta favelas por ano, segundo estudos credenciados.

É abominável, e mal informado, o argumento contrário ao projeto que alega redução na capacidade de produção de energia da Chesf na hidrelétrica de Paulo Afonso, pois inverte por completo a ordem de prioridade das necessidades humanas, que supõe o uso prioritário da água para consumo e, secundariamente, para a produção de alimentos. Além disso, a vazão média que se pretende na primeira etapa é de 3%, proporção inferior à margem de erro dos mais acurados métodos de aferição do caudal.

Mais importante é que somente nos dois ou três anos críticos de cada década é que será transposto o volume máximo previsto no projeto. Mesmo assim, além de corresponder a uma mínima proporção do caudal, a retirada máxima, nos anos críticos do semi-árido, dar-se-á em períodos em que é significativa a probabilidade de que a vazão do rio São Francisco esteja acima de sua média histórica, de acordo com a leitura retrospectiva das variáveis meteorológicas.

Mais bem-intencionada, mais igualmente mal formada, é a opinião dos que receiam por impactos ambientais negativos. Não há tais riscos. Há, isto sim, uma vantagem na localização do ponto de captação entre duas grandes barragens, Sobradinho e Itaparica, pelo benefício de anular impactos de alterações momentâneas, em face da proporção desprezível de água a ser retirada.

Nesse tocante, há de se ressaltar um enorme benefício de ordem política que o projeto trará. Ao valorizar o São Francisco como elemento central para o desenvolvimento sustentável de vastas áreas de uma região onde é gigantesco o desafio da sobrevivência, o projeto será um vigoroso elemento de pressão para que a bacia tenha uma gestão ambiental compatível com sua importância como um dos mais relevantes patrimônios naturais do território nacional, tornando prioritárias a proteção de suas nascentes e a reconstituição de suas matas ciliares.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado sua decisão de cumprir a promessa solene que proclamou nos palanques do semi-árido de realizar esse projeto. Estados que, como os por ele beneficiados, conhecem o drama da seca, devem postar-se solidariamente e permitir que também nós possamos receber as bênçãos fecundas do “Velho Chico”, sem prejuízo para os que dele já retiram energia para o sustento de sua gente.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
segunda-feira, 22/5/1995

O “Velho Chico” e nós

O NOVO PARADIGMA para o desenvolvimento da região, que exige atividades produtivas de elevada densidade econômica, não pode ser baseado somente na disponibilidade de águas providas por açudes já construídos, por isso o projeto de transposição de águas do São Francisco é uma alternativa capaz de garantir a mobilização dos investimentos necessários àquele desenvolvimento.

Os argumentos favoráveis já foram suficientemente identificados, mas há ainda grande má vontade, o que é lamentável, mesmo entre lideranças de estados que, como nós, conhecem de perto o drama da seca. De modo geral, as resistências situam-se na denúncia de possíveis impactos ambientais na bacia doadora do rio São Francisco e na eventual perda para o sistema de geração de energia elétrica da Chesf.

No tocante à perda de capacidade geradora de energia, há um grande equívoco. A água retirada na primeira etapa do projeto nunca ultrapassará 3% da vazão mínima, uma proporção inferior à margem de erro dos mais acurados métodos de aferição de caudal. Mais importante é que somente nos dois ou três anos críticos de cada década é que será transposto o volume máximo previsto no projeto.

Mesmo assim, além de corresponder a uma mínima proporção do caudal, a retirada máxima, nos anos críticos do semi-árido, dar-se-á em período no qual é significativa a probabilidade de que a vazão do São Francisco esteja acima de sua média, de acordo com a leitura retrospectiva das variáveis meteorológicas.

Ainda mais desinformada é a reduzida corrente de opinião que prevê impactos

ambientais negativos sobre a bacia do “Velho Chico” com o projeto de transposição. Não há tais riscos. Há, isto sim, uma vantagem na localização do ponto de captação entre duas grandes barragens, Sobradinho e Itaparica, pelo benefício de anular impactos de alterações momentâneas, em face da proporção desprezível de água a ser retirada.

O projeto indicará, ao contrário, a urgência na adoção de um novo modelo de gestão ambiental do rio São Francisco, ao valorizá-lo como elemento central para o desenvolvimento sustentável de vastas áreas do Nordeste. Além de não provocar impactos ambientais, o projeto será um vigoroso elemento de pressão para que a bacia tenha uma gestão à altura de sua importância como um dos mais relevantes patrimônios naturais do território nacional, tornando prioritária a proteção de suas nascentes e a reconstituição de suas matas ciliares.

A responsabilidade pela decisão final quanto ao acesso a esse bem é do governo federal, e essa decisão deverá levar em conta os interesses locais, mas não poderá subordinar-se à visão bairrista deste ou daquele estado.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE,

quinta-feira, 27/4/1995

Ruínas em construção

O MINISTRO do Planejamento, José Serra, tocou numa questão importante quando afirmou ser um grande problema do país o volume inacreditável de obras inacabadas. Para usar uma boa frase do ministro, “são esses esqueletos que fazem do Brasil um cemitério de obras”. Logo nós, que tão pouco temos!

É com satisfação que ficamos sabendo ser um ponto de vista do ministro a necessidade de concluir essas obras, para que os investimentos realizados possam dar retorno econômico e social, e poucos estados se enquadram melhor no exemplo de José Serra quanto o Ceará.

Aqui estão cinco barragens de médio porte praticamente concluídas. Essa é a nossa desgraça: paralisadas, sofrem de destruição contínua por erosão e outros fatores, causados sobretudo pelas chuvas dos últimos dois anos.

Do valor total das obras, 80% já foi aplicado. Em números, um contingente

populacional de 150 mil pessoas já poderia estar se beneficiando com a irrigação de 13.600 hectares e a produção de aproximadamente mil toneladas de pescado, gerando uma receita bruta nunca inferior a 65 milhões de reais. E o que falta para concluir as obras? 4,4 milhões de reais, ou, se preferem, apenas 6,7% daquela receita que estamos deixando de gerar.

Além de barragens, temos obras inconclusas de irrigação, como Araras-Norte, Jaguaribe-Apodi e Curu-Paraipaba. Em conjunto, possuem uma área irrigável de 10 mil hectares, onde já foram investidos 48 milhões de reais, ou 75% do valor total das obras. Por estarem paralisadas, estão deixando de gerar uma receita bruta de 45 milhões de reais – perceba: quase o valor gasto até o momento – e deixando de ofertar 30 mil empregos numa das regiões mais pobres do planeta.

São projetos com modelo de gerenciamento que difere das experiências tradicionais de paternalismo estatal, sem um plano de capacitação profissional dos colonos e que resultaram em rotundos fracassos. Os projetos citados serão explorados em moldes empresariais e em regime de autogestão.

Assim como as barragens, os projetos de irrigação situam-se em regiões hoje exportadoras aceleradas de contingentes desqualificados de mão-de-obra para os serviços urbanos, que formaram, segundo levantamentos da CNBB, oitenta novas favelas na capital cearense, gerando um repertório trágico de problemas, como violência urbana, prostituição infantil, mendicância, infância abandonada, agravamento de problemas sanitários e de saúde.

Estamos inteiramente solidários aos esforços governamentais de equilibrar o orçamento federal, porém o investimento na conclusão dessas obras indica possibilidades concretas de elevado retorno econômico.

Projeto de transposição

NO CEARÁ dos últimos anos, conseguiu-se sanear o estado. Adquiriu-se capacidade de investir. Conquistou-se a confiança e o acesso às fontes de recursos, no país e no exterior. Atraída por essas condições favoráveis, a iniciativa privada, nacional e estrangeira, tem vindo aplicar o seu capital aqui, gerando maior riqueza e mais oportunidades de emprego e renda.

Os frutos do desenvolvimento, no entanto, não atingiram ainda largas faixas da população. A excessiva concentração econômica em Fortaleza e os crescentes ajustamentos populacionais na periferia são fruto da migração desordenada e refletem a precária situação do interior. É preciso um modelo equilibrado de desenvolvimento para que sejam melhor distribuídos os benefícios do progresso econômico.

O modelo agropecuário até aqui praticado, baseado nas culturas de subsistência, no algodão e na pecuária extensiva, faliu. É inaceitável que no final do século XX ainda se pratique com predominância a agricultura de sequeiro, dependente de chuvas, numa região semi-árida.

O novo modelo deve basear-se na agricultura irrigada e na pecuária com suporte alimentar garantido. No Ceará, estão identificados quatro pólos agroindustriais: Baixo-Jaguaribe, Curu-Acaraú, Cariri e as Várzeas do Iguatu. O programa deve iniciar-se nesses pólos, pois estes possuem maior capacidade de resposta e dispõem de uma melhor distribuição espacial de infra-estrutura.

A função do estado seria prover e complementar essa infra-estrutura e oferecer incentivos fiscais para atrair indústrias para os pólos selecionados, principalmente as de grande tradição no ramo e com largo acesso aos mercados.

Porém, nenhuma empresa será atraída se não for oferecida a esses agentes econômicos a disponibilidade continuada de água. Eles jamais viriam desenvolver uma agricultura moderna na dependência de chuvas eventuais e de açudes que entram em colapso por anos seguidos.

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco para os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, elaborado há doze anos e

revisto no final do governo Itamar Franco, destaca-se entre as soluções apontadas.

Nesse sentido, convoquei o ministro Gustavo Krause para prestar esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que foi esta uma solene promessa de campanha do atual presidente Fernando Henrique, e por ela também me bati ao pleitear o mandato que agora exerço de senador pelo Ceará, um dos estados alcançados pelo projeto.

Estou convencido de que o desenvolvimento da região semi-árida exige atividades produtivas de elevada densidade econômica, viáveis somente com disponibilidade permanente de recursos hídricos. A oposição pouco solidária de outros estados da região deverá ser vencida com a mobilização da consciência isenta dos cidadãos em torno de esclarecidos argumentos, baseados na experiência bem-sucedida de outros países, até mesmo do Terceiro Mundo.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sábado, 25/3/1995

O espírito federativo

EMBORA SEJA este meu primeiro mandato de senador, não é esta a primeira vez que exerço a função de representante do povo cearense no Congresso. Em dois mandatos de deputado federal, inclusive como constituinte, o mais votado à época, o povo cearense delegou-me autoridade para representá-lo.

É, portanto, como representante do povo cearense que abduco dos meus interesses individuais para incorporar por um mandato previsto em oito anos o papel de defensor do meu estado, uma satisfação que supera qualquer sacrifício decorrente da investidura do cargo.

Será eixo central da minha atuação zelar pela posição do Ceará na busca de um mais equilibrado funcionamento do concerto entre os estados federados. A realidade do Ceará não é novidade para ninguém, apesar da progressiva melhoria do quadro socioeconômico.

Para amenizar o panorama de subdesenvolvimento do Nordeste, o Estado brasileiro não pode abandonar os programas regionalizados de investimento, seja em obras de infra-estrutura ou de natureza social. Nossa presença, ativa e coordenada, é indispensável, quando percebemos que o espírito federativo, a autonomia das uni-

dades federadas, nunca se impôs como um valor jurídico e político, definitivamente incorporado à nossa cultura.

É bem verdade que a Constituição de 1998 consagrou de modo explícito, e a meu ver corretamente, o princípio da descentralização, fortalecendo política e financeiramente estados e municípios, aos quais compete agora papel importante na assistência às populações e na prestação de serviços públicos.

Estabelecida esta nova ordem, a acomodação das diferentes instâncias de poder ainda não se deu completamente. Há superposição de funções entre os níveis – municípios, estados, União – e recriminações mútuas de falta de recursos e excesso de encargos, exigindo cuidados para o aperfeiçoamento do novo sistema.

Trata-se de reconstruir uma nova Federação, fundada na união indissolúvel das unidades na distribuição de competências para a melhor execução do projeto de desenvolvimento e a promoção da felicidade comum. A própria dimensão territorial do país aconselha-nos medidas descentralizadoras sem caráter antifederativo.

Assim, é preciso que a União assuma o seu papel de planejadora de políticas para o nosso desenvolvimento estratégico, realizadora dos grandes investimentos de interseção entre as diferenciadas vocações regionais.

É nesse cenário que percebo um enorme espaço para uma relevante ação política do Senado, que é a casa dos estados, matriz da Federação. Precisamos restabelecer no Senado o *locus* da discussão sobre a Federação, onde se reivindica do Estado brasileiro o interesse responsável pelos problemas que, de fato, afetam substancialmente os princípios elementares da igualdade entre os cidadãos deste país.



1994

Pequenos Escritos

Lúcio Alcântara

Hora da decisão

ELEGER EM NOSSO estado bons deputados e senadores não é o suficiente para garantir uma legislatura séria e eficiente. É preciso munir seus mandatos com um conjunto de procedimentos capazes de dotar de poder de manobra suas melhores intenções.

Em nossa campanha não nos descuidamos disso. Procuramos aliar à nossa causa maior de lutar pelos interesses do Ceará um programa pela renovação do Legislativo federal. Tal como está, não é capaz de garantir aos homens sérios o cumprimento de seus compromissos eleitorais.

Na democracia, a governabilidade depende em grande parte da capacidade operativa do Parlamento. Observando nossa experiência democrática recente, podemos constatar que o mau funcionamento do Legislativo torna instável o desempenho do sistema político.

A CPI do Orçamento, traumática para o Parlamento e saudável para a construção da nossa democracia, deixou como saldo positivo, entre outros, a necessidade de promover o debate para as eleições das Mesas diretoras da Câmara e do Senado, com base em programas de reformas, e não somente em torno de nomes e lideranças isoladas.

Há muito o que mudar para que o Parlamento venha a ocupar com eficácia e credibilidade o papel que lhe cabe no espaço democrático. Para o país mudar, é preciso mudar o Parlamento. Dessa idéia fiz bandeira de campanha e, agora eleito, venho com ela assumir compromisso público, no momento em que se promove nos meios de comunicação a discussão sobre as eleições para a Presidência do Senado, autoridade máxima do Legislativo federal.

É preciso dotar de maior transparência as decisões tomadas ali em nome de todos os brasileiros. Um tema ao qual tem faltado ousadia e criatividade é o aprimoramento dos mecanismos de participação direta da sociedade nas propostas encaminhadas e mesmo em algumas decisões. A extinção do famigerado “voto de liderança” e a redução do *quorum* de votações poderão devolver ao plenário sua

importância devida, como *locus* aberto aos olhos e à consciência de toda a nação.

Mas o Congresso precisa, sobretudo, trabalhar! O calendário de votações deve ter uma pauta fixada previamente, com maior rigidez nos prazos de tramitação de projetos. É incompreensível para o cidadão comum que não se tenha ainda firmado um procedimento interno eficaz de controle que obrigue o parlamentar a participar das votações em plenário.

Mas é preciso também garantir a qualidade de nossa participação nessas decisões. A valorização das comissões técnicas conduzir-nos-á à fixação de critérios mais objetivos na orientação do voto. Baseados em levantamentos mais profundos dos temas nas comissões técnicas, os parlamentares poderão decidir premidos pelo dever de contemplar o interesse geral da nação e não de grupos setoriais com maior poder de pressão.

Não é pouco o que se pretende aqui, se levarmos em conta as tradições fisiológicas daquelas Casas e o perfil conservador do Congresso eleito. Mas podemos iniciar o debate, promover as primeiras mudanças, atrair a atenção da opinião pública para a importância da renovação dos procedimentos legislativos e, com solidariedade da nação, mobilizar forças suficientes para a mudança pretendida.

De braços cruzados, nada conseguiremos. Urge lutar.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
terça-feira, 20/9/1994

A bancada da cidadania

UMA CONSTATAÇÃO básica deve fundar toda vontade política de renovação dos métodos legislativos no país: as leis que regulamentam o funcionamento dos partidos políticos são condescendentes ao extremo com votos firmados à revelia dos limites programáticos.

O parlamentar, e não o partido, é senhor do mandato. O resultado é o enfraquecimento “lento, seguro e gradual” – para usar uma expressão histórica de advertência – dos sistemas de defesa do regime democrático. São as visões de mundo institucionalmente ordenadas que fundamentam a democracia, e não concepções referenciadas exclusivamente em interesses unilaterais de grupos de pressão.

É precisamente essa uma das mais nefastas conseqüências do quadro atual: o ilimitado acolhimento que há na rotina parlamentar às decisões de caráter corporativo. Numa democracia assim concebida, só há a lei do mais forte.

É próprio ao Estado de direito dotar-se de recursos reguladores da vida coletiva, de modo que setores com menor capacidade de articulação tenham suas necessidades também observadas. Sem isso, a democracia é apenas lei, não é um fato.

No Congresso Nacional há, como tenho dito em minhas pregações eleitorais, a bancada dos latifundiários, a bancada dos empresários, dos exportadores, dos banqueiros e até dos setores mais organizados da elite operária dos grandes centros industriais.

É preciso fortalecer a bancada do cidadão. Não há sindicato para mendigos, donas de casa, consumidores. Os indivíduos devem ser observados pelos seus legisladores em sua dimensão existencial mais ampla. O país é feito de gente e chão. A nação é um desejo comum de felicidade.

Ninguém nasce metalúrgico. Antes de vestir seu macacão de trabalho nas primeiras horas da manhã, aquele operário cumpriu diversos papéis sociais, como pai de família, vizinho, pedestre, passageiro de ônibus e consumidor.

A maioria nasce mulher. Muitos nascem negros, quase sempre na periferia das cidades. Alguns, infelizmente, nascem com deficiências físicas e anseiam por uma incalculável lista de atenções, brasileiros que são como qualquer um de nós. Quem os defende perante o interesse sôfrego de grupos organizados no âmbito da produção?

É evidente que as relações de produção, circulação e distribuição de bens constituem o eixo central em torno do qual a vida gregária se realiza e deve ser o ângulo primordial da ação pública. Seria dispensável sublinhar.

Mas nesses tempos áridos de economicismo, talvez não seja exagerado que aqui nos reportemos ao imortal Carlitos, que, no clássico *O grande ditador*, clamava aos homens de todo o mundo, à sombra dos horrores nazifascistas que cobriam o Ocidente e seus valores de cristandade: “Não sois máquinas: sois seres humanos!”

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quarta-feira, 7/9/1994

Ceará em alta

A EXPERIÊNCIA adquirida em mais de duas décadas de vida pública, balizada por valores éticos dos quais procurei nunca me distanciar, deram-me suficiente percepção para escolher aqueles a quem me aliar e para identificar meus parceiros na luta por objetivos comuns.

Quando aceitei disputar as eleições de 1990 compondo a chapa liderada por Ciro Gomes para o governo do Ceará, sabia que estava emprestando ali o meu apoio e a referência de uma experimentada biografia a uma das mais promissoras vocações políticas do país.

Quem conhece o Ceará de Ciro, um Ceará sério e trabalhador, sabe que só tenho motivos para acreditar que tomei uma decisão correta, aliando-me a ele naquela renhida disputa, na qual sufragamos ainda o nome do senador Beni Veras, hoje companheiro de Ciro no comando da economia nacional.

A presença de dois cearenses ligados a um fecundo processo de renovação política em nosso estado nos quadros responsáveis pela articulação central do processo de estabilização econômica do país é uma demonstração eloqüente de que a mensagem dessa geração deixou de ser um discurso com especificidades locais e passou a ser uma referência para amplas expectativas da opinião pública esclarecida do país.

O Plano Real, a despeito de todos os riscos políticos que poderia correr sob a direção de mentalidades vacilantes, é um esforço no qual vale a pena investir confiança e ao qual devemos dedicar nossa observação crítica e sincera. É, no mínimo, um fato consumado. Cabe a nós contribuir para o aperfeiçoamento do processo que ele desencadeou.

O convite formulado ao governador cearense revelou o surpreendente talento de um presidente que, habitualmente tido como impulsivo, soube localizar, sem o constrangimento de preconceitos regionais, onde pulsam as forças renovadoras da nação. É Ciro é dos que jogam no time da renovação.

Quem conhece o zelo com que o novo ministro procura separar interesses unilaterais e atribuições de governo pode esperar momentos mais tranquilos na condu-

ção do Plano Real e posições ainda mais firmes no controle de articulações tradicionalmente privilegiadas na condução dos assuntos econômicos.

O Ceará tem motivo para honrar-se em poder fornecer ao país tão sérios e qualificados quadros, mesmo sendo um dos mais carentes estados brasileiros. Damos ao país assim uma demonstração clara de que somos capazes de crescer, desde que nos sejam dadas oportunidades compatíveis, pelo menos, com a tenacidade e o talento dos nossos conterrâneos.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quarta-feira, 24/8/1994

Getúlio e nós

AO DECLARAR em sua carta-testamento “saio da vida para entrar na história”, Getúlio Vargas deu-nos o símbolo textual de que precisávamos para fixar na memória coletiva o significado marcante de sua liderança para a consolidação de nossa formação nacional.

Fomos inventados, como Estado e nação, pelos colonizadores portugueses. Ainda nas primeiras décadas deste século, éramos aglomerados dispersos de uma sociedade com forte residual escravocrata.

Nossa unidade entre Estado e nação foi forjada nos movimentos que culminaram na afirmação da liderança de Getúlio, e, ainda que tutelada e com alguns inaceitáveis sacrifícios, foi seu grande legado. A democracia, que só subsiste com sociedade autônoma e diversidade econômica, à época incipientes, foi a grande sacrificada.

Para estabelecer as bases industriais sem capital privado disponível, foi preciso forte intervenção do Estado e organizar o papel do trabalhador no contexto de uma sociedade de consumo. Surge um sindicalismo de proveta, mas que teve o mérito de dar ao trabalhador o *status* de cidadão, com a criação da Previdência Social e de uma legislação trabalhista que ao seu tempo revelou avanços, e que ainda persiste, embora desatualizada.

A criação da Eletrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce e da Petrobras, entre outras, eram soluções tópicas para problemas que não se resolveriam à época com o capital privado, nacional ou internacional. O Estado

tomou para si a responsabilidade de conduzir o processo desenvolvimentista de que o país precisava e suas elites econômicas eram incapazes de realizar.

A forte presença do Estado na economia tinha o caráter estratégico de permitir um processo de desenvolvimento compatível com uma conquista de padrões dignos de vida para a classe trabalhadora. Era o progresso sem pão que Getúlio pretendia evitar. O Brasil deveria crescer na direção que a vontade soberana de seu povo indicasse.

O meu partido, democrático-trabalhista, tem naquela carta-testamento seu referencial histórico principal.

A promoção do desenvolvimento com justiça social, baseado na soberania política e na construção de uma forte identidade nacional, é uma causa ainda mais oportuna agora, quando as forças dos grandes grupos internacionais tenta impor aos países do continente um receituário espoliativo, incapaz de contemplar em seu horizonte avaro fatores elementares de dignificação da vida humana, como o direito à educação e o acesso da classe trabalhadora aos bens produzidos com seu próprio esforço.

Mas se o Estado brasileiro consolidou-se nos tempos de Getúlio tutelando a nação, o desfecho do ciclo histórico iniciado com ele – demarcado pelas eleições presidenciais de 1989 – anuncia a hora de reconstruir esse mesmo Estado, superado em sua estrutura e distante das contradições que o forjaram, e reconstruí-lo agora sob a tutela legítima de uma sociedade dinâmica, ainda que desigual.

Para isso, é preciso que a nação exerça a democracia como instrumento seletivo na definição de suas prioridades e não para pulverizar recursos como refém de demandas localizadas sem potencial transformador. É preciso saber, do passado, o que deve ser preservado e substituído, para dar trilha firme aos passos das novas gerações. Que a nação saiba forjar um novo Estado, a partir do modelo de Estado que a consolidou.

Passados quarenta anos, não é tarefa simples aos historiadores julgar com plena objetividade a Era Vargas. Mesmo quem viveu de perto seu tempo teme ser injusto ou parcial. Nem mesmo as linhas da personalidade podem ser sublinhadas como roteiro adicional a essa investigação. Getúlio não foi íntimo de ninguém, senão da história, para a qual entrou ao sair da vida.

O mandato de senador

O MEU COMPANHEIRO de partido Darcy Ribeiro, com sua fina ironia, disse certa vez, ao comentar suas impressões sobre a boa vida de senador da República, que um mandato para a Câmara Alta era “uma maneira de chegar ao paraíso sem precisar morrer”.

Os privilégios são muitos e começam no tamanho do mandato. São oito anos de garantido conforto. É tempo mais que suficiente para que maus parlamentares imponham máxima distância dos compromissos assumidos com seus eleitores.

Com um tempo tão longo de representação, a tendência do eleito é distanciar-se dos eleitores. A necessidade de lutar por um novo mandato, mais do que a própria consciência do parlamentar, é, infelizmente, na maioria dos casos, o que o faz mais próximo dos setores que o elegeram e mais sensível ao clamor das ruas.

Não é por outro motivo que as votações estabelecidas pelo regimento interno em caráter secreto costumam aprovar medidas mais amargas, enquanto as manifestações em voto aberto tendem a refletir as expectativas mais fortes da opinião pública.

Quando fui eleito como o constituinte mais votado do estado, lutei no Congresso para aprovar uma série de medidas moralizadoras da prática parlamentar, mas enfrentei sérias resistências, sobretudo no partido no qual militava, o que me fez procurar abrigo em uma sigla mais comprometida com a renovação política da vida nacional.

Na oportunidade, defendi, entre outras medidas, a redução do mandato dos senadores de modo que tornasse os compromissos assumidos em campanha pelos eleitos mais presentes ao longo de todo o seu período representativo.

Outro forte motivo para essa mudança é a questão da atualidade política desses mandatos. Eleito este ano, um senador é escolhido em face de uma série de variáveis políticas. Sua escolha reflete, em grande parte, as circunstâncias de um momento.

Pois bem. Oito anos depois, o país poderia estar submetido a pressões por um conjunto de significativas mudanças, mas continuaria a ter seu destino determina-

do por boa parte de legisladores escolhidos num quadro político diferente.

Agora que me candidato ao Senado Federal, julgo-me, por razão de coerência, no dever de retomar a luta pela redução do mandato dos senadores, entre outras propostas que poderão renovar as práticas legislativas e recompor a credibilidade perdida de uma das mais importantes instituições da democracia brasileira.

Espero contar com os demais candidatos que aqui no Ceará disputam as duas vagas de senadores neste ano para essa causa que não é exclusivamente minha. Pode ser uma bandeira dos que desejam ser votados pelos cearenses.

Publicado em:

O Povo, Fortaleza-CE, quarta-feira, 3/8/1994

A semente do futuro

EM MINHA caminhada de todos os dias pelos municípios do interior cearense durante esta jornada eleitoral, tive a oportunidade de visitar em Juazeiro do Norte uma obra social que encheu meu coração de alegria e me deu a oportunidade de reafirmar uma convicção cara aos que fazem o meu partido, o PDT.

Numa área urbana privilegiada, o prefeito Manuel Salviano instalou uma escola pública de ensino básico em tempo integral, com instalações que nada ficam a dever às melhores escolas particulares daquela cidade. Ali, ouvi de um operário a confissão gratificada de que construiu uma escola onde seu próprio filho irá estudar.

Pode-se discordar da liderança de Leonel Brizola em muitos aspectos, e este não é um fato estranho à nossa rotina partidária. Não somos um conjunto monolítico de idéias. Concepções variadas de articulação social e futuro permeiam as relações internas do PDT e acrescem-lhe maior substância.

Mas é inegável que uma forte vontade política do governador do Rio de Janeiro é responsável por um dos melhores exemplos de como é possível promover a redenção social do país, e este exemplo chama-se Cieps, ou qualquer outro nome que se queira dar a uma concepção de ensino básico em tempo integral.

O modelo não é novo nem exclusivamente brasileiro. É uma consagrada alternativa nos países desenvolvidos. Apenas se adaptou uma experiência de lugares onde são maiores os desafios sociais.

São quinhentos no Estado do Rio, conforme programado desde o início do projeto. Ainda mais importante é que hoje são milhares por todo o país, implantados em administrações locais dotadas de sensibilidade social e visão de futuro.

No âmbito do governo do Ceará, a experiência recente dos Centros de Referência Educacional (Ceres) proporciona, além da carga horária mais longa, serviços aos seus usuários que transcendem as atividades pedagógicas, com forte atenção à integração da escola com a comunidade.

Nos Centros de Referência, são ministrados cursos profissionalizantes para adultos e adolescentes, não obrigatoriamente matriculados em seus cursos regulares, fortalecendo a capacidade produtiva da comunidade. Percebe-se nos Ceres a evolução de um modelo original cuja experiência proporciona uma revisão crítica construtiva.

O deputado Ariosto Holanda tem dito com propriedade que toda distribuição de renda que não for acompanhada por um vigoroso programa de capacitação é apenas esmola. De fato, não basta distribuir renda. É preciso educar para o trabalho e a vida.

Dar a cada brasileiro a oportunidade de conquistar padrões objetivos de cidadania por mérito de seu próprio esforço é dotar a nação de um grau seguro de confiança no seu destino. A esmola que mata a fome não constrói essa cidadania. Indicativo claro disso é a evolução do movimento patriótico da Cidadania Contra a Fome, liderado por Betinho, para uma articulação social objetiva contra o desemprego.

Os Liceus de Artes e Ofícios e as Fábricas-Escolas são modelos que, associados às escolas básicas em tempo integral, podem dar curso às potencialidades das gerações mais novas e estabelecer a base de qualificação técnica necessária a uma distribuição de renda vinculada não apenas aos nossos impulsos éticos, mas sobretudo articulada com as necessidades objetivas do desenvolvimento.

O programa dos Cieps está na origem política de todas essas iniciativas.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
terça-feira, 26/7/1994

Gol contra

A CRISE DE MORALIDADE neste país chegou a um ponto que nem mesmo a extasiante sublimação do tetracampeonato ficou imune aos episódios constrangedores da burla e da exceção privilegiada. Da vergonha que servimos ao noticiário internacional todos os dias não escapou nosso motivo possível de orgulho, a conquista de uma copa do mundo. Findamos por celebrá-la entre bandeiras e denúncias, gritos de gols e pedidos de demissão, desculpas evasivas e noites de festa.

A torcida, ávida por reviver as glórias do passado, não conseguiu demover o técnico Parreira de aplicar até a decisão final por pênaltis o seu futebol de resultados. Parreira ficou, o Brasil trouxe a taça, mas o superintendente da Receita Federal não resistiu à deselegante ameaça dos atletas de devolver as medalhas recebidas horas antes das mãos do Presidente da República em nome da orgulhosa nação brasileira.

É lamentável que a ordem para liberar a volumosa bagagem da delegação sem vitória tenha partido do primeiro escalão de um governo que comanda um árduo esforço de estabilização da economia, cujo êxito depende em grande parte da credibilidade que este governo for capaz de incutir na sociedade sobre sua própria capacidade de contenção e racionalidade. O exemplo será fecundo se vier de cima. Que dê mais quem mais tenha a dar.

A revolta da opinião pública com o tratamento condescendente, ilegal até, dispensado à delegação brasileira no episódio da Alfândega no Rio talvez tenha surpreendido as autoridades federais que, de Brasília, julgavam lidar com um povo embriagado, e não simplesmente feliz, pela vitória nos estádios da América. Mas nem toda alegria é tola no país do carnaval.

O presidente Itamar Franco, deve imediatas satisfações à sociedade. Afinal, foi com a cara pintada de verde e amarelo que o povo brasileiro promoveu sua posse, após o afastamento de um presidente que não soube honrar o cargo.

A dispensa de averiguação dos catorze contêineres de produtos importados por uma delegação de trinta e poucas pessoas é uma bofetada na cara do brasileiro humilde, que, apesar de toda a decepção em passado não muito distante, tem dado

ao chefe da nação, ao seu bem articulado programa de estabilização da economia e mesmo ao candidato que é de sua notória preferência um marcante voto de confiança.

O brasileiro que tanto torceu pelo tetra quer também dar ao mundo uma noção honrada de sua condição nacional e ser campeão em escolaridade, saúde, prosperidade e paz social. O recado das ruas, quem vai às ruas escuta todo dia.

A queda de Osiris é um gol contra.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
terça-feira, 12/7/1994

No Senado pela transposição

EXISTEM DOIS brasis. O Brasil próspero do Sul e do Sudeste, e o Brasil anacrônico das regiões periféricas da Federação. Como Juno, o deus dos gregos, este país tem uma face posta na direção do futuro, que revela inquietude e ousadia, e outra, forçada a contemplar o passado, vê o mundo transformar-se à sua volta sem poder reagir.

Um submete o outro ao duro destino do atraso. Uma das estratégias principais na articulação desse domínio é impedir a consolidação de uma solidariedade regional. Essa tem sido a constante no modelo perverso que mantém a agenda específica de cada estado em conflito permanente com as expectativas dos demais. Mesmo quando há consensos mínimos, cuida-se para que sejam postos numa perspectiva adversa ao que proclamam ser os interesses maiores do país.

A esse quadro pouco animador podemos acrescentar um desgaste secular na credibilidade das causas regionais em função não apenas de uma mal formada opinião pública dos centros mais adiantados, mas também por efeito de uma ação regionalista que tem privilegiado exclusivamente os interesses de setores econômicos dominantes e excluído o ângulo primordial do desenvolvimento, que é o bem-estar da coletividade.

É corrente na representação política das áreas mais pobres do país a articulação indevida do discurso regional em defesa de pleitos de interesse patrimonialista. O regionalismo tem sido, na verdade, usado como pano de fundo para a perpetuação de estruturas produtivas arcaicas e de dominação política.

O que nos parece politicamente forte no projeto de transposição de águas do rio São Francisco para quatro estados nordestinos é o que representa como exercício solidário da regionalidade. O projeto, à parte os inegáveis benefícios socioeconômicos que virão, tem essa virtude de reanimar uma percepção regional do desenvolvimento, o que significa dizer sublinhar os fatores de equilíbrio que devem inspirar qualquer projeto conseqüente de desenvolvimento.

A mobilização pela transposição do São Francisco, quando animada pela vontade política de transformar para melhor as relações sociais na região sob o impacto de um quadro favorável de crescimento, pode ser aglutinadora de uma renovada percepção estratégica de desenvolvimento nacional.

A carga de emotividade com que alguns setores da Bahia reagem ao projeto de transposição é tecnicamente injustificável e só encontra ressonância à medida que abdicamos do uso oportuno dos canais institucionais de negociação.

Os que lutam por uma ação estratégica angulada na questão regional precisam alcançar resultados consensuais para fazer valer suas causas diante das imensas resistências dos setores que se beneficiam da conjuntura atual.

Nisto, o Senado Federal – a Casa da Federação, onde todos os estados estão representados de modo paritário – pode desempenhar papel relevante, como grupo privilegiado de influência sobre o estabelecimento das diretrizes de ação administrativa federal.

É grande a nossa esperança de que possamos renovar o Senado não apenas no aspecto ético, no qual é inadiável o acatamento do clamor popular por moralidade e transparência, mas sobretudo dotá-lo da missão fundamental de definir, a partir da solidariedade interna de cada região, um projeto razoavelmente homogêneo de desenvolvimento equilibrado para o país.

Como se pode observar, as potencialidades daquela Casa legislativa estão muito além do modo como hoje é percebida: um privilegiado serviço de aposentadoria que está muitas vezes a serviço de articulações de caráter acessório.

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco encontrará numa renovada bancada cearense de senadores o apoio que precisa para sua realização.

O novo Senado

AS HISTÓRICAS eleições de 1974, uma veemente sinalização da vontade democrática do povo brasileiro, transformaram o Senado Federal em palanque.

A crise do petróleo, que pôs um fim nas incríveis taxas de crescimento econômico que à época chamavam de “milagre brasileiro”, coincidiu com o projeto político do então presidente Ernesto Geisel de iniciar uma lenta, segura e gradual abertura política.

As insatisfações provocadas pelos primeiros sinais de crise, somadas a uma expectativa política mais arejada, deram às oposições, naquela eleição, as condições objetivas de que precisavam para afirmar-se como força em ascensão, elegendo uma numerosa bancada de senadores ungidos mesmo nas regiões mais atrasadas do país.

Tornou-se o Senado a partir daquele momento uma versão mais moderada da Câmara dos Deputados. Agindo como se fossem portadores de mandatos proporcionais, os senadores passaram a dedicar-se à elaboração de pequenos projetos e a intermediar pleitos demasiadamente localizados de seu eleitorado.

Se, no primeiro momento, o país obtivera inegável avanço político, por outro lado foi o Senado aos poucos tomado por atribuições que não lhe são devidas. É oportuno reconhecer que se amesquinhou em alguns momentos.

Mas hoje, com a consolidação do regime democrático, testado em processos institucionais delicados, como o *impeachment* do ex-presidente Collor e a CPI do Orçamento no Congresso, temos a oportunidade de devolver o Senado ao seu leito mais próprio.

Portanto, precisamos nós, eleitores, perceber qual o papel que deve desempenhar aquela Casa legislativa numa democracia moderna para que possamos escolher conscientemente nossos representantes entre os mais aptos a adequar-se ao perfil exigido para a função de senadores da República.

A Câmara Alta é a casa da Federação, e nela todos os estados estão representados em igual medida, três membros, independentemente do número de seus eleitores residentes. Os senadores representam os estados naquilo que são seus contornos

socioeconômicos essenciais – suas vocações pertinentes e seu papel, enfim, no conjunto da formação nacional. Setores determinados da sociedade, camadas mobilizadas da população em torno de pleitos mais específicos, contam com a possibilidade de eleger em campanhas proporcionais sua bancada de deputados federais e sobre ela poder exercer legítima pressão a favor de seus interesses pontuais.

Mas ao Senado deve-se reservar a função de Casa revisora, onde a Federação se afirma solidária e acima de corporativismos ferozes, angulada pelos objetivos estratégicos maiores do projeto nacional. É ele que dá à vida legislativa do país o necessário equilíbrio.

Quem quiser compreender ainda melhor o que isso representa na prática tem no Ceará mais uma vez um bom exemplo. A luta que naquela Casa tem o senador Beni Veras é respaldada pela mobilização de expressivos segmentos da opinião pública brasileira em torno do debate da questão regional, e sendo representativa da lúcida compreensão que uma liderança pode ter do papel que deve desempenhar no exercício de um mandato de senador.

É nos unindo a cidadãos como ele que pretendemos com nossa atuação dotar o Senado de um vivo sentimento de renovação, recompondo suas feições institucionais originais para o fortalecimento do espírito federativo, hoje tão perversamente distorcido pelos conflitos do nosso modelo de Estado atual.

É o Ceará por inteiro que pretendemos representar. Ser uma voz a ressaltar suas potencialidades e a clamar por sua justa cota de investimento e confiança. O Senado Federal não pode ser a ante-sala de uma aposentadoria premiada. Temperamentos experimentados têm muito a contribuir com a renovação daquela Casa, desde que munidos de entusiasmo e ousadia.

Ali, como em qualquer lugar deste país, é preciso trabalhar.

De volta às ruas

MUITOS ME PARAM nas ruas e perguntam por qual motivo renuncio a uma eleição relativamente segura à Câmara Federal para lançar-me candidato a senador.

Homem de temperamento brando e atitudes prudentes, como gostam de ressaltar os que me estimam, não sou contudo de recuar diante dos necessários desafios. Minha vida pública tem sido uma demonstração de que me esforço em tornar essa ambigüidade virtuosa e produtiva.

No Senado, poderei representar com maior propriedade o que hoje o Ceará tem de melhor: eficiência administrativa, moralidade na gerência dos recursos públicos, prioridade aos problemas sociais, indução ao desenvolvimento. Num momento em que o desperdício, a corrupção e a estagnação dominam as estruturas públicas de grande parte dos estados brasileiros, nós, que somos os mais pobres, damos ao país uma demonstração de alento e apontamos caminhos.

O apelo inicial de minha candidatura vem de fora do nosso território partidário e nele encontra companheiros dispostos ao desafio. Nossos aliados entenderam ser o meu nome útil na confirmação deste esforço de manter o nosso estado sob o comando de uma geração que tem dado ao país motivos para acreditar que as soluções estão ao nosso alcance. O PDT no Ceará cumpre aquilo que deve ser um compromisso ético de quantos pretendam representar com autenticidade as expectativas comuns a todos os cearenses: colocar os interesses do Estado acima de suas próprias conveniências, abdicar de um mandato à Câmara Federal – seguro, de acordo com avaliações internas – para oferecer meu nome ao exame dos eleitores, numa disputa que sei renhida e que exigirá a mobilização de expressivas forças dos partidos coligados e da sociedade civil.

Senador, quero contribuir para esse processo de aprimoramento constante de um modelo bem-sucedido, mas não concluído.

Pretendo representar a garantia de que se fará a necessária revisão dessa experiência em muitos de seus aspectos. Presido no meu estado um partido cujos compromissos com a causa popular e democrática marcam os momentos mais difíceis e

também os mais promissores da história contemporânea deste país. É, portanto, de nossa responsabilidade darmos esta contribuição – independente e crítica, porém solidária – à consolidação das idéias que estão em pleno domínio no Ceará.

Brasileiros que como nós querem construir suas vidas como afirmação bem-sucedida dos melhores valores que a nação cultiva podem fortalecer no Parlamento federal as práticas transparentes que o país exige e dotar os instrumentos democráticos da real capacidade de oferecer respostas aos graves problemas da atualidade. É por mérito, e não por conveniência, que nos julgamos aptos a dar esta contribuição.

Promover a cidadania e universalizar a riqueza; assegurar o acesso à educação e a condições saudáveis de vida; gerar os fatores para a estabilização da economia e a reorganização do Estado, com o conseqüente aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, são causas de uma ampla corrente de articulações políticas. Mas essas bandeiras precisam estar sob o comando de consciências resistentes, temperamentos experimentados. É isso que nos anima a acolher com entusiasmo e confiança o convite formulado por nossos aliados, para que coloquemos os nossos melhores quadros partidários na linha de frente dos embates eleitorais deste ano.

Missão aceita. Vitória à vista!

Publicado em:
Tribuna do Ceará,
Fortaleza-CE,
quinta-feira, 26/5/1994

Somos diferentes

AGORA NÃO TEM mais desculpa. Estamos diante da chance histórica de colocar o Brasil em pratos limpos.

Presidente, governadores, deputados federais, deputados estaduais e senadores serão eleitos num mesmo dia e em um só voto. Agora não pode ter mais erro.

Três de outubro deve ser o dia do orgulho nacional. Um dia que deve marcar o resto de nossos dias como a data em que o Brasil soube dizer “basta”.

Nós, que militamos no lado popular e democrático, estamos confiantes no futuro que 3 de outubro nos reserva.

Como passa um pesadelo, vai passar a era dos vilões da política. Como passa um susto, vai passar o reinado dos demagogos de batente.

O Brasil vai encontrar o seu caminho. E que caminho é este? É a política dos homens de bem. Dos homens que casam discurso com prática. Dos que acreditam e aprendem com a moral do povo. Dos que respeitam e lutam pelas maiorias marginalizadas.

Estou convicto de que o julgamento popular será cruel com aqueles que fizeram da vida pública uma via para trafegar os interesses mais sujos e pessoais.

O coração do povo arde inflamado por justiça. Ninguém pode com a sociedade quando ela parte firme para lutar pelo que de fato é seu. O que hoje é desalento, amanhã será confiança.

O Brasil não pode continuar escravo da corrupção. O país não é só uma minoria segregadora que ama mais o bolso que o desenvolvimento. O Brasil é a fé, a esperança.

Acabou a farra dos desonestos e dos insensatos. É tempo de gente séria e confiante.

Os políticos fraticidas devem sumir do mapa. O lugar por direito e razão é de quem realmente torce, trabalha e acredita que viver vale a pena quando o objetivo é uma sociedade melhor e mais forte. A vez é de quem fez da vida um exemplo.

O Brasil precisa de luz e de luta. Luz para indicar o caminho. Luta para vencer o desafio. Luz e luta que nós cearenses sabemos dar por fé e raça.

Um novo país começa diante de um Ceará que não pára.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sábado, 14/5/1994

Golpe na democracia

FAZ-SE NECESSÁRIO que ao final do século XX retomemos os princípios basilares dos direitos do cidadão consagrados pela ONU na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Os atos em sociedade estão nos levando a crer na existência de uma guerra civil invisível: hoje, nós somos uma ilha de medo cercada pela violência – medo de assalto, medo de seqüestro, das gangues, do estupro. E até medo da polícia.

O Estado de direito já não mais consegue romper com tais atos externos. Seu poder coercitivo ora extrapola o limite ora se mantém opaco diante da realidade, pois, mesmo sendo o detentor legítimo da força física, não supera os paradoxos da “modernidade democrática”.

Vêm-se consagrados em nossa Carta Constitucional os direitos e os deveres do cidadão. Entretanto, como pode ser possível visualizá-los no nosso cotidiano em face da realidade social em que estamos mergulhados? Baixa renda *per capita*; elevado índice de desemprego; concentrações raciais e étnicas; elevada densidade populacional nos centros urbanos; saúde e educação precárias. Decididamente, vivemos uma inversão dos valores sociais na pirâmide da ética.

Tais demonstrativos sociais geram o que se pode chamar de atos de violência.

O ideal seria vivermos um governo de todos, mas, por ser um ideal, serve apenas: “na busca de um exercício pleno de cidadania”.

Essa sociedade necessita passar por transformações, nas quais a distribuição de poder deixa de ser apenas um elemento formal para ser uma educação para a cidadania, que emerge do próprio exercício da prática democrática.

Os elementos de manipulação desse meio social devem ser forçados a emergir no processo de democratização, já que seu poder invisível não gera benefícios. O trabalho promovido por esses meios de dominação é regido pelos caminhos opostos à publicidade, fazendo que o cidadão não controle seus mecanismos de atuação.

A democracia, como processo de formação e expansão de cidadãos, gera microrrevoluções silenciosas. Só esse dinamismo fará que as instituições, como defensoras do bem-comum e da paz social, assumam a responsabilidade do porvir.

No Brasil, são comuns linchamentos feitos pela população contra si mesma.

Fome, desnutrição, elevado índice de analfabetismo, mortalidade infantil, falta de amparo às necessidades primárias; essas condições, principalmente no meio urbano, transformam-se numa caldeira, fazendo que implodam consideráveis movimentos sociais. Faz-se necessário repensar a ordem social.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem não menciona que todos são igualmente brancos e ricos perante a lei, mas, sim, que a relação de direitos e deveres deve ser uniforme, com os mesmos direitos civis, políticos e sociais de acordo com a lei.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sexta-feira, 6/5/1994

A revolução em marcha – o papel do servidor

POR DIVERSAS VEZES, na última década e no começo desta, o servidor público foi atropelado pela história. Muito se escreveu sobre a sua ineficiência, morosidade, resistência às mudanças e sobre o ônus pesado que passou a representar para a nação. Alvo preferencial das pedradas dos políticos e dos empresários, o serviço público pouco fez para melhorar a sua imagem perante a sociedade e, em muitos casos, esta imagem até piorou.

De certa forma, os esforços governamentais para modernizar o serviço público foram, comumente, traumáticos: enxugamento de folha de pessoal com demissões em massa, eliminação e/ou fusão de órgãos, redução drástica de orçamentos, etc. Na realidade, nas tentativas para redimensionar o serviço público, mudando-lhe a face, modernizando-o, salvo raras e honrosas exceções, foi esquecido o essencial: o servidor público. Na verdade, de nada adiantam os cortes rigorosos nos quantitativos de pessoal e nos orçamentos se não se instalar na mente e nos corações daqueles que movem o serviço público um compromisso real com mudanças profundas na eficiência e na eficácia desses serviços, isto é, na sua qualidade. Do mesmo modo, a qualidade e a excelência do serviço público estão a exigir uma mudança radical no parâmetro gerencial, seja por não aumentar a burocracia administrativa em detrimento dos fins institucionais, seja por abdicar de obras suntuosas e desnecessárias por serviços mais simples e eficazes, por cortar dispêndios, supérfluos e por valorizar os recursos humanos.

Há uma revolução em marcha: a de buscar a qualidade total e a excelência dos serviços públicos.

Numa gestão de excelência, utilizam-se os recursos disponíveis para que sejam obtidos os melhores resultados, por meio de uma série de decisões inteligentes, com um mínimo ou nenhum erro e desperdício, isto é, qualidade gerando qualidade, para maior satisfação do usuário. O princípio norteador é que qualquer coisa, qualquer serviço, a cada momento, pode ser melhorado. O princípio da qualidade total deve atingir os objetivos (o que fazer), o processo (como fazer) e os resultados.

Tudo isso sem perder de vista o usuário, fonte motivadora de todos os esforços, o lado humano da qualidade.

Na gestão de excelência, o gerente é o responsável pela mobilização do potencial criativo e operativo de sua equipe em direção à excelência dos serviços públicos.

Essa afirmativa enfeixa, entretanto, uma série de fatores e condições que devem ser inteligentemente administrados e desenvolvidos: recursos humanos, motivação, qualidade de vida, flexibilidade às mudanças, capacidade de trabalhar em equipe, informação, tecnologia, recursos financeiros, etc.

Quanto aos recursos humanos, será indispensável deflagrar um amplo e permanente programa de capacitação direcionado à qualidade total, sem o que os demais esforços serão infrutíferos.

Nesse sentido, torna-se importante definir os novos papéis dos servidores públicos, numa organização que busca a excelência dos seus serviços.

Desde que uma listagem de papéis não seja imposta aos servidores, mas decorrente de discussões internas, dos fins da organização e dos relacionamentos que fluem do dia-a-dia, atrevo-me a sugerir para todas as instituições públicas: comprometimento com a necessidade de melhorar o serviço público a cada momento; esforços continuados para melhorar seu trabalho, quaisquer que sejam os obstáculos que encontrar pela frente; trabalho diligente e atento, buscando aproveitar os recursos disponíveis, evitando desperdícios; controle e redução de custos operacionais; valorização do processo de troca de experiência; atitude pró-ativa e criativa na solução de problemas; responsabilidade do início ao fim de uma tarefa; lealdade para com os colegas e com a instituição; comportamento ético elevado; cordialidade e atenção às necessidades dos usuários.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sexta-feira, 25/2/1994

Brasil: reformar para defender

A SOCIEDADE brasileira vive uma de suas mais graves crises. É uma crise moral, ética e de competência.

O Brasil não sairá dessa crise somente com medidas econômicas. Não há medida que possa prevalecer sem vontade nacional sólida. E tal vontade não acontecerá sem que o povo se sinta respeitado. Mas acredito firmemente que nós, cidadãos de boa vontade, seremos capazes de retomar o leme e construir o Brasil.

Não vem ao caso identificar culpados nessa engenhosa máquina desgovernada. Todos nós, dirigentes públicos e sociedade civil, somos responsáveis pelo Brasil que temos.

O país está mais enfermo política do que economicamente. Necessitamos urgentemente de uma política de educação que tire, de uma vez por todas, nosso povo do marasmo, da acomodação, da submissão. É de um povo crítico e instruído que o país precisa. Um povo que não só expurgue os maus elementos, mas principalmente que saiba evitar tais escolhas.

Mas povo educado impõe-se. Exige trabalho, seriedade, honestidade dos homens públicos. Que homens públicos? Como eles são formados? Na verdade, no Brasil, não há a preocupação de “formar” o dirigente público. Formar no sentido de construir um saber, de discutir princípios éticos e morais.

A esfera político-administrativa brasileira é composta por cidadãs e cidadãos que se gestam num esforço muito pessoal, garimpando a informação, fortalecendo-se na luta coletiva, ampliando horizontes, realizando a autocracia, avaliando postura; tudo isso de uma forma muito solitária. Esses homens e essas mulheres estão no cenário nacional, interferindo de alguma forma na condução de nossa vida social. Mas esses são muito poucos. É mister ampliar esse contingente. O Brasil carece de administradores e políticos competentes e capazes de reconduzir seus destinos.

No Brasil, nenhum governo elegeu como preocupação formar quadros para a gerência das ações públicas. Jamais instituiu uma escola ou um curso voltado para a discussão das questões nacionais na perspectiva de capacitar para a ação de gover-

nar. É de governar que estamos falando. E governar significa gerir a vida de muitas pessoas, significa decidir os destinos de um povo, significa assumir compromissos em nome do Estado-nação, significa ser capaz de encontrar solução para os problemas sociais que tanto têm destruído o nosso povo.

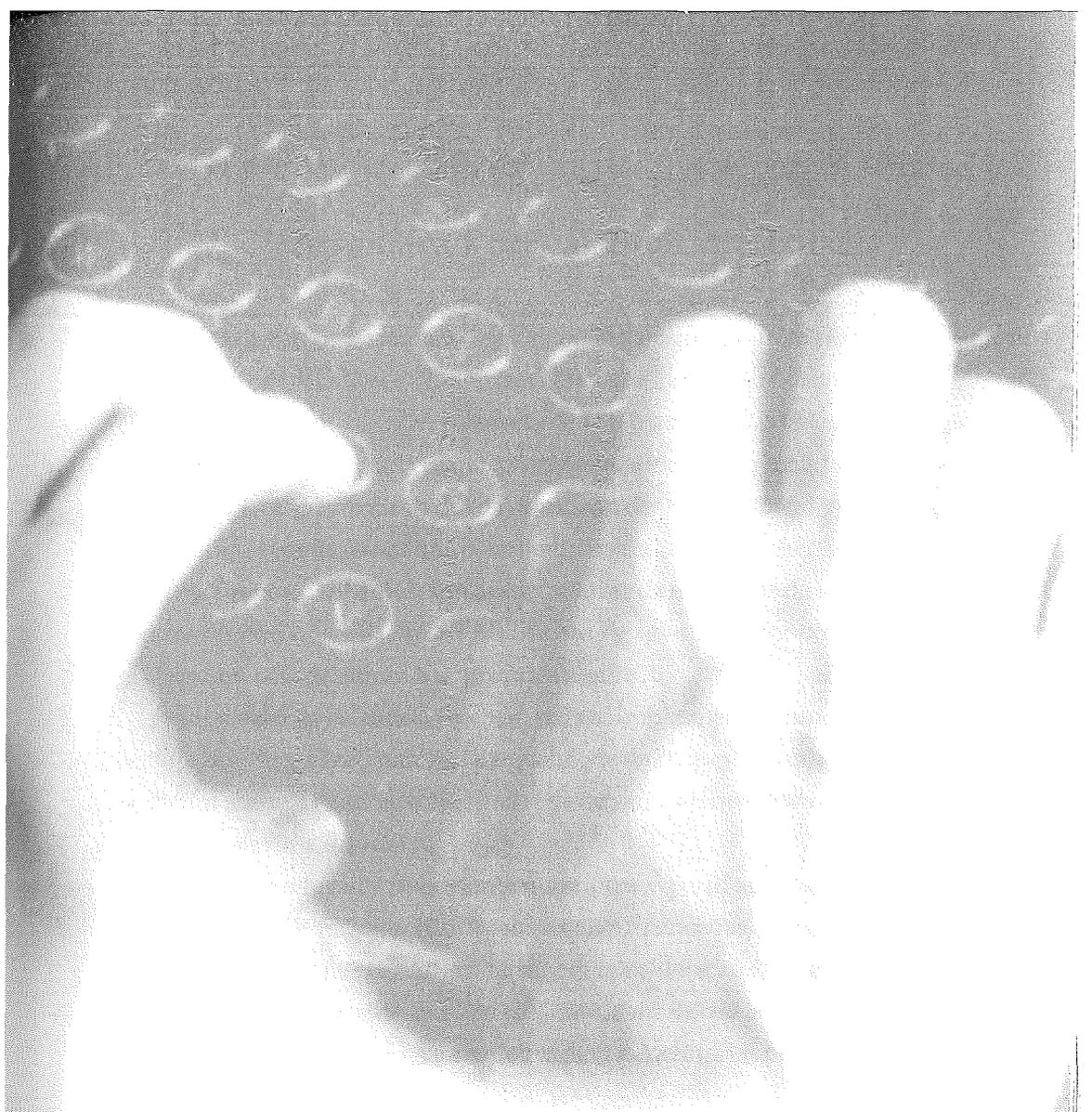
Como não estar preparado para essa atividade? Como assumir postos de comando da vida pública desconhecendo seus labirintos? Como tomar decisões sem dimensionar a extensão dos seus atos?

Norteados por essas questões, por meio de convênio firmado com a Escola de Governo de São Paulo, estamos implantando em nosso estado a Associação Cearense de Formação de Governantes, a qual fará existir a Escola de Governo do Ceará.

A proposta da Escola de Governo do Ceará é que ela seja da sociedade, da cidadania, em sintonia com a grande aspiração nacional de mudar o rumo do país e construir uma outra sociedade: democrática, justa e solidária.

O que cobro e insisto é a adesão de toda a sociedade cearense a essa idéia, sabendo antecipadamente que tanto na extrema esquerda quanto na direita desse espectro o que prevalece é a crítica, o ceticismo ou a indiferença ao Brasil e aos direitos da maioria da sociedade brasileira.

Essa escola na verdade é da cidadania, e é bom que seja assim.



1993

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sexta-feira, 23/7/1993

Ampliação do calendário escolar

FOI APROVADO pela Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal um Projeto de LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que prevê o elastecimento do ano escolar, passando de 180 para 200 dias letivos. Isso implicaria o aumento da carga horária diária, proporcionando turnos mais longos de segunda a sexta-feira, ou o acréscimo do dia de sábado dentro do calendário escolar.

Embora reconheçamos que o aumento da carga horária do currículo escolar de 1º e 2º graus possa constituir um avanço efetivo da qualidade do ensino, colocamos algumas reflexões para o amadurecimento da questão entre dirigentes escolares, professores, pais de alunos e os próprios alunos.

A ampliação do calendário escolar, pura e simplesmente, com aumento de carga horária, implicará melhoria real da qualidade de ensino? Eis uma questão que não podemos abstrair e que envolve uma série de variáveis que devem ser apreciadas no momento de uma decisão.

Em primeiro lugar, é importante questionar o perfil atual das escolas públicas, suas condições de trabalho (físicas, materiais e financeiras), bem como o perfil profissional de professores e alunos. Levar em consideração esses aspectos e, ainda, a proposta curricular vigente, que, em conjunto, consubstanciam o modelo educacional do setor público, é crucial para a efetivação das melhorias pretendidas, em sua essência e não somente na aparência.

O aumento da carga horária impõe a discussão de questões como revisão curricular, remuneração de professores, instrumentalização das escolas, livro didático para os alunos e merenda escolar adequada e contínua.

Esses aspectos são imprescindíveis para mudanças em profundidade no ensino básico e devem ser abordados em seu conjunto.

Qualquer medida isolada está destinada a ser mera superficialidade, daí acreditarmos que, de forma concreta, só a institucionalização do sistema de educação integral viabilizará, nos moldes de um novo modelo educacional para o nosso país, mudanças essenciais no setor de ensino público. A escola de tempo integral exige,

para ser implantada, uma revisão completa do atual modelo educacional, principalmente no que tange à qualificação de professores; instrumentalização e modernização das escolas; revisão curricular; alimentação cotidiana e adequada para os alunos; livro didático e atividades extracurriculares que complementem o desenvolvimento do aluno.

Essa proposta não se realizará por milagre e, sim, por determinação política, se compromissada com mudanças estruturais profundas na educação brasileira.

É muito gratificante constatar que essa idéia é adotada com sucesso por vários colégios particulares de Fortaleza, sendo hoje proposta ampliada a partir de experiências bem-sucedidas no âmbito do ensino público.

Na escola está o futuro da nossa sociedade. Seriedade, pois, no exame de seus problemas e na busca de soluções inteligentes é o que todos esperamos.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
segunda-feira, 8/3/1993

Os desafios de Cuba

CUBA NÃO AGONIZA como querem seus inimigos, mas vive, sem dúvida, um grave transe. Anos seguidos de relações econômicas e políticas privilegiadas com a União Soviética significaram investimentos financeiros, desenvolvimento econômico e apoio internacional. Arruinada, a ex-União Soviética já não está à altura da responsabilidade que lhe cabia nas relações especiais com Cuba. Reconhecem os cubanos com quem conversei, sem deixar de ser gratos aos soviéticos pela solidariedade prestada a seu país, que o atrelamento quase exclusivo à União Soviética gerou uma acomodação interna, cujos efeitos danosos agora aparecem. Daí afirmar que Cuba vive uma transição econômica e política.

As restrições econômicas decorrentes da falência soviética põem em perigo as grandes conquistas alcançadas pelo povo e ameaçam mesmo rebaixar o nível de vida da população, atingido a duras penas.

Para superar tais dificuldades, o governo promove reformas na economia e na política, incentiva o ingresso de capital do exterior e estimula o turismo e o comércio externo, empenhando-se ao máximo em encontrar parcerias que assegurem efi-

cientes relações multilaterais. Nesse contexto, o Brasil localiza-se como um excelente parceiro de sólidas afinidades culturais e étnicas.

No campo da política, na frente externa a intenção é abrir novas áreas de cooperação que ampliem a base de apoio ao regime, assegurando-lhe simpatia e reconhecimento internacional. Essa estratégia abriga também a hipótese de degelo nas relações com os Estados Unidos da América do Norte, em face da nova realidade introduzida com o fim da Guerra Fria.

Internamente, realizou-se, pela primeira vez, uma eleição direta para as assembleias provinciais e a assembleia nacional, que, mesmo não atendendo às premissas formais de uma democracia plural, constitui um passo importante rumo à consolidação institucional. Institucionalização tanto mais indispensável quando temos em mente o risco de um regime assentado em grande parte no carisma de Fidel Castro. Afinal, como me disse um cubano: “O que somos mesmo é fidelistas”.

A hora é extremamente difícil. Disso têm consciência os cubanos, empenhados todos, de corpo e alma, na luta pela sobrevivência de um modelo de sociedade que logrou incontestáveis sucessos na execução de políticas sociais, particularmente de educação e saúde.

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quinta-feira, 7/1/1993

Uma bandeira do povo

QUAL O FUTURO possível para a nossa região e para nosso estado e que oportunidades se colocam de modo real diante das expectativas de mudanças de nossa sociedade às vésperas do terceiro milênio? Eis a pergunta essencial que se coloca, no presente, para governantes e governados diante de sucessivas e, de certa forma, insatisfatórias bandeiras desenvolvimentistas adotadas, de tempos em tempos, como verdadeiras panacéias para os nossos males.

O tempo, que é sempre o melhor conselheiro, demonstrou que milagres não acontecem e não se edifica uma sociedade verdadeiramente progressista sobre alicerces duvidosos. O desenvolvimento de um povo não pode ser percebido por uma só ótica, uma só premissa, um só pressuposto. Pela sua complexidade e mag-

nitude, o binômio subdesenvolvimento/miséria nunca se resolverá pela exclusiva manipulação de variáveis econômicas e financeiras, ainda que respaldada por teses produzidas nos gabinetes de Primeiro Mundo.

Não há como imaginar também que a polarização ideológica, não raramente geradora de conflitos, resoluções sangrentas e fratricidas, possa abrir caminho efetivo em direção ao desenvolvimento sustentável e a uma mais rápida distribuição da riqueza.

Vimos, ao longo dos anos, muitas teorias e poucos resultados práticos. Continuamos tão pobres e tão presos ao chamado determinismo seca-miséria como nos idos de 1920, quando técnicos e políticos batiam com veemência na tecla agricultura-açudagem, na tese da acumulação de água, que era vista então como a única alternativa para o Ceará. Por mais benéfica que tenha sido essa fase de alavancar nosso desenvolvimento por essa ótica, ela se mostrou insuficiente para disseminar progresso no meio rural e dinamizar toda a economia do estado.

Eis aí o nosso trabalhador rural: analfabeto, sem-terra, indigente.

A etapa seguinte teve na industrialização o pressuposto básico e fundamental de superação dos entraves do subdesenvolvimento. Embora reconhecendo o surto de progresso que gerou e a nossa competência na condução dessa etapa em relação a outros estados do Nordeste, seu resultado não imprimiu a velocidade que se apregoava na deflagração de um processo irreversível de desenvolvimento e de melhores dias para o nosso povo.

A concepção de desenvolvimento por etapas tem se mostrado, até aqui, pouco eficaz para uma virada substancial que altere estruturas atrasadas nas sociedades do Terceiro Mundo.

Temos pressa e não há mais como submeter o nosso povo à experimentação dessa ou daquela teoria, por mais laureada que seja. Não sou contra o trabalho teórico, pois sei que para ser produzido necessita de esforço diligente e fecundo. Recuso-me, entretanto, a aceitar verticalização de teorias e suas teses conseqüentes, a divisão dos problemas humanos e sociais sob óticas específicas e o maniqueísmo político e ideológico.

A black and white photograph of a hand holding a pen, with a patterned surface in the background. The hand is positioned in the lower right, holding a pen that is angled towards the left. The background is a light-colored surface with a repeating pattern of small, dark, circular shapes. The overall image has a grainy, high-contrast quality.

1992

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
sexta-feira, 9/10/1992

O que deve mudar

“Não vos lembreis mais dos acontecimentos de outrora, não recordeis mais as coisas antigas; porque eis que vou fazer obra nova, a qual já surge: não a vedes?”

ISAÍAS: 43:18-19

PASSADAS AS ELEIÇÕES e colhidos seus resultados e ensinamentos, minha disposição é a de tocar a vida para a frente, arregaçar as mangas e partir para novas e importantes realizações que atendam ao máximo o interesse público. Porém, nestes primeiros dias após o resultado final da eleição, é normal que as pessoas perguntem ou peçam uma avaliação sobre todo o processo eleitoral. Acho que aspectos especiais desta eleição terão implicações profundas na forma de fazer política entre nós e nos procedimentos das futuras campanhas eleitorais. Da mesma forma, preocupa-me a contribuição que cada um dará, tendo em vista uma próxima eleição digna e transparente e, portanto, isenta das ambições de grupos econômicos e oligárquicos que vêm nesta hora os seus interesses em jogo, lançando mão de todos os artifícios para se perpetuarem no poder.

As fabulosas somas de dinheiro gastas com propaganda institucional e eleitoral são, a meu ver, uma agressão à miséria em que vivem grandes parcelas de nossa população, agora acossada também pela seca.

Essa orgia publicitária agrediu as consciências mais lúcidas de nossa sociedade e foi denunciada por mim ao longo de minha campanha. Gastos publicitários oficiais servem apenas para lançar uma cortina de fumaça nos olhos da grande massa de eleitores, entre eles a espantosa existência de uma massa de 35% de analfabetos.

Infelizmente, a Justiça Eleitoral fechou olhos e ouvidos para a propaganda “casada” entre a Prefeitura de Fortaleza e o candidato do Juraci, uma propaganda em mão dupla em que as mensagens publicitárias iam e vinham pavimentadas pelas mesmas características, imagens e objetivos, o que demonstrou uma estratégia publicitária sem muito pudor.

Tribunais Eleitorais, a exemplo de São Paulo, proibiram a propaganda dos governos estadual e municipal simultaneamente à campanha eleitoral, para evitar a indução subliminar do eleitor e a tendenciosidade dos resultados.

O que pensar das próximas campanhas e das possibilidades de bons candidatos que não contarem com o apadrinhamento dos governantes?

O que pensar de nossa evolução política, quando o dinheiro pode transformar uma eleição em leilão, vencendo aquele que gasta mais?

Deixo aqui o meu alerta para a população de Fortaleza. Sei que fiz uma campanha aberta e transparente, na qual programas e projetos foram exaustivamente discutidos com todos os segmentos da sociedade. Nunca fugi dos debates, nunca me neguei a discutir minhas idéias com meus adversários.

Essa é a diferença substancial de minha contribuição ao processo eleitoral e, conseqüentemente, ao fortalecimento da democracia.

Publicado em:
Diário do Nordeste,
Fortaleza-CE,
domingo, 9/8/1992

Meu pai, minha fortaleza

ESTOU NO MEIO de uma caminhada difícil para a Prefeitura de Fortaleza, e, mais uma vez, busco o exemplo da sua sabedoria, da sua generosidade, da sua fortaleza inquebrantável.

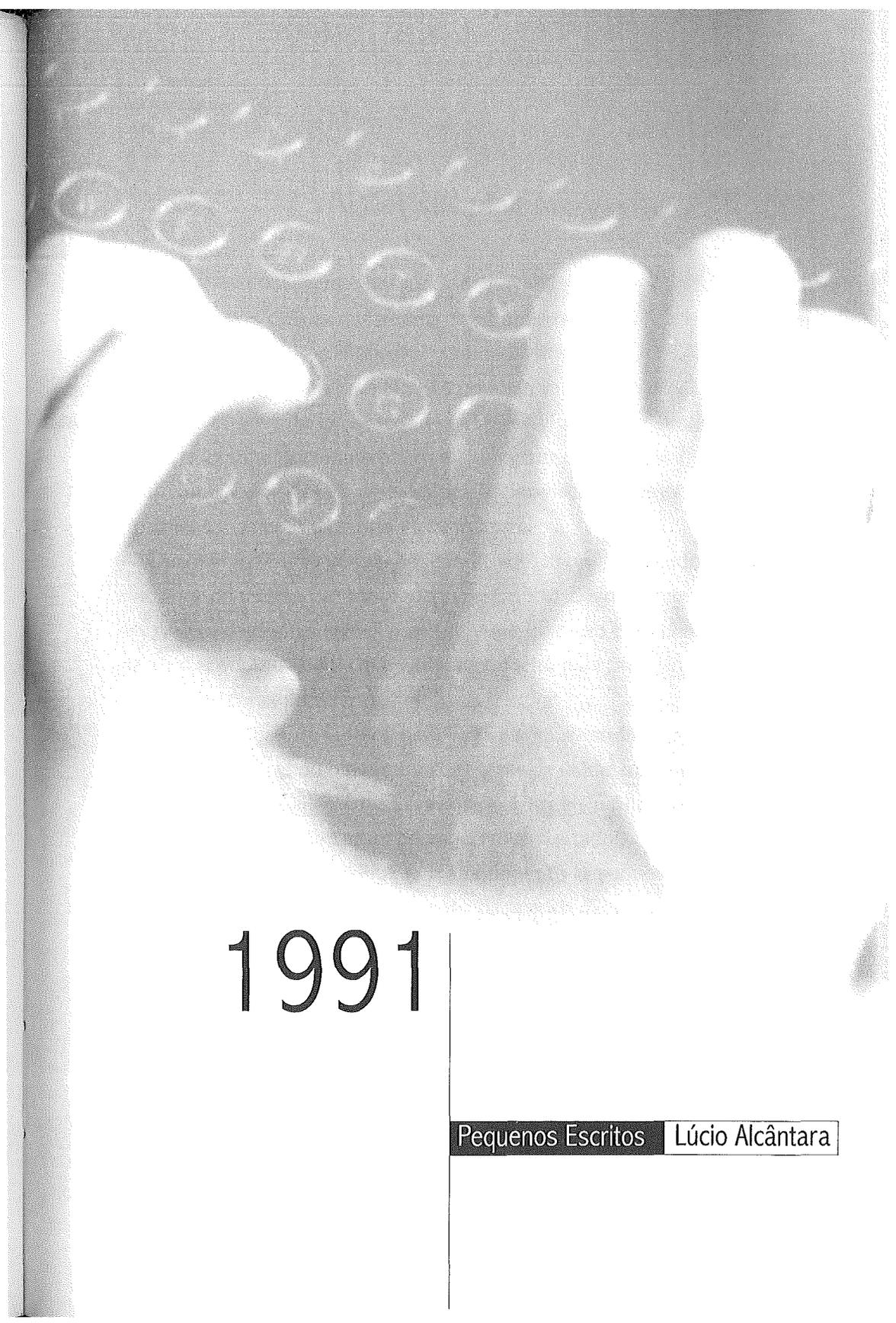
Faz anos que já não posso mais ouvir seus conselhos, sua palavra amiga e reconfortante, mas quantas dessas palavras e desses conselhos permanecem vivos em minha lembrança! Eles tornam mais rija a minha determinação de vencer este desafio, de enfrentar sem medo insultos e agressões, de acreditar e lutar por uma vida mais digna para a nossa gente de Fortaleza, como você acreditou e lutou até o fim, em todos os seus dias de médico e homem público.

Até o fim? Não, mesmo que você já tenha partido, o que você plantou aqui continua vivo. Eu luto para ser a continuação do que você foi, seguir a caminhada que você iniciou. Este caminho é difícil, mas é bonito.

Graças a você, tive uma infância feliz, com tudo que uma criança deve ter:

escola, alimentação, saúde, proteção. Talvez por isso mesmo, a criança seja a prioridade absoluta nos meus planos de governo. Quando for prefeito, não deixarei faltar a elas o que nunca me faltou: escolas, saúde, creches, nutrição, assistência, proteção, cuidados pré-natal às mães. Não encontro melhor maneira de retribuir a infância alegre e sadia que você me proporcionou.

E hoje, no Dia dos Pais, mais do que nunca, eu reverencio seu nome e sua memória, dr. Waldemar Alcântara, meu pai.



1991

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Publicado em:
O Povo, Fortaleza-CE,
quarta-feira, 7/8/1991

Ações simples de saúde

O PROGRAMA de agentes de saúde e desenvolvimento do Ceará oferece a estabilidade de analisar dois assuntos raros na administração pública brasileira. Um deles mostra que tudo se torna possível quando há decisão política para a realização de determinados programas de alcance popular, inclusive com relação a problemas sociais. O ex-governador Tasso Jereissati teve a visão administrativa, a decisão política de implantar um amplo programa de agente de saúde no Estado, o que possibilitou um grande avanço na assistência às populações do interior, refletindo principalmente na queda da mortalidade infantil.

Outro aspecto a ser ressaltado: é muito difícil um governador superar o outro, ainda que do mesmo partido, e manter as prioridades do antecessor. Um dos grandes males de administrações possivelmente imaturas é precisamente: cada novo governo abandona tudo o que vinha sendo feito para inaugurar novos planos que nunca serão concluídos.

O governador Ciro Gomes, neste caso, está quebrando outro plano administrativo, não só mantendo o programa de agente de saúde, mas dando-lhe prioridade ao ampliá-lo adequadamente. O resultado é que até o final deste ano devemos ter mil agentes de saúde em ação, provendo todo o estado.

Este projeto está voltado para o atendimento às pequenas comunidades, nos distritos, nas vilas e nos povoados onde, na maioria das vezes, pelo menos de modo permanente, não existe nenhum tipo de assistência médica, seja de profissionais de nível superior, seja de nível médio. As pessoas são recrutadas no local, treinadas na própria comunidade, independentemente de qualquer influência político-partidária. A manutenção do programa está, inclusive, vinculada à permanência delas numa mesma área de atuação.

O agente de saúde é uma pessoa devidamente preparada para procedimentos simples nos setores de educação sanitária, pequenos socorros, acompanhamento de gestação, aleitamento materno, encaminhamento de pacientes e orientação sobre doenças comuns, mas que, não atendidas a tempo, são as grandes responsáveis pelas

altas taxas de mortalidade infantil. São ações simples, porém comprovadamente eficazes – é importante assinalar –, porque conseguem melhorar os padrões de saúde da comunidade. Pelo fato de as ações serem simples e executadas por pessoas de nível cultural mais ou menos rudimentar, não deixam de produzir resultados da maior eficiência.

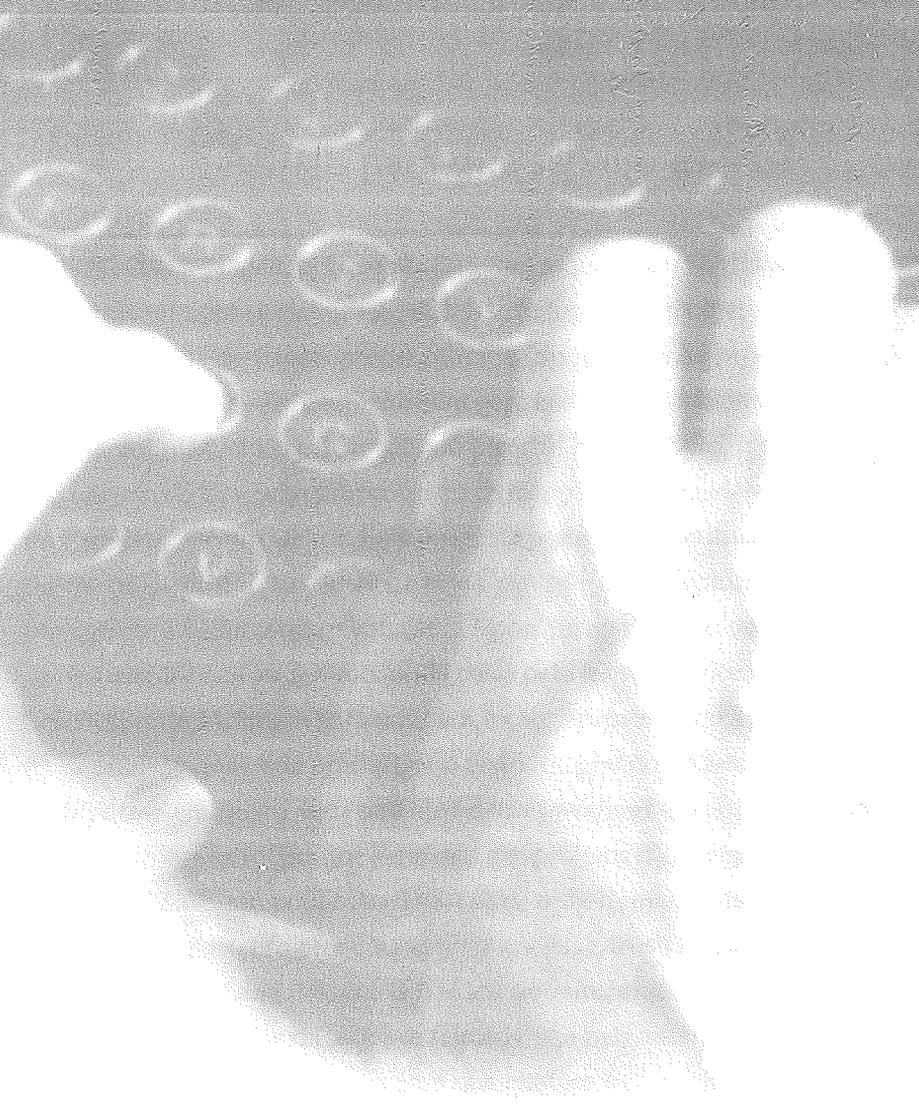
É necessário destacar – e nesse particular quero dar um depoimento pessoal – que, se olharmos para trás, ao longo da história das ações de saúde no Ceará, como de resto no Brasil, verificamos que muitas tentativas como esta foram feitas. Eu mesmo, quando assumi a Secretaria de Saúde do estado em 1975, tive a oportunidade de desenvolver, com o apoio do governo federal, um projeto que se chamava Programa de Interiorização das Ações de Saúde (PIASS), que visava levar essas ações, fundamentalmente, como o próprio nome sugeria, para o interior, para as pequenas cidades, vilas e povoados. Não tínhamos profissionais de saúde de melhor nível, mas recrutávamos e preparávamos pessoas, instalando em cada lugar unidades sanitárias simples, chamadas de minipostos, e formávamos o orientador de saúde, o orientador de saneamento, que corresponde hoje ao agente de saúde.

Esse programa era inspirado numa recomendação da Organização Mundial de Saúde, feita durante reunião em Alma-Ata, capital da República Socialista Soviética do Casaquistão, com sugestões de saúde para todos até o ano 2000. A reunião respondia às exigências de se levar algum tipo de assistência médica a essas populações. Durante anos seguidos foram tentativas, por exemplo, de interiorizar os médicos, mantê-los presentes nessas localidades, e houve muitas tentativas frustradas. Por quê? Porque o médico, com um nível de formação específica, não via como se realizar profissionalmente em trabalho fora dos grandes centros urbanos, mesmo nas sedes municipais, quanto mais em vilas e povoados. As populações ficavam então completamente desassistidas, em precárias condições de saúde. Daí a idéia de treinar pessoas capazes de dar um atendimento simples, mas eficiente. Experiências como essas foram desenvolvidas com êxito em vários países, principalmente na China e em Cuba, com os chamados “médicos de pés descalços”.

O Estado do Ceará dá, agora, um exemplo para o Brasil com este programa, que estamos aprimorando, e procura dar o necessário salto de qualidade, numa integração do agente de saúde com os outros programas do setor apoiados na infraestrutura da Secretaria de Saúde. Nosso empenho, no momento, é pela ampliação

do programa e pela melhoria de sua qualidade e de seu desempenho. Segundo intenções confessadas pelo ministro Alcení Guerra, o trabalho que fazemos no Ceará deverá ser reproduzido como exemplo em todo o país, notadamente no Nordeste.

Esperamos que os resultados sejam iguais aos que estamos tentando obter aqui, já como uma das causas importantes para a melhoria dos nossos índices sanitários, sobretudo a redução da mortalidade infantil. Só assim conseguiremos legitimar o direito à saúde, prioridade na luta pelo bem comum, responsabilidade do Estado, que é, ao mesmo tempo, sua própria razão de ser.



1989

Pequenos Escritos | Lúcio Alcântara

Afinal, para que servem as leis?

É PRECISO LEMBRAR, porque muita gente esquece, que o trabalho parlamentar é fundamentalmente a elaboração de leis. Em torno desse objetivo principal existem uma infinidade de tarefas preparatórias e um inesgotável processo de negociação política. Ganha-se relativamente bem para isso, mas o trabalho é pouco gratificante. É lento, minucioso e de resultado incerto. Por exemplo, o deputado apresenta um projeto de lei – um compromisso de campanha, uma idéia que lhe ocorreu ou uma sugestão de um eleitor. Essa proposta passa pelas comissões técnicas, pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Redação. Em cada uma, recebe um parecer e é submetida à votação. Depois vai ao Plenário da Câmara. Se aprovada, é encaminhada ao Senado, onde passa pelo mesmo processo. Caso sofra modificações, volta à Câmara para nova anotação. Aprovada, vai à sanção do Presidente da República, que pode promulgar o texto integral ou vetá-lo total ou parcialmente, hipótese em que o veto será apreciado novamente pelo Congresso Nacional, isso se tudo der certo, porque a maioria dos projetos não chega a essa etapa. Ao final de um mandato, são poucos os deputados, entre os mais assíduos e abnegados, que têm três ou quatro projetos convertidos em lei. É frustrante. Mais frustrante ainda é saber que a maioria dessas leis não vai ser cumprida. Há um pacto sinistro que garante a impunidade de todos os faltosos, seja pela ausência de ação fiscalizatória, seja pela interpretação tendenciosa que elastece o dispositivo legal. Ninguém vai vigiar e punir. Todos reivindicam uma curvatura especial da lei que os exclua da pena e os premie com as benesses, do Ministro do Gabinete Civil ao taifeiro da Marinha, do general do petróleo ao guarda da esquina, do corretor de imóveis do Mirad aos assassinos de Chico Mendes e à prima de dona Carmem.

Há quem acredite que se trata de um fenômeno cultural – o estereótipo do Zé Carioca, o brasileiro que gosta de levar vantagem em tudo, certo?

Recuso-me a partilhar dessa tese. O antropólogo Roberto da Matta, que teorizou sobre os nossos malandros e os rituais do jeitinho e do você-sabe-com-quem-está-falando?, prefere ver essas manifestações como traços de autoritarismo presentes na

sociedade relacional, uma formação social que distingue indivíduos e pessoas, os que podem e os que devem. Por aí fica mais fácil de entender e explicar a indignação popular com a tragédia do Bateau Mouche IV, a morte.

O fato é que estamos vivendo um festival de impunidade. O exemplo vem de cima. O próprio Presidente da República vacila no cumprimento da lei e interpreta a Constituição segundo sua vontade e conveniência. Apoiado num assessor capcioso, comete barbaridades contra o espírito da nova Carta Magna. Dias antes da promulgação da nova Constituição, baixou uma série de decretos-lei adotando providências que lhe seriam vedadas no novo texto, num gesto de esperteza mesquinha.

A freqüente adoção de medidas provisórias, por exemplo, que Sarney edita como se fossem decretos-lei, é atentado contra a vontade do legislador. Ora, a Constituição criou essa excepcionalidade para casos de relevância e urgência, sujeita à apreciação do Congresso, perdendo sua eficácia se não forem convertidas em lei no prazo máximo de trinta dias. O critério de relevância do governo Sarney é um só – o interesse político imediato. Em quatro meses já editou mais de trinta medidas provisórias, chegando ao absurdo de editar medida de mesmo teor de outra rejeitada anteriormente por decurso de prazo. O parecerista do Planalto é ambíguo com relação aos direitos sociais, argumentando que ainda estão sujeitos a regulamentação, mesmo quando claramente expressos no texto constitucional. Os órgãos públicos negam-se a conceder à servidora-gestante licença-maternidade de 120 dias, conforme o inciso XVIII do art. 7º. O governo patrocina uma política monetária que eleva os juros reais para 25% ao mês contra um dispositivo constitucional que os fixa em 12% ao ano. O Presidente vetou um projeto de lei de iniciativa do deputado Carlos Alberto de Oliveira que punia os crimes relativos à prática de racismo, nos termos do inciso XLII do art. 5º. Os ministros da área econômica trabalham com informações desconstruídas com relação aos gastos com a folha de pagamento do pessoal da União, impedindo que se apure se eles estão acima ou abaixo de 65% de suas receitas correntes, conforme previsto no art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Com o exemplo do Palácio do Planalto, os ministros e os funcionários do governo Sarney permitem-se fazer tudo – aproveitam-se de *inside informations* para abrir cadernetas de poupança; compram prédios condenados pelo corpo de bom-

beiro; contratam e promovem parentes e afilhados sem concurso público; exigem propinas para depositar o dinheiro das estatais; brincam com os juro do *overnight* e dificultam investigações policiais para esclarecer homicídios.

Enquanto isso, o ministro Oscar Dias Correa diz que vai perseguir os corruptos e exigir o cumprimento da lei. Deus o proteja nessa luta que vai travar nas entranhas de um governo no qual só existe uma lei – a lei do Gerson.



Lúcio Gonçalo de Alcântara

Nascido a 16 de maio de 1943, em Fortaleza (CE)

Formado em medicina pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1966)

Titular da Academia Cearense de Letras, Cadeira nº 26 (1978)

Prefeito de Fortaleza (1979-1982)

Deputado Federal (1983-1987)

Deputado Federal constituinte (1987-1991)

Vice-Governador do Estado do Ceará (1991-1994)

Senador da República (1995-2003)

Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal (1997-2001)

Presidente do Instituto Teotônio Vilela Nacional (1996-2001)



Há uma sutil diferença entre conhecimento e sabedoria. Entre os que se dedicam à vida pública, essa distinção manifesta-se nas proposições que apresentam, nos discursos que pronunciam, nos votos que proferem, enfim, no conjunto de suas ações e atitudes no transcurso de seu mandato.

Este *Pequenos escritos* é prova de pura sabedoria. Nesta coletânea de artigos originalmente publicados em diversos jornais, incluindo os de circulação nacional e aqueles de perfil mais regional, com destaque para os editados no Ceará, está a síntese do pensamento do Senador Lúcio Alcântara. A leitura de cada um deles revela a latitude intelectual de um parlamentar que, tendo consciência das limitações humanas, jamais teve a veleidade de tudo conhecer, mas nunca abdicou de seu direito — que, para ele, se transformou em dever, numa espécie de imperativo moral — de tentar compreender seu tempo e sua gente. Isso é sabedoria.

Os textos aqui reunidos, por mais diversificados que sejam seus temas, refletem uma unidade de pensamento. Não importa que o assunto focalizado seja a saúde, a educação, o meio ambiente, a economia, a política, a cultura ou questões particularmente voltadas para seu estado e sua região: em todos eles, avulta a visão abrangente do autor e aquela que é a preocupação central de sua atuação parlamentar — o fortalecimento da cidadania.

Aí está, justamente, o que melhor define a ação pública do autor: a concepção republicana da política, espaço de afirmação da plena cidadania. Não por outra razão, entende-se sua opção pela vida pública, compreendida como instrumento vital para que o regime democrático se desvincule de seus ornamentos formais e, permanecendo representativo, fortaleça os mecanismos de participação popular.

Ao fim da leitura desses pequenos grandes textos, tem-se a convicção de que o autor busca mergulhar no universal a partir da compreensão de sua aldeia. Ao fazê-lo, logrou êxito naquilo que não é dado a todos alcançar: entender o significado e a expressão de cada árvore, sem contudo perder a dimensão da floresta.

De todo e qualquer homem público, a primeira exigência é a autenticidade e a transparência. Coerência que propôs em campo. Autenticidade no que faz. Transparência no que faz. *Pequenos escritos* mostra-nos Lúcio Alcântara por quem ele representa.